

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

LUCAS FERREIRA MARTIN

A FIGURA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO BRASIL
Um livro-reportagem sobre a arbitragem de futebol desde a formação até a atuação em
jogos profissionais

UBERLÂNDIA-MG
2017

LUCAS FERREIRA MARTIN

A FIGURA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO BRASIL

Um livro-reportagem sobre a arbitragem de futebol desde a formação até a atuação em jogos profissionais

Relatório de defesa apresentado ao curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar de Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Duarte Oliveira Venancio

UBERLÂNDIA-MG
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M379f
2017

Martin, Lucas Ferreira, 1992-

A figura do árbitro de futebol no Brasil : um livro-reportagem sobre a arbitragem de futebol desde a formação até a atuação em jogos profissionais / Lucas Ferreira Martin. - 2017.

106 f. : il.

Orientador: Rafael Duarte Oliveira Venancio.

Relatório (mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Inclui bibliografia.

Produto: 1 livro reportagem.

1. Educação - Teses. 2. Árbitros de futebol - Teses. 3. Futebol - Brasil - Teses. 4. Jornalismo esportivo - Teses. I. Venancio, Rafael Duarte Oliveira. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37

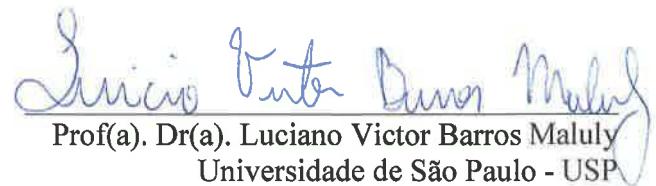
BANCA EXAMINADORA



Prof(a). Dr(a). Rafael Duarte Oliveira Venâncio
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof(a). Dr(a). Marcelo Marques Araújo
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof(a). Dr(a). Luciano Victor Barros Maluly
Universidade de São Paulo - USP

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 JORNALISMO ESPORTIVO: O ESPORTE EM PAUTA NO BRASIL	6
2.1.1 Cenário de livros esportivos no Brasil	10
2.2 O LIVRO-REPORTAGEM COMO EXTENSÃO DA NOTÍCIA NO JORNALISMO ESPORTIVO.....	11
2.2.1 Técnicas de reportagem: pauta, entrevistador e entrevistado na pesquisa jornalística.....	14
2.3 O ÁRBITRO NO MODELO ATUACIONAL DE GREIMAS	15
2.4 ETHOS DO APITO: A IMAGEM DO ÁRBITRO DE FUTEBOL	18
2.4.1 Árbitro ou juiz? A arbitragem no futebol brasileiro	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE DESENVOLVIMENTO	22
4 A FIGURA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO BRASIL	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE A	30
APÊNDICE B	38

1 APRESENTAÇÃO

Após uma partida de futebol é comum matérias jornalísticas analisando a atuação de árbitro no jogo, principalmente quando comete algum erro. É alvo de jogadores, diretores, torcedores e passa a ser da imprensa também. Com poucos segundos para decidir um lance, sem *replay*, está suscetível a erros. Por isso, no futebol, são pelo menos três profissionais do apito em prol da regra. Mesmo assim, falhas acontecem, como os jogadores também podem falhar ao errar um gol. O lado ser humano, às vezes, é deixado de lado e todos querem que árbitro acerte tudo. Não são máquinas, são profissionais treinados e capacitados que hoje recebem para apitar. Quando acertam tudo, ninguém lembra.

Então, qual é o ethos do árbitro de futebol? Para responder essas e outras, o projeto para obtenção do título de mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação, linha Tecnologias e Interfaces da Comunicação, temática Comunicação Esportiva, teve como objetivo produzir um livro-reportagem sobre a arbitragem de futebol desde a formação até a atuação em jogos profissionais, englobando também amadores, nos diferentes campos do futebol (social, econômico, familiar, profissional etc.). Para isso, foi necessário um levantamento histórico da função árbitro de futebol no Brasil, para entender quando a função de aplicar de regras foi instituída em um dos esportes mais praticados do mundo. Estudos sobre a Análise do Discurso da linha francesa, propostos por Amossy (2013), Haddad (2013) e Salgado (2008) foram empregadas nesta pesquisa como fundamentação teórica. Tudo para ajudar na análise do ethos do árbitro de futebol no livro em questão, a fim de entender o árbitro também enquanto pessoa/profissional. As definições de livro-reportagem de Lima (2009) serviram para encaminhando e produção geral da obra, apoiando também nas técnicas de reportagem e entrevistas de Lage (2008) e na narratologia de Greimas (1973).

Assim, o produto é válido para a academia pelo fato de haver pouca pesquisa em jornalismo esportivo, principalmente, com relação à função árbitro. O que existe, geralmente, são estudos acerca dos jogadores, técnicos, agremiações, entre outros. Como forma de contribuição social, o livro traz a compreensão da figura da arbitragem no futebol brasileiro, passando pelo histórico, processo de formação e atuação em jogos. O futebol é bastante discutido e rentável, e a abordagem que o produto propõe incrementa as discussões cotidianas e se torna útil ao mercado dos livros-reportagens esportivos, sempre presentes nas livrarias do Brasil afora.

Para melhor compreensão do produto, o presente relatório está organizado em quatro partes, além da Apresentação. O capítulo Referencial Teórico está divido em quatro partes, a

saber: Jornalismo esportivo: o esporte em pauta no Brasil; O livro-reportagem como extensão da notícia no jornalismo esportivo; O árbitro no modelo atuacional de Greimas; e Ethos do apito: a imagem do árbitro de futebol. O terceiro capítulo, Procedimentos metodológicos de desenvolvimento, contém o plano de execução do produto. Segundo, a descrição do livro-reportagem finalizado e os objetivos da obra; e, por fim, as Considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 JORNALISMO ESPORTIVO: O ESPORTE EM PAUTA NO BRASIL

Com o advento da Sociedade da Informação tal como é descrita por Abiahy (2005), as mídias se afirmaram com força na sociedade contemporânea, onde prevalece o plano de conteúdos culturais e informativos norte-americanos. A viabilidade econômica mercadológica que domina o cenário atual, porém, favoreceu a segmentação da informação a fim de atender o público diferenciado. “Apoiar-se no imaginário da cultura de massa para atingir todos os públicos já não é mais tão eficiente, porque está cada vez mais difícil definir um consumidor padrão” (ABIAHY, 2005, p. 3). Desse modo, surgiu a necessidade da união dos meios de forma a proporcionar uma variedade de conteúdos informacionais. A internet, nesse contexto, é a principal propulsora.

Tão logo as notícias passaram a atender a um público mais exigente e específico, demandava-se especialização. A informação segmentada exigiria do profissional conhecimento de um determinado assunto. O jornalista, anteriormente formado para ser um conhecedor de generalidades, hoje deve ser um especialista. Com um mercado midiático, empresarial e profissional cada vez mais concorrido, e um leitor diferente, o profissional acabaria por mudar o seu princípio. Uma forma de atender a todos esses gostos foi o surgimento das diversas mídias segmentadas, como revistas, sites e cadernos de jornais especializados, para que os indivíduos busquem um fator de união e de identificação neste tipo de informação.

Nesse estágio em que as escolhas individuais prevalecem sobre o engajamento com a coletividade, faz sentido que a informação procure atender às especificidades ao se dirigir aos públicos diferenciados. É neste panorama que o perfil do jornalista sofre alterações, as publicações passam a dedicar-se mais a informação personalizada, portanto o jornalismo especializado tende a se desenvolver cada vez mais (ABIAHY, 2005, p. 5).

Especialização esta que varia desde política, economia, cultura, cidade, até as várias outras que existiram ou vão existir. O esporte, atualmente, é uma delas. Antigamente, era vista com desprezo pelas redações sob o argumento: “como poderia uma vitória nas raias – ou nos campos, nos ginásios, nas quadras – valer mais do que uma importante decisão sobre a vida política do país?” (COELHO, 2009, p. 7). Aos poucos, a nova editoria começou a fazer parte dos jornais, mesmo com os pequenos espaços que lhe era destinada, motivada pela nova

cultura esportiva e hoje é de estrema importância para a sobrevivência de um veículo de comunicação.

O jornalismo esportivo, por exemplo, se constituiu como especialidade bem antes do jornalismo dito cultural. A cobertura dos eventos esportivos demandou a formação de especialistas, fotógrafos, repórteres, radialistas, cinegrafistas e comentaristas desde cedo (LOVISOLÓ, 2011, p. 93).

Os jornalistas, literatos e profissionais brasileiros passaram, então, a escrever sobre esportes. Muito não se pode dizer que era jornalismo esportivo, mas faziam os relatos dos jogos de forma literária e, às vezes, de forma sucinta, já que está ligado diretamente ao entretenimento.

Foi este tipo de linguagem estereotipada, redundante, muitas vezes cheia de metáforas que fez com que os narradores conquistassem seu espaço dentro do próprio jogo. Viraram a estrela do espetáculo e o torcedor passou a incorporar a transmissão como parte desse espetáculo; a imagem já não basta, é preciso ser acompanhada de um contador da história, relatando o fato que está ocorrendo naquele momento: O jogo (BEZERRA, 2008, p. 85).

Panorama comunicacional modificado pelas estratégias mercadológicas da Sociedade da Informação.

Antes do esporte ser mercadologicamente posto no mundo dos negócios, já era notícia, mídia, espetáculo e processo de mediação cultural e comunicacional. Mesmo que servisse apenas para anunciar o local dos eventos ou os resultados das corridas de cavalos, a mídia era convocada a participar do mundo dos esportes. Os eventos dentro e fora do campo, desde suas funções sociais a seus desvios, como no caso da violência, geraram trabalhos teóricos e de pesquisa, mas, fundamentalmente, uma copiosa produção jornalística (LOVISOLÓ, 2011, p. 92).

O esporte passou a ser espetáculo. O futebol se popularizou. Uma modalidade vinda da Inglaterra não poderia “pegar” no Brasil. Baseado em histórias oficiais, o futebol chegou ao país em 1894, quando Charles Miller, filho de imigrantes, foi estudar no exterior e desembarcou no porto de Santos, na cidade de São Paulo, com duas bolas para praticar o *football*.

Charles é considerado o progenitor ‘oficial’. Ele dificilmente poderia imaginar o papel que sua bagagem esférica iria ter no destino do país. As duas bolas de futebol iriam torná-lo mais tarde um herói nacional, imortalizado como nome de praça no centro de São Paulo” (BELLÓS, 2003, p. 33).

Tal momento histórico favoreceu a popularização desse esporte, já que

o futebol chegou numa época em que o Brasil, que havia se tornado uma república somente em 1889, estava à procura de sua própria identidade. A rápida disseminação do jogo proporcionou à população urbana, carente de símbolos nacionais, uma experiência comum” (BELLOS, 2003, p. 42).

Os cronistas da época utilizavam-se da emoção, paixão e literatura para aproximar aquele esporte elitizado da população brasileira. O *show* do esporte estava armado, os estádios cada vez mais acessíveis e cheios, e a cultura esportiva do brasileiro passaria, a partir dali, a ser baseada no futebol. Antes um privilégio dos mais elitizados, o esporte da bola nos pés foi ofuscado pelas massas, já que eram necessários poucos artefatos para se praticar o esporte gringo.

Bastava uma bola. Se você não tivesse dinheiro para comprá-la, podia improvisar sem gastar nada, por exemplo com um punhado de meias, uma laranja ou um pano cheio de papel. Não era preciso um equipamento próprio ou menos um campo demarcado. O jogo informal, que podia ser dominado mesmo sem um local mais adequado, espalhou-se rapidamente entre as camadas urbanas mais pobres (BELLOS, 2003, p. 35).

Os negros, que correspondiam à parte mais pobre da população, advinda da escravidão, recentemente abolida, começaram a aparecer no futebol do Brasil jogando de igual ou até melhor que a nata da época. “O futebol só se tornaria ‘brasileiro’ quando os negros pudessem jogar junto aos de melhor nível. No início a participação deles foi excluída” (BELLOS, 2003, p. 35). Fato este, explicado pela origem europeia do novo esporte, que ajudou na elitização branca e urbana do futebol no Brasil. Pouco tempo depois, em 1910, o futebol já era considerado o esporte mais popular do país, desbancando o remo. Foi quando Bellos (2003, p. 36) disse que “o futebol estava adquirindo reputações opostas. Era tanto o passatempo privado dos ricos quanto a brincadeira preferida dos marginais”.

O desenvolvimento do futebol está condicionado às condições históricas da época – final do século XIX e início do século XX. Com o surgimento das grandes cidades, da industrialização e da recente abolição da escravatura, em 1888, uma classe de excluídos (negros) passou a predominar nas áreas urbanas. Vendo aquele esporte às escondidas, já que não podiam entrar nos estádios, começaram a copiar o modo de se jogar. O futebol demanda poucos aparelhos. O negro não era aceito nos times, até que o time carioca Bangu, resolveu dar

oportunidade aos trabalhadores industriais. Atitude mal vista pelos times da elite, como o Fluminense.

Devido ao alto rendimento e à disposição desses atletas negros em campo, as agremiações se renderam a eles, ainda que de forma vagarosa. O problema, porém, é que eram “induzidos a sentir vergonha de sua cor” (BELLROS, 2003, p. 37). Alisavam o cabelo, passavam pó-de-arroz para clarear a pele, entre outras atitudes. O time carioca Vasco da Gama foi o primeiro a fazer a famosa “peneira” do futebol somente com os jogadores de camadas mais pobres, em sua essência, negros. O mundo futebolístico brasileiro, a partir desse momento, não era mais elitizado e “branco”. Mesmo com toda a resistência por parte dos outros times, o futebol deixava de ser amador, com a criação de ligas nacionais e que aceitavam os negros. Com a alfabetização da população brasileira, em sua maioria desletrada, e principalmente dos jogadores negros, o futebol se tornou profissional no país nos anos de 1933, graças também a caracterização da força do esporte tupiniquim em cenário nacional e internacional. A reputação e aceitação do negro e do futebol como identidade nacional só poderia ser reconhecida com esse processo de profissionalização.

“Se o futebol brasileiro tornava-se profissional a imprensa esportiva também estava no mesmo caminho, uma nova profissão estava nascendo e o jornalista esportivo passaria a fazer parte do dia-a-dia das redações dos principais jornais e rádios do Brasil” (BEZERRA, 2008, p.33). O noticiário diário agora passou a ser repleto de esportes, impulsionados pelos interesses econômicos e editoriais, como afirma Bezerra (2008, p. 88) quando diz que isso é “fruto de negociações, de disputas, de jogos de interesse travados dentro e fora das mídias, ditados por uma questão econômica”.

Dessa forma, baseando-se em Coelho (2009), pode-se chegar à conclusão de que o jornalismo esportivo é uma junção entre a *paixão* e o *fato*. Paixão esta provocada pelo esporte, principalmente pelo futebol, descrita nas precursoras crônicas esportivas literárias. Para descrever um lance, um jogador ou um gol, sem que ninguém tivesse visto, era necessário colocar o romance em prática, para que mais e mais pessoas se apaixonassem pelo que estava sendo narrado. O que é narrado é o fato, o jogo, com uma veracidade e um detalhamento cada vez maior. A união desses dois fatores tornou a editoria importante e de destaque como qualquer outra. O jornalismo esportivo se apropriou disso e o esporte passou a ser dependente também. O problema é que esporte não é só o simples resultado da partida, mas outras temáticas insistem em fazer parte do universo esportivo: policial, economia, política, vida pessoal, entre outras. Afinal, o *show* só é completo com informações extraesportivas do antes, durante e depois do espetáculo chamado esporte. É o que afirma Borelli (2002, p.14) quando

diz que o noticiário esportivo sofre a influência de “muitos aspectos provenientes de outros campos (da psicologia, da medicina, marketing, política, religião, imprensa, etc.)”.

Com a massificação do esporte pelos meios de comunicação, já que “muitas pessoas, apesar de não praticarem nenhum esporte, gostam de assisti-los” (BEZERRA, 2008, p. 68) e com o leitor cada vez mais exigente, somente informar o que acontece dentro do campo, da quadra ou da piscina não é suficiente. Isso, porém, não existe há pouco tempo. Vem desde as crônicas de Nelson Rodrigues e Armando Nogueira nas décadas de 1940 e 1950, que descreviam com genialidade e dramaticidade os jogos e jogadores; já se formavam e cultuavam ídolos de uma hora para outra.

Essas crônicas motivavam o torcedor a ir ao estádio para o jogo seguinte e, especialmente, a ver seu ídolo em campo. A dramaticidade servia para aumentar a idolatria em relação a este ou àquele jogador. Seres mortais alçados da noite para o dia à condição de semideuses (COELHO, 2009, p. 17).

O relato por meio desse gênero foi muito eficaz quando ainda não se tinha o recurso televisivo. Assim como o rádio, a crônica esportiva trabalhava o imaginário dos torcedores, proporcionando uma esfera esportiva diferente: a do espetáculo com seus atores principais.

2.1.1 Cenário de livros esportivos no Brasil

Cada vez mais os livros esportivos vêm ganhando espaço no mercado editorial nos últimos 30 anos, principalmente títulos sobre futebol. Com a Copa do Mundo de futebol realizada no Brasil em 2014, houve um *boom* de livros sobre o esporte em um período pré-Copa, com mais de 130 livros publicados até junho de 2014. De acordo com o levantamento dos pesquisadores e membros do Memofut – grupo dedicado à literatura e memória do futebol - Ademir Takara e Domingos D’Angelo a pedido do *Uol Esporte*, “nos primeiros cinco meses de 2014, foram publicados no Brasil 137 livros com temática relacionada ao futebol” (STYCER, 2014, s.n) (ver lista completa em Apêndice A).

Fazendo uma análise dos títulos lançados, 15,32% remetem às histórias de clubes de futebol, sendo a principal tendência do mercado. Por outro lado, também foram encontrados livros de caráter acadêmico (sociologia, antropologia, psicologia) voltados para o esporte (15,32%), além de biografias (10,94%), conjunto de crônicas, relatos e poesias (13,13%) e obras sobre a Copa do Mundo. A ressalva dos pesquisadores é que existe muitas obras de oportunidade, que são livros publicados aproveitando tal evento, como a Copa.

Em entrevista ao repórter Mauricio Stycer do *Uol Esporte*, Ademir Takara disse que desde a virada do último século, a produção de livros sofre futebol mantém uma média de mais de 100 títulos publicados por ano. “No século 21, somente nos anos de 2001 e 2007 não foi ultrapassada a marca de 100 títulos publicados (68 e 91 respectivamente). No período entre 1991 e 2000 foram 523 títulos, média de 52 títulos por ano. Com base nesses números acredito que o futebol encontrou seu espaço dentro do mercado editorial” (TARAKA, 2014 apud STYCER, 2014, s.n).

A temática e o número médio de publicações de títulos sobre esportes mostram que o livro-reportagem sobre árbitros do Brasil tem espaço no mercado de livros esportivos e não está distante das principais temáticas encontradas na lista de 2014. Outro ponto importante é que, dessa lista de 137 livros, nenhum deles tem como tema o sujeito árbitro, reforçando o objetivo do projeto e a escassez de obras com foco na arbitragem.

2.2 O LIVRO-REPORTAGEM COMO EXTENSÃO DA NOTÍCIA NO JORNALISMO ESPORTIVO

O formato escolhido para fazer um histórico da arbitragem no futebol, o processo percorrido por uma pessoa até se tornar árbitro no Brasil e perfis de árbitros aposentados e em atividade no país, foi o livro-reportagem. É fato que com segmentação do mercado esportivo, o público está mais exigente e quer saber cada vez mais sobre tudo que envolve o esporte.

A arbitragem também passou a ser um dos focos de atenção dos noticiários esportivos. O problema, porém, é que tem um determinado espaço no programa de esportivas, um limite de caracteres no jornal, por exemplo, que abordarão apenas o que aconteceu. O livro-reportagem é uma alternativa a isso, visto que a mídia diária pode limitar o aprofundamento do tema pelo jornalista. “É fácil compreender que o livro-reportagem, agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana” (LIMA, 2009, p. 33). A ideia do livro-reportagem neste produto é estender as notícias periódicas sobre um tema e personagem tão comum nas discussões envolvendo o futebol e buscar outros desdobramentos acerca do objeto: o árbitro.

O livro-reportagem é o veículo de comunicação impresso não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos. Esse “grau de amplitude superior” pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado – quando comparado ao jornal, à revista ou

aos meios eletrônicos –, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores” (LIMA, 2009, p. 26).

Com a horizontalização dos relatos, Lima (2009) quer dizer que a abordagem será extensiva em termos de detalhes, onde o leitor poderá encontrar informações, números e dados para aumentar quantitativamente o conhecimento acerca do tema. Com a verticalização, o assunto será aprofundado de forma intensiva, com vários desdobramentos, para elevar qualitativamente o conhecimento. “É na expectativa de encontrar a explicação que o jornal não deu ou de ser informado das ações de bastidores, subjacentes à ocorrência relatada na revista, que o leitor pode motivar-se a um aprofundamento na grande reportagem que o livro propõe” (LIMA, 2009, p. 39).

A vantagem do livro-reportagem é que a obra é atemporal. Poderá sempre ser um produto de consulta. Apesar de muitas vezes o livro-reportagem se originar de uma grande-reportagem ou de uma série de reportagens veiculadas na imprensa diária, o produto final não deixa de ser atual. “O livro-reportagem não apresenta *periodicidade*, tem quase sempre um caráter monográfico, bem como seu conceito de *atualidade* deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o que se aplica às publicações periódicas” (LIMA, 2009, p. 30). Mesmo o livro sendo pensado a partir de um projeto elaborado para tal, como a proposta em questão, não muda essa concepção. Para Lima (2009), a questão da *contemporaneidade* é muito importante em um livro-reportagem para situar o leitor diante dos fatos.

A função aparente de *informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, idéias e figuras humanas*, de modo que ofereça ao leitor um quadro da *contemporaneidade* capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o *sentido, o significado* do mundo contemporâneo (LIMA, 2009, p. 39).

O futebol envolve paixão, logo, o árbitro de futebol sempre estará envolvido em polêmica e na “boca do povo” nas rodas de discussões esportivas, estando ele certo ou errado. Isso porque se um time ganha, o cidadão do apito foi correto e não prejudicou. Por outro lado, se o time perdeu, ele será culpado, estava mal-intencionado e favoreceu o adversário. Dilemas comuns vivenciados pela arbitragem costumeiramente. O árbitro tem a função de aplicar as regras do jogo – mesmo antes da designação da figura do árbitro do futebol. Além disso, passa por diversos treinamentos, cursos e afins, para poder apitar uma partida. Mas as pessoas se esquecem também que o árbitro tem sua vida particular, é um ser humano e está sujeito a

erros. A proposta do livro-reportagem em questão “é encontrar, selecionando para abordagem, em cada caso, tantas camadas quantas sejam necessárias para ajudar o leitor a perceber o alcance do tema de que se trata dentro da cebola” (LIMA, 2009, p. 43).

Lima (2009) propõe uma classificação de diferentes grupos de livro-reportagem, que se diferem pelo tema e/ou pelo tratamento narrativo escolhido, a saber: livro-reportagem-perfil, livro-reportagem-depoimento, livro-reportagem-retrato, livro-reportagem-ciência, livro-reportagem-ambiente, livro-reportagem-história, livro-reportagem-nova consciência, livro-reportagem-instantâneo, livro-reportagem-atualidade, livro-reportagem-antologia, livro-reportagem-denúncia, livro-reportagem-ensaio e livro-reportagem-viagem. Conforme os argumentos do autor para cada variedade, este projeto sobre arbitragem no futebol deverá utilizar, em sua maioria, o livro-reportagem-história e o livro-reportagem-perfil.

A opção por utilizar o conceito do livro-reportagem-história se deve ao fato de que para explicar e entender a figura do árbitro no futebol é necessário fazer um resgate histórico da arbitragem nesse esporte, principalmente no Brasil. Focaliza um tema do passado recente ou algo mais distante. Por isso, é uma história que remete a um assunto presente abordado.

Focaliza um tema do passado recente ou algo mais distantes no tempo. O tema, porém, tem em geral algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo comum com o leitor atual. Esse elemento pode surgir de uma atualização artificial de um fato passado ou por motivos os mais variados (LIMA, 2009, p. 54).

Depois de elaborar o panorama histórico da arbitragem de futebol até chegar ao Brasil, o livro trouxe histórias de árbitros conhecidos e/ou desconhecidos da mídia, traçando os perfis dessas pessoas. No Brasil, pelo fato da atividade possuir regulamentação – não é considerada profissional para fins trabalhistas –, muitos árbitros mantêm uma vida dupla, dividindo atenções entre o lado pessoal e profissional. Portanto, as técnicas do livro-reportagem-perfil se foram importantes para o projeto em questão, já que esse tipo de obra

procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse. No primeiro caso, trata-se em geral, de uma figura olímpiana. No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão (LIMA, 2009, p.51).

Por fazer parte de um esporte de massa, a arbitragem ganhou destaque, seja pelas análises positivas, seja pelas negativas da atuação em uma partida. Além disso, alguns alcançaram a fama como comentarista do trabalho do colega na televisão. Outros, porém,

caíram no esquecimento do grande público. Outros nem chegaram a isso e continuaram no anonimato.

2.2.1 Técnicas de reportagem: pauta, entrevistador e entrevistado na pesquisa jornalística

Como o produto escolhido requeria um aprofundamento ou várias vertentes sobre um mesmo tema, o papel jornalístico se fez presente nessa pesquisa, pois “é através do jornalismo que a informação circula, transporta para uma língua comum e simplificada, menos precisa, mas com potencial bastante para permitir julgamentos e indicar caminhos de investigação a quem estiver interessado” (LAGE, 2008, p. 22).

Esses possíveis caminhos são deixados pela notícia e o aprofundamento pode vir em um livro-reportagem. No caso, as discussões rotineiras acerca da atuação da arbitragem no futebol, deixam uma lacuna no sentido histórico, preparatório e pessoal da figura do indivíduo do apito. Para fazer esse trabalho minucioso de investigação foi preciso elaborar uma boa pauta, mas o mais importante foi ir além dela.

O trabalho de reportagem não é apenas o de seguir um roteiro de apuração e apresentar um texto correto. Como qualquer projeto de pesquisa, envolve imaginação, *insight*: a partir dos dados e indicações na pauta, a busca do ângulo (às vezes apenas sugerido ou nem isso) que permita relevar uma realidade, a descoberta de aspectos das coisas que poderiam passar despercebidos (LAGE, 2008, p. 35).

Na pauta estavam as principais informações para produção do livro-reportagem. Não era um manual, mas um guia. Entre as várias informações necessárias, como tema, informações, angulações, sugestões, estavam os personagens a serem entrevistados. Neste momento, o jornalista foi para as entrevistas. Com base em Lage (2008), existem quatro tipos de entrevistas com relação ao seu objetivo: ritual, aquela geralmente curta, sendo que o mais importante é ter a voz do personagem para tal fato e não do que realmente ele pode dizer; temática: quando se aborda um tema específico e se espera que o personagem tenha propriedade para falar sobre; testemunhal, aquela que o personagem relata algo que vivenciou ou presenciou; e, por fim, a entrevista em profundidade, de forma a extrair o que o personagem tem de acordo com sua representação na sociedade.

O objetivo da entrevista, aí, não é um tema particular ou um acontecimento específico, mas a figura do entrevistado, a representação de mundo que ele constrói, uma atividade que desenvolve ou um viés de sua maneira de ser, geralmente relacionada a outros aspectos de sua vida (LAGE, 2008, p. 25).

Pela proposta do livro-reportagem sobre a arbitragem de futebol, as duas formas de entrevistas predominantes foram testemunhal e em profundidade, não excluindo as demais. Com personagem e proposta da entrevista definidos, outro ponto passou a ser importante: a abordagem. Pelo fato do assunto ser polêmico, envolver um esporte de massa e até paixão de torcedor, a melhor forma foi ganhando a confiança do entrevistado e indo a campo. Estar frente a frente com o entrevistado se torna essencial, sempre que possível. Portanto, a entrevista com estilo de abordagem dialogal de Lage (2008) é a mais apropriada, ao dizer que “entrevistador e entrevistado constroem o tom de sua conversa, que evolui a partir de questões proposta pelo primeiro, mas não se limitam a esses tópicos: permite-se o aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados” (LAGE, 2008, p. 77).

Assim, foi possível extrair o máximo do entrevistado, buscando angulações interessantes e instigando a investigação. É válido ressaltar também que por questões geográficas e a pesquisa estar situada em Uberlândia-MG, algumas das entrevistas foram feitas por telefone, falando principalmente com personagens do Rio de Janeiro-RJ, Belo Horizonte-MG e Juiz de Fora-MG. O processo de ganhar a confiança foi o mesmo, apresentando a ideia do projeto e extraíndo o máximo do entrevistado. Mas além das técnicas de reportagens a serem pensadas, a narratologia de Greimas (1973) foi um complemento no entendimento da figura central do livro e suas vertentes que compuseram o livro.

2.3 O ÁRBITRO NO MODELO ATUACIONAL DE GREIMAS

Conforme definição de jornalismo esportivo proposta no item 2.1 deste relatório, que propõe com base em Coelho (2009) que o jornalismo esportivo é a união entre *paixão* e *fato*, sendo paixão provocada pelo esporte, como nas precursoras crônicas esportivas literárias, e o fato é que é narrado é o fato, no caso, uma partida ou competição, com detalhes cada vez maiores. A partir disso,

há a necessidade de delinear os métodos que guiam o jornalista tanto na sua formação bem como na compreensão de sua prática. [...] Nos concentraremos em duas categorias: o objeto do esporte (competições, jogos, o esporte em si) e o sujeito do esporte (atletas, técnicos, torcedores) (VENANCIO, 2015, p. 236).

Nesse caso, o sujeito sendo alguém que faz a ação, e o objeto alguém que sofre a ação. Com base nisso e no sujeito do estudo do livro-reportagem, o árbitro de futebol, foi possível

contar com o auxílio da narratologia proposta por Greimas (1973) para entender “as ‘estórias’ compostas na história dos humanos que trabalham o esporte” (VENANCIO, 2015, p. 239).

Com base nos trabalhos de Propp e Souriau, Greimas propõe suas reflexões desses trabalhos com o modelo atuacional. De Propp, o autor retira a noção de que “os atuantes, que são classes de atores, [...] possuem um estatuto metalinguístico em relação aos atores” (GREIMAS, 1973, p. 228-229). Assim, na *Morfologia do Conto Popular Russo*, ou conto maravilhoso russo, Propp estabelece uma relação entre os sete personagens na narrativa: “villain, donor (provider), helper, sought-for person (and her father), dispatcher, hero e false hero” (GREIMAS, 1973, p. 229).

Em Souriau, na obra *200 000 Situations dramtiques*, por outro lado, há seis funções dramáticas entre os personagens:

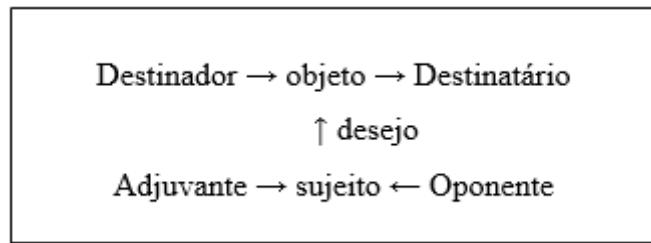
Leão, a Força temática orientada; Sol, o Representante do Bem desejado, do valor orientado; Terra, o Obtenedor virtual desse Bem (aquele para o qual trabalha o Leão); Marte, o Oponente; Balança, o Árbitro, atribuidor do Bem; Lua, o Auxílio, reduplicação de uma das forças precedentes (GREIMAS, 1973, p. 230).

As relações dramáticas propostas por Souriau não se distanciam, portanto, das relações entre os atuantes estabelecida por Propp. Trabalhando a partir das propostas de funções dramáticas desses dois autores, Greimas (1973, p. 235-236) chegou ao próprio modelo atuacional, composto por seis atuantes: o Sujeito, o Objeto, o Destinador, o Destinatário, o Adjuvante e o Oponente.

Esse modelo parece possuir, por sua simplicidade, um certo valor operacional para a análise de manifestações míticas somente. Sua simplicidade está no fato de que ele é um todo inteiramente fundado sobre o objeto do desejo e situado, como objeto da comunicação, entre o destinador e o destinatário, sendo o desejo do sujeito, por seu lado, modulado em projeções do adjuvante e do oponente (GREIMAS, 1973, p. 235-236).

Tal modelo foi proposto e desenhado da seguinte forma pelo autor:

Figura 1: Modelo atuacional de Greimas



Fonte: Greimas (1973, p. 236)

Nessa proposta, há a possibilidade de uma “investidura temática”, basicamente uma força temática na relação sujeito e objeto, que “articulada segundo o desejo, são capazes de produzir narrativas-ocorrências onde o desejo será manifestado sob sua forma ao mesmo tempo que pratica a mítica de ‘procura’” (GREIMAS, 1973, p. 231) e está representada na seta da Figura 1. Dessa forma, “as particularizações do modelo deveriam incidir inicialmente sobre a relação entre atuantes ‘Sujeito’ vs ‘Objeto’, e se manifestar como uma classe de variáveis constituída de investiduras complementares” (GREIMAS, 1973, p. 236).

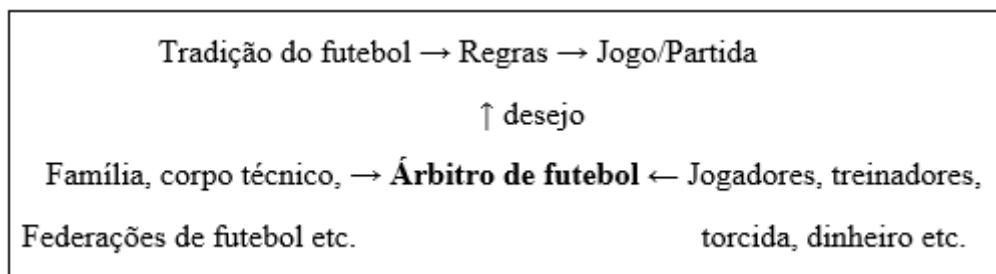
Para melhor entendimento do modelo atuacional, Greimas analisa as “categorias” do modelo e sua relação com a categoria principal, que é a do desejo entre o sujeito e o objeto. Na categoria “Destinador vs Destinatário”, o sujeito leva o objeto, “que é ao mesmo tempo, objeto de desejo e objeto de comunicação” (GREIMAS, 1973, p. 233), do destinador ao destinatário. Na categoria “Adjuvante vs Oponente”, há duas espécies de funções bastante distintas, sendo possível, explicitar a oposição entre o adjuvante e o oponente com relação ao desejo do sujeito:

- 1) As primeiras [adjuvante → sujeito], que consistem em trazer auxílio, agindo no sentido do desejo, ou facilitando sua comunicação; 2) e outras [oponente → sujeito] que, ao contrário, consistem em criar obstáculos, opondo quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto (GREIMAS, 1973, p. 233).

O próximo passo para adequar o modelo atuacional de Greimas (1973) ao livro-reportagem foi pensar o árbitro como sujeito, em busca do desejo de cumprir a sua função no esporte que é aplicar a regra do jogo (objeto). Dessa forma, na categoria “Destinador vs Destinatário”, o destinador é a tradição do futebol e o destinatário é o jogo ou partida em si, sendo unido pela regra (objeto). Na categoria “Adjuvante vs Oponente”, quem ajuda o árbitro (sujeito) a atingir a busca pela sua realização são: apoio familiar, corpo técnico da federação

de futebol a qual pertence (adjuvantes), por exemplo. Por outro lado, existem obstáculos que dificultam a relação entre sujeito e objeto. Os jogadores, treinadores, torcida, dinheiro, neste caso, podem ser os oponentes do árbitro, por instigarem a todo momento uma pressão contrária, pelo acerto ou pelo erro. Tal modelo atuacional de Greimas (1973) adaptado ao sujeito do livro ficou assim:

Figura 2: Modelo atuacional adaptado



Fonte: Autor

Tendo como base esse modelo atuacional com o árbitro como sujeito, foi mais fácil traçar os caminhos e narrativas do livro-reportagem e saber as diversas vertentes “escondidas” no tema. “A história do esporte é feita por humanos antes de tudo e entender suas ações está com a narratologia. Só que quando há espaço para o humano do esporte falar de si, o modelo da narratologia pode necessitar de um reforço para compreender melhor esse sujeito” (VENANCIO, 2015, p. 248). Nesse caso, o ethos da Análise do Discurso da linha francesa auxiliou no entendimento da figura do árbitro de futebol.

2.4 ETHOS DO APIPO: A IMAGEM DO ÁRBITRO DE FUTEBOL

A imagem de uma pessoa ou de algo pode ser analisada e explicada com base na Análise do Discurso da linha francesa. Essa teoria da comunicação baseada no discurso, ajuda na construção da imagem de alguém. Uma palavra ou expressão pode simplesmente modificar a dimensão da ação ou do sujeito, mas sempre condicionada a fatores sociais e históricos. “Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa” (AMOSSY, 2013, p. 9). Representação esta que pode ser entendida pelo ethos aristotélico como

a imagem de si construída no discurso ou, como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do

orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe de seu modo de vida etc.) (AMOSSY, 2013, p. 17).

Como sequência a esse pensamento, o discurso de um texto depende, assim, da divisão do ethos em dois fatores para um bom entendimento: o ethos prévio e o ethos discursivo proposto por Haddad (2013). O ethos prévio é definido pelo orador e pode influenciar na interpretação e aceitação do texto, já que é entendido pela imagem que passa. Definido isso, deve-se entrar na questão do ethos discursivo. Com ele, o orador pode construir uma imagem em seu discurso, pois “demanda a reelaboração dos estereótipos desfavoráveis que podem diminuir a eficácia do argumento” (HADDAD, 2013, p. 148). Uma ação, personagem ou qualquer outra coisa pode ser exaltada, idolatrada, ou desmerecida pelas escolhas do discurso.

Pelo fato do livro-reportagem ser um produto elaborado por um jornalista, as escolhas lexicais, o discurso pode influenciar ou direcionar o entendimento do livro. Essas escolhas dão o ponto de vista do autor no produto e repassa ao seu público, até pelo fato do jornalista estar, na maioria das vezes, *in loco* nas entrevistas, e passar suas percepções. “Os ‘conteúdos’ enunciados não são independentes da cena de enunciação que os sustenta. Quem avalia essa cena é o fiador, a voz que assume um tom e assim constrói o mundo do qual participa” (SALGADO, 2008, p. 86). Com essa intervenção do autor, entendido como o “fiador” de Salgado (2008), o ethos do sujeito pode ser construído ou até modificado.

No jornalismo esportivo, isso pode ser notado pelo discurso usado para representar tal fato, como a conquista, a derrota, os personagens ou os bastidores de algo. No caso do livro-reportagem, o discurso do jornalista veio através da linguagem verbal. Para analisar o ethos do árbitro – ou dos árbitros, já que formam pelo menos um trio – é necessário observá-lo pela forma como foi passada e narrada pelo jornalista. A arbitragem é uma atividade complexa e que pode ser entendida e vista de diversas formas.

2.4.1 Árbitro ou juiz? A arbitragem no futebol brasileiro

Ainda uma dúvida: “Juiz ou Árbitro de futebol?”. Muito se discute acerca dessa nomenclatura do profissional de futebol designado a aplicar as regras do esporte. O escritor Manzolillo (1984) traz uma definição interessante sobre a função:

O julgamento do árbitro difere do julgamento de um juiz, pois este último pode consultar a lei, defender uma tese, invocar a doutrina ou discursar para os jurados antes de pronunciar sua sentença. Para tomar uma decisão, o árbitro é ao mesmo tempo delegado, promotor, júri e juiz, tendo também que atuar como advogado de defesa em alguns momentos, por que é sabedor da

grande responsabilidade que lhe pesa nos ombros pelo caráter irrecorrível das suas sentenças (MANZOLILLO, 1984, p. 100).

Partindo desse pressuposto, pode-se chamar aquele indivíduo atrás do apito ou da bandeira (homem ou mulher) de árbitro. A confusão persiste também por causa da regra futebolística de antigamente.

O árbitro é chamado muitas vezes de “juiz”, mas na verdade o nome correto do profissional encarregado de conduzir uma partida de futebol é “árbitro”. Essa confusão acontece pelo fato de que antigamente a regra chamava o árbitro de juiz, e seus assistentes de auxiliares, fiscais ou juízes de linha. Hoje a regra trata o árbitro apenas como árbitro (principal) e seus assistentes de árbitros assistentes (SILVA, RODRIGUEZ-AÑEZ, ROMERO FRÓMETA, 2002).

O futebol sempre careceu de regras. Para aplicá-las, em seus primórdios no século XIX, os primeiros árbitros de futebol intervinham na partida somente quando um dos times reclamava. Essa pessoa designada a julgar as ações da partida era escolhida pela sua integridade, seu comprometimento e que não torcesse por nenhum time, sem receber nada. Até que isso começou a pesar e os árbitros passaram a ser parciais. Foi somente em 1896 que a regra deu ao árbitro o direito de punir por sua própria iniciativa, definindo a figura sua central de julgamento sem que lhe fosse pedida a opinião (ALMEIDA, 1974; ANTUNES, 1970). Depois, foram-se acrescentando árbitros até formar uma equipe, em que são necessários três: um árbitro e dois auxiliares (que podem ser árbitros também) para valer. Atualmente, o futebol segue as regras de arbitragem estabelecidas pela Fifa (*Fédération Internationale de Football Association*) juntamente com a *International Football Association Board* (IFAB), onde a função do apito está descrita nas regras de números 5 e 6.

Os árbitros carregam consigo uma responsabilidade muito grande, pois apita o esporte mais praticado no mundo, amador ou profissionalmente. Mesmo com o respaldo da regra internacional de futebol, eles exercem a profissão como outra qualquer. Às vezes, nem profissionais são, pela não profissionalização da atividade, como no Brasil. É válido lembrar, porém, que são capacitados para tal. O problema é que são passíveis de erros.

O árbitro deve, praticamente, em um mesmo instante observar, constatar, interpretar, julgar e punir ou absolver um atleta, o que não é fácil e não é qualquer pessoa que consegue. A função do árbitro de julgar se torna mais difícil pelo fato deste não estar julgando um fato isolado, mas uma “chuva” intermitente deles em um espaço de tempo pequeno, sem “replay” (MANZOLILLO, 1984, p. 100).

Não é necessário também ser um sábio do futebol para ver que a figura do árbitro é esquecida em uma vitória, sem ao menos ser comentada a sua atuação. Quando o triunfo não vem, a situação se inverte. Passa a ser o centro das atenções, é ofendido de todas as formas e até perseguido pelos jogadores, diretores e torcedores. A atuação passa a ser destaque na mídia, as polêmicas do jogo ficam em evidência, e todos se esquecem do lado ser humano por trás do apito ou da bandeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE DESENVOLVIMENTO

A proposta de produto para conclusão do Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação foi produzir um livro-reportagem sobre a arbitragem brasileira, narrativizando a figura do árbitro de futebol desde a formação até a atuação em jogos profissionais ou amadores nos diferentes campos do futebol (social, econômico, familiar, profissional etc.). Para cumprir esse objetivo, foi feita uma revisão bibliográfica acerca da definição do gênero livro-reportagem de Lima (2009) e das técnicas de reportagem e entrevista de Lage (2008), embasadas com a narratologia de Greimas (1973). Além disso, foi necessário o resgate histórico da figura do árbitro no futebol no Brasil e a análise do ethos desse profissional com base em Amossy (2013), Haddad (2013) e Salgado (2008).

As mídias digital (ebook) e impressa (livro com capa comum) foram escolhidas para a publicação do livro-reportagem *A figura do árbitro de futebol no Brasil* porque são bons meios para contar histórias, sem limite de tempo e espaço, é de fácil leitura e pode ser lida em qualquer lugar, principalmente na versão ebook. O livro foi produzido por um jornalista, que fez as pesquisas, as entrevistas e a redação, e foram contratados terceiros para a revisão e edição textual, além da produção da capa.

Pensando o produto, os procedimentos metodológicos do projeto de pesquisa foram embasados em Gil (2008) e Laville e Dionne (1999). Do ponto de vista da natureza, a pesquisa é aplicada, pois tem finalidade imediata na sociedade. Com relação aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória, já que tem como finalidade aumentar as informações sobre o assunto em questão, possibilitando o estudo e análise da arbitragem por diversas angulações. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de base bibliográfica, com a ideia de elaborar a pesquisa com base em materiais já publicados, como livros, revistas, artigos científicos, entre outros. Isso não limitou a pesquisa, que também foi documental, analisando documentos oficiais e também pesquisa de campo, visando as entrevistas para contextualização e para os perfis dos árbitros.

A produção do livro-reportagem foi dividida em etapas, a saber: embasamento teórico; estruturação da narrativa; pesquisa bibliográfica; levantamento dos entrevistados; entrevistas; redação; e finalização do produto. O embasamento teórico feito antes da produção do livro ajudou no direcionamento do livro reportagem, principalmente com conceitos e histórias sobre jornalismo esportivo, futebol e arbitragem.

A segunda etapa do livro foi a estruturação da narrativa. Com base no modelo atuacional de Greimas (1973) adaptado com o árbitro como sujeito (ver item 2.3), foi possível

encontrar os desdobramentos sobre o tema e direcionar as pesquisas e entrevistas. A sequência lógica do texto foi pensada nas principais abordagens sobre a arbitragem, seguindo também a cronologia da formação a atuação da pessoa do apito. O interessante do livro foi encontrar novos assuntos dentro do mesmo tema e que, durante o projeto inicial, não chegou a ser cogitado.

O terceiro passo foi fazer a pesquisa bibliográfica. Sites oficiais, jornais, revistas, livros, documentários, matérias de televisão, entre outros, serviram como consulta e embasamento do livro. Como não foi encontrado nenhum livro ou documento que reunisse diversos temas sobre a arbitragem em um único lugar, a pesquisa foi de suma importância para o produto final.

Quando se fala em arbitragem de futebol, logo alguns dos principais nomes do apito vêm à cabeça. Mas foi preciso fazer uma filtragem desses nomes pelo histórico e relevância de tal personagem à arbitragem brasileira. Pelo fato de exercer a profissão de jornalista esportivo, consegui criar uma lista de contatos e pessoas influentes no cenário local e nacional ligados ao futebol. Assim, foi possível chegar aos demais personagens que, por hora, pareciam distantes da pesquisa. Ganhando a confiança das fontes, foi possível apresentar o projeto do livro-reportagem e contar com a contribuição gratuita delas. Em certos casos, a resistência por parte de alguns e o fato de não conseguir o contato, inviabilizaram as entrevistas. Como solução, as pesquisas em documentos e matérias jornalísticas ajudaram nessa etapa.

Tabela 1: Entrevistados do livro reportagem

Entrevistado	Cargo/Profissão
Alício Pena Júnior	Ex-presidente da Escola Nacional de Arbitragem de Futebol (Enaf) da CBF vice-presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, ex-árbitro Fifa e CBF
Wallace Pena	Irmão de Alício Pena Júnior e árbitro amador da Liga Uberlandense de Futebol (LUF)
Giuliano Bozzano	Presidente da Comissão de Arbitragem Federação Mineira de Futebol (FMF) e ex-árbitro CBF
Arnaldo Cezar Coelho	Ex-árbitro Fifa e CBF; apitou a final da Copa do Mundo de 1982; e comentarista de arbitragem da TV Globo
Sílvia Regina	Ex-árbitra Fifa e CBF, pioneira em muitos fatos da arbitragem feminina do Brasil e do exterior
Fernanda Nândrea	Árbitra Assistente da FMF
Renato Miranda	Doutor em Psicologia do Esporte, professor da UFJF
Marta Magalhães	Psicóloga da CBF

Fonte: Autor

Com a pesquisa bibliográfica e entrevistas finalizadas, a redação foi o último passo. Isso porque, com os dados e entrevistas coletados, a parte final foi juntar todas as informações em seus respectivos tópicos e transcrever as entrevistas. É importante ressaltar que, durante a redação, foi necessário buscar novas fontes para explicar ou acrescentar tal assunto e que certas entrevistas aconteceram depois do prazo previsto. Nada disso, porém, alterou o produto final.

Com a obra escrita, o revisor e editor contratado fez o processo cuidadoso com o texto. Ao mesmo tempo, uma pessoa foi contratada para fazer a capa. O processo de diagramação e a publicação das versões ebook e impressa ficou por conta do autor.

4 A FIGURA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO BRASIL

Depois de seguir todos os procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior e com o livro finalizado em mãos, o livro-reportagem ficou assim (ver íntegra do livro em Apêndice B):

- 1 **Introdução** – o livro começa recontando a história do maior escândalo da arbitragem brasileira, a Máfia do Apito, revelada em 2005. Tal fato comprovou a manipulação de resultados no Campeonato Brasileiro daquele ano. Outros casos como esse no Brasil e no exterior também foram abordados.
- 2 **Bola em jogo** – neste capítulo foi feito um resgate histórico do surgimento do futebol, da chegada dele ao país e como o esporte da bola nos pés se tornou identidade nacional. A partir disso, entra na questão histórica da arbitragem no futebol, focando depois da arbitragem brasileira e no panorama atual da atividade.
- 3 **A psicologia do esporte e a arbitragem de futebol** – a ideia foi trazer a questão da psicologia esportiva, mais precisamente com foco no indivíduo do apito. Especialistas no assunto foram consultados, trazendo a parte teórica e prática da preparação do árbitro para uma partida e no que isso pode ajudá-lo em campo, por exemplo. O capítulo se torna importante pelo fato de que tal indivíduo vive em constante dilema entre o erro e o acerto, sendo pressionado por diversos fatores.
- 4 **Da várzea à Fifa: os caminhos para ser árbitro no Brasil** – o quarto capítulo do livro-reportagem apresenta a trajetória de uma pessoa que deseja se tornar o “dono do apito”, independentemente do gênero. Desde os primeiros cursos, investimentos, preparação, até o credenciamento de um árbitro como integrante do quadro da CBF ou da Fifa, incluindo testes físicos, exigências das Federações e Confederações, entre outros.
- 5 **Cara ou coroa: histórias além do apito** – para finalizar o livro, a proposta foi trazer histórias pessoais e profissionais dos entrevistados. Cada um dos árbitros entrevistados teve um espaço no quinto capítulo. Além disso, o capítulo contou perfis e histórias de

grandes árbitros(as) brasileiros(as) que não foram entrevistados(as), mas que representaram algo para a categoria, por exemplo.

A plataforma escolhida para publicação das versões digital e impressa foi o Kindle Direct Publishing, da Amazon, que disponibiliza a publicação gratuita livro na Amazon Kindle Store (ebook) e na Amazon Store (livro com capa comum). Assim que publicado, a obra pode ser vendida a um preço estabelecido pelo autor. No caso de uma venda, uma porcentagem do valor é repassada ao site.

Pelo fato de haver pouca pesquisa em jornalismo esportivo, principalmente, em relação à função árbitro, o presente livro-reportagem tem uma função acadêmica importante. A figura da arbitragem é pouca explorada nos estudos da editoria, apenas as outras partes que compõem o futebol são objetos de estudo. Esse é um diferencial, pois o futebol é bastante discutido – ainda mais quando a arbitragem vira o centro das atenções de uma partida –, faz parte da cultura do brasileiro e é rentável. É uma forma de atingir a comunidade interna (arbitragem) e a comunidade externa (sociedade), a fim de mostrar a figura do árbitro de futebol e tudo que o cerca para especialistas e leigos. O intuito do produto, a princípio, não é o lucro, mas a divulgação de uma profissão – apenas regulamentada no Brasil – tão pressionada no cenário esportivo e dar voz àqueles que passam ou passaram por isso. Mas não deixa de ser um produto negociável, com base nos critérios mencionados, além de servir de fonte de consulta sobre o tema.

Por mais que a pesquisa tenha sido realizada em Uberlândia-MG, o livro-reportagem proposto não se limita à cidade do Triângulo Mineiro. A ideia é difundir a obra pelo Brasil e pelo mundo através da rede mundial de computadores com a publicação das duas versões no Kindle Direct Publishing, da Amazon, e servir de referência para todos que se interessam pelo assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser árbitro de futebol no Brasil não é fácil. O constante dilema entre o erro e o acerto e a busca pela realização pessoal e profissional sob o comando do apito no país do futebol fazem parte do sinuoso caminho da arbitragem. Dos campos de várzea à elite nacional e internacional, nenhum árbitro passa ileso aos olhos dos atores do esporte. Pressão de todos os lados. Mesmo com poucos segundos para decidir um lance, sem repetição, ele é obrigado a acertar tudo. Mas ele não é máquina, é um ser humano como qualquer outro. Afinal, o árbitro está preparado para isso? Como ele lida com essas situações? Ele age de má-fé? Por que há poucas mulheres nessa profissão? Com a pulga atrás da orelha, o livro *A figura do árbitro de futebol no Brasil* fez um resgate histórico da figura do indivíduo do apito desde os primeiros registros do esporte da bola nos pés até a atual situação da profissão em solo brasileiro. Além disso, desbravou as etapas da formação profissional, ajuda da psicologia do esporte, testes físicos, escala de jogos, CBF, Fifa, sem esquecer dos sonhos de ser referência na arbitragem. Sonhos estes compartilhados por quem apitou uma final de Copa do Mundo ou, simplesmente, preferiu continuar no futebol amador. Sonhos da primeira mulher árbitra de futebol do mundo que foi impedida de apitar pela ditadura militar brasileira na década de 1960 e daquelas que, anos depois, com muita luta, fizeram história no apito Brasil afora.

Com base nisso, o livro-reportagem teve o objetivo inédito de abordar vários aspectos da arbitragem brasileira no esporte considerado identidade nacional, passando pela história, formação e atuação em jogos profissionais e/ou amadores. A pequena produção de livros e pesquisas sobre o tema proposto mostra que o mercado está carente desse tipo de abordagem, pois o foco em torno da pessoa do apito concentra-se basicamente nos noticiários e cadernos esportivos.

Por ter esse leque ampliado do assunto, a obra pode servir de referência para a categoria, para futuros árbitros, leigos, ou amantes do esporte, como um produto atemporal. Com a figura do árbitro tão visada no Brasil, independentemente da competição, a ampliação e explicação do seu contexto pode ajudar na relação árbitro/sociedade. Dessa forma, o produto final traz basicamente uma compreensão do sujeito (árbitro) e do seu discurso de si (ethos) no cenário do futebol. O propósito do livro, portanto, foi o de dar voz aos sujeitos e adjuvantes que ajudam na aplicação da regra do jogo, mantendo a tradição do esporte, tendo que conviver com os oponentes que insistem em querer ou provocar o pior.

REFERÊNCIAS

- ABIAHY, A. C. de A.. *O jornalismo especializado na sociedade da informação*. 2005. In: BOCC – Biblioteca on-line de ciências da comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2015.
- ALMEIDA, K. Nossa futebol. São Paulo: Arte e Texto, 1974.
- AMOSSY, R.. *Da noção retórica de ethos à análise do discurso*. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.
- ANTUNES, P. Regras de futebol. São Paulo: Cia Brasileira, 1970.
- BELLOS, A.. **Futebol: o Brasil em campo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BEZERRA, P. R. M.. **O Futebol Midiático: Uma reflexão crítica sobre o jornalismo esportivo nos meios eletrônicos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade). Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, Disponível em: <http://www.casperlibero.edu.br/rep_arquivos/2009/12/2/1259775426.pdf>. Acesso em: 29 out 2015.
- COELHO, P. V.. **Jornalismo esportivo**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- HADDAD, G.. *Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland*. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2013.
- LAGE, N.. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7^a Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- LAVILLE, C; DIONNE, J.. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Trad. Monteiro, Heloísa; Settineri, Francisco. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIMA, E. P.. **Páginas ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4^a Ed. Barueri-SP, Manole, 2009.
- LOVISOLI, H.. *Jornalismo e esporte:: linguagem e emoções*. In: **Corpus Et Scientia**, UNISAUM, v. 7, n. 2, p.91-99, 2011. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/view/133>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- MANZOLILLO, L. Futebol: revolução ou caos. Rio de Janeiro: Editorial Gol, 1984

SALGADO, L.. *Um ethos para Hércules: produção dos sentidos e tratamento editorial de textos.* In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.). Ethos Discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, A. I.; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R.; FRÓMETA, E. R. *O árbitro de futebol: uma abordagem histórico-crítica.* In: Revista da Educação Física/Universidade Estadual de Maringá, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3722>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

STYCER, M.. *Copa estimula publicação recorde de 137 livros sobre futebol.* 2014. In: **Uol Esporte.** Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2014/06/11/copa-estimula-publicacao-recorde-de-137-livros-sobre-futebol.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

VEJA a lista dos 137 livros lançados sobre futebol este ano. 2014. In: **Uol Esporte.** Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/11/veja-a-lista-dos-137-livros-lancados-sobre-futebol-este-ano.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

VENANCIO, R. D. O.. *Os enunciados do jogo e o imaginário do esporte: métodos para o ensino e pesquisa histórica do jornalismo esportivo.* 2015. In: **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 5, n. 17, p. 235-255, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/415/263>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

APÊNDICE A

Lista de livros sobre futebol¹

1. "100 anos de Palmeiras: o livro", por Wagner Luiz Marques (Clube dos Autores)
2. "1000 Curiosidades do Mundo da Bola que todo craque deveria saber", por Anibal Litvin (Vergara & Riba)
3. "11 Fotógrafas", vários autores (Sýn Criativa)
4. "2002 de meninos a heróis - Uma história do Santos Futebol Clube", por Paulo Rogério (Realejo Edições)
5. "2014 Curiosidades sobre Copas do Mundo", por Fábio Cinegaglia (Gregory)
6. "7 crônicas alvinegras", vários autores (Livros Ilimitados)
7. "A Camisa Amarela da Seleção Brasileira", por Gilson Yosshioka, Myriam Chinalli e Rafael Antón (Gaivota)
8. "A Copa da Corrupção", por Duciran Van Marsen (Farena)
9. "A Copa do Mundo de 1950-A maior tragédia do futebol brasileiro", por Francisco Michielin (Ex Machina)
10. "A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências", por Fernanda Sánchez, Glauco Bienenstin, Fabrício Leal de Oliveira e Pedro Novais (EdUFF)
11. "A dança do Brasil com o diabo – Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pela democracia", por Dave Zirin (Lazuli)
12. "A História das Camisas de Todos os Jogos das Copas do Mundo - 2ª edição", por Paulo Gini e Rodolfo Rodrigues (Panda Books)
13. "A trilogia das cores volume 3 - A Paixão é Vermelha (2011-2013)", por Samarone Lima e Inácio França (Sappho Press)
14. "Almanaque completo da Copa do Mundo: a história de todos os campeões mundiais", por Evanildo da Silveira (Discovery)
15. "Almanaque do Cruzeiro Esporte Clube", por Henrique Ribeiro (Belas Letras)
16. "Almanaque do São Paulo", por Raul Snell e José Renato Santiago (Autores)
17. "Arena Corinthians: a nossa casa", por Tadeo Sanchez Oller (Versal)

¹ (VEJA, 2014, s.n)

18. "As Coisas Incríveis do Futebol: as Melhores Crônicas de Mario Filho", por Francisco Michelin (Ex Machina)
19. "Bem Bolado - A História, a Geografia, a Matemática, as Artes e as Ciências por trás do Futebol", por Fátima Mesquita (Panda Books)
20. "Bola", por Thierry des Fontaines (Réptil)
21. "Bola na rede e o povo nas ruas! O Brasil na Copa do Mundo de 1938", por Felipe Morelli Machado (EdUFF)
22. "Bola na rede, volume 1: o pontapé inicial", por Dan Freedman (Fundamento)
23. "Bola na rede, volume 2: lance da vitória", por Dan Freedman (Fundamento)
24. "Brasil Pentacampeão - 300 momentos de emoção", por Milton Mira de Assumpção Filho e Tiana Chinelli (MBooks)
25. "Brasil pentacampeão: rumo ao hexa 2014", por Beto Fonseca e Angela Rodrigues (D Livros)
26. "Brasil Retratos Poéticos - As Cidades da Copa", por Fernando Bueno, Delfim Martin e Edson Sato (Escrituras)
27. "Brasil: Em Todas as 20 Copas Do Mundo (1930 - 2014) – 2ª edição", por Geraldo Affonso Muzzi (Pontes)
28. "Caixinha de surpresas", por Rulian B. Maftum (Desfecho)
29. "Calendário Futebolístico dos Sonhos", por Silveira Filho (All Print)
30. "Camisas do futebol carioca", por Auriel de Almeida (Maquinária)
31. "Campeonato Paulista Guia Oficial 2014 - Primeira Divisão", por Raoni David Colpas Gabriel (FPF)
32. "Campeonato Paulista Guia Oficial 2014 - Segunda Divisão", por Raoni David Colpas Gabriel (FPF)
33. "Ceará: uma história de paixão e glória - 2ª edição", por Aírton de Farias (Armazém da Cultura)
34. "Chuteira Dourada", por Flávio Paiva (Armazém da Cultura)
35. "Coligay – Tricolor e de todas as cores", por Léo Gerchmann (Libretos)
36. "Com a Nação nas Mão: A História do Treinamento de Goleiros no Futebol Brasileiro", por Carlos Rogério Thiengo e Dagmar Hunger (Pacco Editorial)

37. "Copa do Mundo Brasil 2014", por Alberto Briceno (Minibooks)
38. "Copa para quem e para quê?", por Dawid Bartelt e Marilene de Paula (Fundação Heinrich Böll Stiftung)
39. "Copas do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol", por Ronaldo Helal e Alvaro do Cabo (EdUERJ)
40. "Crônicas do tetra", por Gustavo Albuquerque (Livros Ilimitados)
41. "Cruzeiro tricampeão brasileiro", por Henrique Portugal e Bruno Mateus (Magma Cultural)
42. "Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)", por Euclides de Freitas (EdUFF)
43. "Dali o Joca não perde", por Victor Kingma (Nova Terra)
44. "De Charles Miller à Gorduchinha: a evolução tática do jogo em 150 anos de história (1863-2013)", por Darcio Ricca (LivrosdeFutebol)
45. "Desvendando o jogo: nova luz sobre o futebol", por Bernardo Borges Buarque de Hollanda e Luiz Guilherme Burlamaqui (EdUFF)
46. "Deuses da bola: 100 anos da Seleção Brasileira - 2ª edição", por Eugênio Goussinsky e João Carlos Assumpção (DSOP)
47. "Dicionário das Copas", por Humberto Peron e André Luis Nery (Panda Books)
48. "Dicionário de futebol", por Carlos Alberto de Lima (Rigel)
49. "Didi, o gênio da folha seca - 3ª edição", por Péric Ribeiro (Gryphus)
50. "Djalma Santos: Do porão ao palácio de Buckingham", por Flávio Prado, Norian Segatto e Adriana Mendes (Bellini Cultural)
51. "É tetra!: a conquista que ajudou a mudar o Brasil", por Michel Costa e André Rocha (Via Escrita)
52. "El Dorado: os efeitos do profissionalismo no futebol colombiano (1948-1951)", por Eduardo de Souza Gomes (Luminária)
53. "Encyclopédia das Copas do Mundo - 2ª edição", por Luiz Fernando Baggio (Novaterra)
54. "Encyclopédia do rádio esportivo mineiro", por Nair Prata e Maria Cláudia Santos (Insular)
55. "Entradas e Bandeiras - A conquista do Brasil pelo Futebol", por Gilmar Mascarenhas (EdUERJ)

56. "Eram todos camisa dez", por Luiz Guilherme Piva (Iluminuras)
57. "Estrelas do Mundial", por Sandra Pina (Planeta)
58. "Ferroviário: nos trilhos da vitória - 2^a edição", por Aírton de Farias (Armazém da Cultura)
59. "Fortaleza: história, tradição e glória - 2^a edição", por Aírton de Farias e Vágner Farias (Armazém da Cultura)
60. "Futebol Arte dos Pés as Cabeças", por Renata Sant'anna (Panda Books)
61. "Futebol e arte", por Guilherme Aragão
62. "Futebol é uma caixinha de arquétipo", por Lyguia Franklin de Oliveira e Sergio Seixas (Nossa Casa)
63. "Futebol Objeto das Ciências Sociais", por Flavio de Campos e Daniela Alfonsi (Leya)
64. "Futebol para leigos", por Scott Murray e Tom Dunmore (Alta Books)
65. "Futebol Universal: Pelé o mito, Cruyff a lenda", por Silas Custodio (Clube dos Autores)
66. "Futebol: a bola conta sua história", por Sérgio Vieira Brandão (Ciranda Cultural)
67. "Futebol: o outro lado do jogo", por Adriano de Freixo (Desatino)
68. "Futeboliada", por José Santos e Eloar Guazzelli (Disop)
69. "Gigantes do Futebol Paraense - Volume I", por Ferreira da Costa, Joel S. Costa e João B.F. Costa (Valmik Câmara Editgoração)
70. "Godofredo: o craque caprino", por Flávio Dana e Ricardo Sasaki (IBEP Nacional)
71. "Guia da Copa do Mundo", por Pelé (Vale das Letras)
72. "Guia politicamente incorreto do futebol", por Leonardo Mendes Jr. e Jones Rossi (LeYa)
73. "Histórias do Flamengo - 4^aedição", por Mario Filho (Mauad X)
74. "Hooliganismo e a Copa de 2014", por Bernardo Borges Buarque de Hollanda e Heloisa Helena Baldy dos Reis (7 Letras)
75. "Indefensável: o goleiro Bruno e a história da morte de Eliza Samudio", por Paulo Carvalho, Leslie Barreira Leitão e Paula Sarapu (Record)
76. "Infográficos das Copas", por Gustavo Longhi e Rodolfo Rodrigues (Panda Books)
77. "Jogada Ilegal", por Luís Aguillar (Gryphus)

78. "Jovens Craques do Brasil Futebol Clube", por Nereide Schilaro Santa Rosa (Leitura & Arte)
79. "Libertadores: a paixão que nos une: a história completa do mais tradicional torneio de futebol interclubes das Américas: a Copa Bridgestone Libertadores", por Nicholas Vital (Cultura Sustentável)
80. "Maracanazzo - A história secreta", por Atlio Garrido (Livros Ilimitados)
81. "Marketing Futebol Clube", por Luiz Carlos Zenone (Atlas)
82. "Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina", por Paulo Capela e Elaine Tavares (Insular)
83. "Metáforas em Campo – O Futebol Brasileiro e suas Representações no Jornalismo Popular", por Adilson Oliveira (Gostri)
84. "Milton Neves Conta Nossa Mundiais", por Mario Marinho e Silvio Natacci (Nova Leitura)
85. "Neymar: o sonho brasileiro", por Peter Banke (Planeta)
86. "Neymar: O Último Poeta do Futebol", por Luca Caioli (L & P M)
87. "No Ar", por Braga Junior (Intermeios)
88. "No Estilo de Jalisco", por Juan Pablo Vilallobos (Beteia e Realejo)
89. "O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política", por Sérgio Settani Giglio e Diana Mendes Machado da Silva (Zagodoni)
90. "O Despertar do Gigante – Drama e Renascimento Coral vistos da Arquibancada", por André Luiz Batista da Silva (Luci Artes Gráficas)
91. "O diário secreto das Copas", por Jeosafa Fernandez Gonçalves (Volta e Meia)
92. "O futebol de discreto charme", por João Nunes (Pontes)
93. "O Gol Esquecido - Contos de Futebol", por Mayrabnt Gallo (A Girafa)
94. "O guia dos curiosos: Copa do Mundo", por Marcelo Duarte (Panda Books)
95. "O Jogo Bruto das Copas do Mundo -3^a edição", por Teixeira Heizer (Mauad X)
96. "O lado sujo do futebol", por Amaury Ribeiro Jr, Luiz Carlos Azenha, Tony Chastinet e Leandro Cipoloni (Planeta)
97. "O mundo das Copas. 2^a edição), por Lycio Vellozo Ribas (Academia do Livro)
98. "O País da Bola - 2^a edição", por Betty Milan (Record)

99. "O time da raça: almanaque dos 50 anos do Avaí Futebol Clube", por Adalberto Jorge Kluser, Felipe Matos, Spyros Apóstolo Diamantaras (Nova Letra)
100. Os 14 Cardeais do São Paulo Futebol Clube", por Érico Storto Padilha (Scortecci)
101. "Os Clássicos do Futebol Brasileiro", por Marcelo Unti e José Renato Santiago (Autores)
102. "Os Dez Mais da Seleção Brasileira", por Roberto Sander (Maquinaria)
103. "Os Garotos do Brasil - Um Passeio pela Alma dos Craques", por Ruy Castro (Foz)
104. "Os Hermanos e Nós", por Ariel Palacio e Guga Chacra (Contexto)
105. "Os juventinos voltaram: 1111 noites no inferno", por Giovanni Porpetta (Clube dos Autores)
106. "Os Sem Copa: Craques que Encantaram o Brasil e Nunca Participaram de um Mundial", por Clara Albuquerque (Maquinária)
107. "Oswaldo Brandão – Libertador Corintiano, Herói Palmeirense", por Mauricio Noriega (Contexto)
108. "Pagar o Que? - Respostas A Maior Bravata da Historia do Futebol Brasileiro", por Cezar Santa Ana, João Marcelo Garcez, Luiz Alberto Couceiro, Marcelo Janot, Paulo-Roberto Andel e Valterson Botelho (Verve)
109. "Paixão S.A. Como Anda o Marketing do Seu Clube do Coração?", por Marcelo Guimarães (CRV)
110. "Palmeiras: Seus Heróis e Suas Glórias", por Luciano Ubirajara Nassar (Ícone)
111. "Pelada poética: Copa do Mundo no Brasil", por Mário Alex Rosa e Welbert Belfort (Scriptum)
112. "Pelé - A Importância do Futebol", por Pelé e Brian Winter (Realejo Edições)
113. "Pelé e o complexo de vira-latas: discurso sobre raça e modernidade no Brasil", por Ana Paula da Silva (EdUFF)
114. "Pensar com os pés", por Allan Percy (Sextante)
115. "Pequeno Diconário do Futebol Alemão e Brasileiro", por Elcio Cronelsen, Martin Curi e Stephan Hollensteiner
116. "Performance HuMana no Futebol-Manual da preparação física e fisiológica no futebol moderno", por Rodrigo de A. Clarke (All Print)
117. "Planeta Neymar", por Paulo Vinícius Coelho (Paralela)

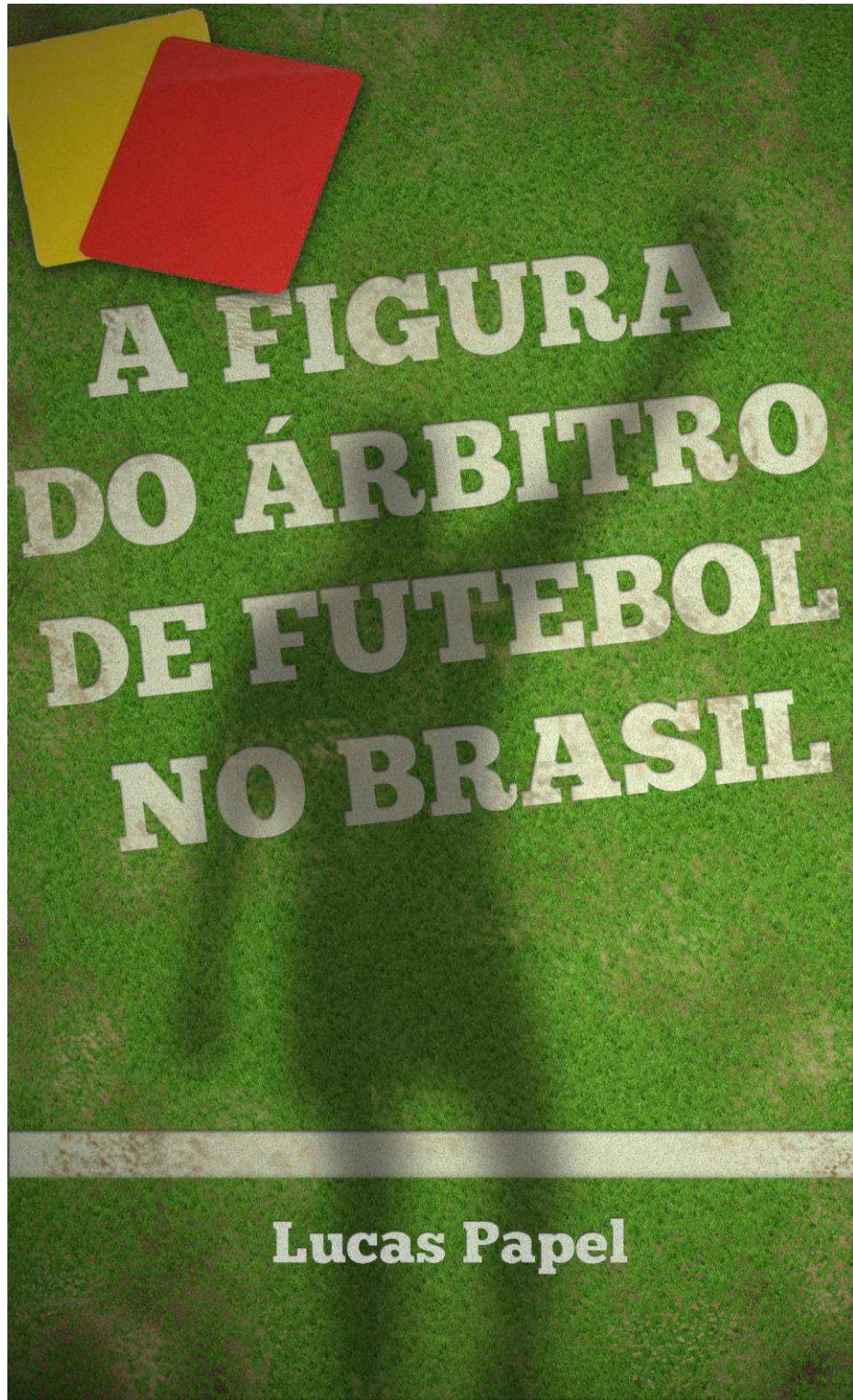
118. "Pontapé inicial para o futebol no Brasil – O bate-bolão e os esportes no Colégio São Luís: 1880-2014", por Paulo Cezar Alves Goulart (A9 Editora)
119. "Por Fora da Copa - Um Guia Sobre o que realmente importa no Mundial, Inclusive Futebol", por Eduardo Menezes (Dublinense)
120. "Quando é Dia de Futebol - nova edição", por Carlos Drummond de Andrade (Companhia das Letras)
121. "Quando o futebol não é apenas um jogo", por Gustavo Hofman (Via Escrita)
122. "Recordes do futebol mundial 2014", por Keir Radnedge (Ciranda Cultural)
123. "Resenha Esportiva - Dramas, Comédias e Tragédias de Sete Copas do Mundo", por Nelson Motta (Benvirá)
124. "Romerito: Tricolor de corazón", por Heitor D'Alincourt e Dhaniel Cohen (Livros Ilimitados)
125. "Santa Cruz - Retrospecto de 2000 a 2013", por Carlos Celso Cordeiro e Luciano Guedes Cordeiro
126. "São Paulo Campeão da Libertadores 1992", por Alexandre Linhares Giebrecht (Autores)
127. "Simplesmente Zico", por Priscila Ulbrich (Contexto)
128. "Sons divertidos: a partida de futebol", por Sam Taplin e Lee Wildish (Nobel)
129. "Tática Mente - A História Das Copas Explicada Pelas Cabeças e Pranchetas Dos Treinadores", por Paulo Vinicius Coelho (Panda Books)
130. "The yellow book: Brazilian national team: a century of religion; Seleção: um século de religião" (Toriba)
131. "Todo esse lance que rola – Uma história de amor e futebol(edição revista e atualizada)", por Mauricio Murad (Oficina Raquel)
132. "Transformando Gramma em Ouro", por Julio Casares (Gente)
133. "Um Jogo Cada Vez Mais Sujo", por Andrew Jennings (Panda Books)
134. "Um time de primeira: grandes escritores brasileiros falam de futebol" (Nova Fronteira)
135. "Uma história das Copas do Mundo-Futebol e Sociedade - vol 1", por Airton de Farias (Armazém da Cultura)

136. "Uma história das Copas do Mundo-Futebol e Sociedade - vol 2", por Airton de Farias
(Armazém da Cultura)

137. "Zezinho na Copa do Mundo", por Elisabete Barbosa Alves e Guto Lins (Escrita Fina)

APÊNDICE B

Livro: A figura do árbitro de futebol no Brasil²



² Ebook disponível em: www.amazon.com.br/dp/B01MY9A4V9

Livro com capa comum disponível em: www.amazon.com/dp/1520402945

LUCAS PAPEL

A FIGURA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL NO BRASIL

UBERLÂNDIA-MG, 2017

AUTOR

Lucas Papel

ORIENTAÇÃO

Rafael Duarte Oliveira Venancio

REVISÃO E EDIÇÃO DE TEXTO

Raphael Bandeira Lemos

CAPA

Danilo Moreira

DEDICATÓRIA

As páginas deste livro-reportagem são dedicadas a todos aqueles que colaboraram de forma direta e indireta para sua produção. Gostaria de agradecer também aos profissionais da arbitragem de futebol que se dispuseram a participar do livro e/ou fazem parte desse esporte.

Segue o jogo!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	42
BOLA EM JOGO.....	48
A PSICOLOGIA DO ESPORTE E A ARBITRAGEM DE FUTEBOL	56
DA VÁRZEA À FIFA: OS CAMINHOS PARA SER ÁRBITRO NO BRASIL	64
CARA OU COROA: HISTÓRIAS ALÉM DO APITO	81
FIM DE PAPO: APONTA O CENTRO DO GRAMADO.....	106

INTRODUÇÃO

É clichê dizer que, como todos os esportes, o futebol mexe com a emoção. Mas pode-se dizer também, sem medo, que a paixão fala ainda mais alto no esporte bretão. A sensação de pertencimento faz o torcedor, o cara da “massa”, da geral, do alambrado, da arquibancada, do radinho, da TV ou do boteco, não somente apoiar seu time, mas “ser” o seu time. O futebol talvez não seja mais romântico como antigamente, mas respira. E com ele seguem seus percalços. A arbitragem é um deles. Mais precisamente o árbitro e seu eterno caso com o erro a favor do adversário. “Seu trabalho consiste em se fazer odiar. Única unanimidade do futebol: todos o odeiam. É vaiado sempre, jamais é aplaudido”¹.

A figura do árbitro de futebol foi inserida no esporte para fazer os julgamentos e aplicar as regras estabelecidas, mas vive entre o erro e o acerto. Os erros são sempre lembrados, julgados e até imortalizados na memória dos atores de uma partida. Os acertos são considerados normais. Toda pessoa, em qualquer profissão, em algum momento, pode se equivocar. Mas no senso comum da cultura futebolística, o árbitro deveria acertar tudo. O fator humano fica em segundo plano, e a “pulga atrás da orelha” persiste. Certos casos do futebol, no entanto, dão razão ao torcedor que olha desconfiado para quem fica com o apito.

Ano de 2005. Após uma denúncia anônima à redação da revista *Veja*, em abril daquele ano, o Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, em conjunto com a Polícia Federal (PF), deu início à investigação de um esquema de manipulação de resultados em jogos do futebol brasileiro. Em 24 de setembro de 2005, uma reportagem dos jornalistas André Rizek e Thaís Oyama para a *Veja* denunciou o maior escândalo do futebol no Brasil: a Máfia do Apito.

Com a investigação em curso, os primeiros indícios das manipulações apareceram. Por meio de ligações telefônicas e trocas de mensagens de texto, Edilson Pereira de Carvalho, então árbitro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e um dos dez brasileiros no quadro de arbitragem da Federação Internacional de Futebol (Fifa), negociava com empresários e apostadores paulistas – donos de bingos em São Paulo e Piracicaba – ações para interferir no resultado das partidas. “Com os resultados acertados com o juiz, a quadrilha lucrava em apostas milionárias em sites de jogatinas na internet. É o maior golpe na paixão dos brasileiros pelo futebol e um escândalo de repercussão internacional”².

Edilson era do alto escalão da arbitragem brasileira. Dificilmente ficava fora de uma rodada. Chegou a estampar o brasão da Fifa no peito. Mas antes disso tudo, tentou carreira como jogador. Sem sucesso. Nascido em 1962, em Jacareí-SP, cerca de 80 km da capital São

Paulo, o jovem Edilson fez peneiras como lateral-esquerdo em times do interior paulista, mas não conseguiu uma boa oportunidade. Desistiu e resolveu seguir outro caminho. Foi parar no apito. Em 1991, iniciou a carreira na arbitragem. Três anos mais tarde, trabalhou no seu primeiro jogo profissional, no Campeonato Paulista. Em 1999, por indicação do presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Armando Marques, entrou para o quadro da Fifa.

A carreira deslanchou. Jogos importantes, decisões e pelejas internacionais, pela Copa Libertadores da América e pela Copa Sul-Americana. Pelo bom desempenho, poderia ter chegado a uma Copa do Mundo. Em entrevista ao site do GloboEsporte.com, 10 anos após o escândalo da Máfia do Apito, Edilson Pereira de Carvalho lembrou a confiança que era depositada nele: “Esses jogos me colocaram em outro nível, comecei a apitar finais em todo o Brasil. Entre um e outro (em duas terças consecutivas), fui para Buenos Aires bandeirar um Argentina e Bolívia (no domingo), pelas eliminatórias. Queria fugir da pressão. Mas deveria ter ficado, para acompanhar os elogios. Nessas partidas, vesti preto, queria ser o mais discreto possível”³.

Edilson não estava sozinho no esquema. O árbitro Paulo José Danelon, ligado à Federação Paulista de Futebol (FPF) e que havia trabalhado no Paulistão daquele ano, fazia parte do grupo e foi quem apresentou o árbitro Fifa aos apostadores. Além deles, alguns árbitros assistentes também precisavam estar no acordo. “A quadrilha, segundo o Gaeco, teria lucrado com as fraudes mais de 1 milhão de reais nos últimos seis meses”⁴.

O esquema funcionava da seguinte forma: a partir do momento em que os árbitros em questão eram escalados para um jogo, através do sorteio, entravam em contato com o empresário Nagib Fayad, o Gibão, de Piracicaba, apontado pela investigação como um dos chefes da Máfia do Apito. “Avisado sobre a escalação do juiz comprado, Fayad ligava para os seus sócios [...] a fim de combinar o placar e o valor da aposta. Em seguida, Fayad registrava o palpite em dois sites de apostas: o Aebet e o Futbet”⁵. As grandes quantias apostadas iam para os times favoritos. Como no futebol nem sempre o favorito vence, o trato verbal e financeiro com o árbitro da partida diminuía a quase zero a chance de uma “zebra”.

Os mais de 20 mil minutos de diálogos gravados pela investigação desde agosto de 2005 revelaram valores, acordos e até tentativas frustradas de manipular um resultado em diversos campeonatos apitados pelo pivô da Máfia do Apito. “Edilson, em conluio com os empresários, ‘vendeu’ e, em outras oportunidades, tentou ‘vender’ os resultados de muitas das 25 partidas que apitou desde janeiro deste ano [2005] nos que são alguns dos mais importantes torneios do futebol mundial, entre eles as Copas Libertadores e Sul-Americana”⁶. O valor da compra do árbitro variava entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil por jogo.

As gravações também expuseram a confiança do grupo nos acordos. Na partida entre Vasco e Figueirense, em São Januário, no Rio de Janeiro, pela 18ª rodada do Campeonato Brasileiro, realizada em 7 de agosto daquele ano, Edilson garantiu a Fayad que ele poderia apostar até os carros que tinha na vitória do Vasco: “‘Vê o limite que você pode pagar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo’, diz Edilson. O árbitro promete que irá fazer o resultado combinado ‘nem que tenha de sair do estádio sob escolta’”⁷. Em depoimento à Polícia Federal, o árbitro disse ter marcado um pênalti duvidoso a favor do time carioca, no primeiro tempo. Romário converteu a cobrança e abriu o placar. O Vasco ainda marcou mais um gol e venceu o Figueirense por 2 a 1.

Além dessa partida, Edilson confirmou ter negociado com os apostadores a vitória do Juventude sobre o Figueirense, no Alfredo Jaconi, em Caixas do Sul, pela 14ª rodada do Brasileirão, em 24 de julho. Em vão. O atacante Edmundo, então jogador do Figueira, marcou três gols, além de fazer a jogada do primeiro gol, marcado por Michel Bastos. Goleada do time catarinense sobre o Juventude por 4 a 1 e aposta frustrada.

Somente na Série A do Brasileiro d2 2005, outros nove jogos apitados por Edilson Pereira de Carvalho também ficaram sob suspeita: Vasco 0x1 Botafogo, Ponte Preta 1x0 São Paulo, Paysandu 1x2 Cruzeiro, Santos 4x2 Corinthians, Cruzeiro 4x1 Botafogo, Juventude 2x0 Fluminense, Internacional 3x2 Coritiba, São Paulo 3x2 Corinthians e Fluminense 3x0 Brasiliense, seu último jogo como árbitro de futebol. O ex-árbitro disse ter negociado três jogos, nem todos com sucesso e retorno financeiro: “Foram três jogos com apostas (no Brasileiro), mas eu não fiz nada. Um deles foi Figueirense x Juventude, mas o Edmundo (na época no Figueira) marcou três gols”⁸.

Algumas combinações de resultados não deram certo, como mostraram os áudios das investigações da PF e a apuração do jornalista André Rizek. Os altos valores apostados em jogos com Edilson no apito fizeram com que um dos sites escolhidos pelos empresários não liberasse as apostas em tais partidas. “As gravações da polícia indicam ainda que a ação da quadrilha despertou a atenção de pessoas fora do âmbito da investigação. Pelo menos um dos dois sites usados pela quadrilha, o Aebet, vinha recusando apostas em jogos apitados pelo juiz Edilson. Duas das partidas que ele arbitrou na 21ª e na 24ª rodadas do Campeonato Brasileiro (Internacional x Coritiba e São Paulo x Corinthians) permaneceram fechadas para apostas no site. Foram os únicos jogos não liberados para palpites entre as 22 partidas das duas rodadas”⁹.

O envolvimento de Edilson Pereira de Carvalho com a manipulação de resultados começou em fevereiro de 2005, em uma partida internacional. Banfield e Alianza Lima se enfrentaram na Argentina pela Copa Libertadores da América, com vitória do mandante por 3

a 2. O acordo com os apostadores era mesmo por uma vitória do Banfield, mas o ex-árbitro disse não ter interferido no placar: “Deixei de dar um pênalti claro para o Banfield, minha cabeça não aceitava aquilo. No fim, eles fizeram um gol e venceram”¹⁰. Mas uma quantia de US\$ 10 mil, à época, mudou o pensamento de Edilson. “Na volta ao Brasil, foi abordado por Fayad no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, que o esperava com US\$ 10 mil. Decidiu ficar com o pacote: ‘Foi pelo maldito dinheiro. Eu era uma pessoa chata, correta, botavam a mão no fogo por mim’”¹¹.

No depoimento à PF, Edilson também admitiu ter negociado dois jogos do Campeonato Paulista (América 4x1 Palmeiras e Guarani 0x2 Corinthians) e disse ter oferecido outras duas partidas da Série A do Brasileiro aos apostadores: São Paulo 3x2 Corinthians – que foi fechado para apostas no site Aebet – e Fluminense 3x0 Brasiliense, mas não deixou claro se influenciou no resultado. Também colaborador nas investigações, dois dias após a revelação do escândalo, o empresário Gibão confirmou à polícia ter feito três pagamentos de R\$ 10 mil ao árbitro Edilson.

Apesar das investigações, denúncias e suspeitas, apenas as 11 partidas da elite do Brasileirão apitadas por Edilson foram anuladas e remarcadas pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), com base no artigo 275 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), que determina que “as partidas cujos resultados sofram alteração em consequência de má-fé do árbitro deverão ser anuladas”¹². Uma tentativa do então presidente do STJD, Luiz Zveiter, de recuperar a credibilidade da competição. Tal artigo seria revogado do Código em 2009.

Com portões abertos aos torcedores, as 11 partidas foram jogadas novamente – mesmo contra a vontade de alguns clubes – e mudaram a tabela de classificação da competição, visto que alguns jogos tiveram resultados diferentes. O Corinthians foi o campeão, três pontos à frente do Internacional. Sem a anulação dos jogos, o Colorado teria levado o troféu com um ponto a mais do que o Timão. Os demais confrontos de outras competições sob o apito de Edilson, além dos jogos de Danelon, não foram remarcados.

Logo após a divulgação da Máfia do Apito, Edilson e Gibão tiveram os pedidos de prisão preventiva decretados pela juíza Antonia Brasilina de Paula Farah. Resolveram colaborar com as investigações a fim de terem suas penas reduzidas. Foram soltos cinco dias depois. Envolvido confessado no esquema, Danelon afirmou ter manipulado partidas do Paulistão, mas não foi preso. Os dias seguintes à exposição do caso foram de coletas de depoimentos, análises das partidas apitadas pelos árbitros citados e busca por alternativas por parte da FPF e da CBF.

Os árbitros Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon foram excluídos do futebol e denunciados pelo Ministério Público Federal por estelionato, formação de quadrilha e falsidade ideológica, assim como o empresário Fayad e outros quatro envolvidos nas manipulações. A ação penal em que eram acusados de estelionato foi suspensa em 2009 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu não haver crime. Tal crime só seria entendido como fraude esportiva cinco anos depois da Máfia do Apito, com a inclusão de um artigo no Estatuto do Torcedor.

Outros casos de manipulações de resultados também foram revelados na década de 1980. Na temporada 1979-1980, o mundo do futebol conheceu o Caso Totonero, na Itália. Por meio de uma denúncia de um agente de apostas, a polícia italiana descobriu um esquema entre apostadores, jogadores, árbitros e dirigentes para fraudar os resultados das partidas por meio da loteria esportiva clandestina *Totonero*. Essa bolsa de apostas “movimentava centenas de milhares de dólares e tinha mais de três mil agentes espalhados pelo país encarregados de recolher os palpites”¹³, até um deles se sentir traído por acordos não cumpridos e revelar toda a máfia aos órgãos competentes. A investigação apontou 38 pessoas envolvidas, entre elas o ex-jogador da *Azurra*, Paolo Rossi, à época com 23 anos. Rossi negou envolvimento no esquema, foi absolvido pela Justiça comum, mas suspenso por 23 meses pela Justiça Desportiva italiana. Cumprida a suspensão, o atacante voltou a jogar um mês antes da Copa do Mundo de 1982, na Espanha, e virou carrasco do Brasil nas quartas de final contra a Itália. Marcou três gols e eliminou a Seleção de Zico, Sócrates e Telê Santana: 3 a 2.

Além de Rossi, a maioria dos jogadores foi apenas suspensa. Outros não tiveram a mesma sorte e foram banidos do futebol. O Caso Totonero também manchou a história de clubes tradicionais da Série A do *Calcio*. Pelo envolvimento de jogadores e dirigentes de Milan e Lazio, as duas equipes foram rebaixadas à segunda divisão italiana. Demais times envolvidos chegaram a ter 25 pontos a menos na tabela. É considerado o maior escândalo de corrupção do futebol mundial. Duas décadas e meia depois, a Itália seria alvo novamente dos apostadores. Na temporada 2005-2006, o Escândalo da Série A envolveu dirigentes da federação italiana e alguns dos principais clubes do país, como Juventus, Fiorentina e, novamente, Milan e Lazio. A campeã da edição daquele ano, Juventus, perdeu seu título, foi rebaixada e começou a segunda divisão com menos 17 pontos. Os demais permaneceram na elite, mas também iniciaram a competição devendo pontos.

No Brasil, antes da Máfia do Apito, a revista *Placar* denunciou um esquema de fraude em jogos na Loteria Esportiva Federal, em 1982, que envolveu centenas de pessoas entre jogadores, técnicos, dirigentes e até integrantes da imprensa. Vinte pessoas foram indiciadas,

mas ninguém foi preso. Até o momento, o esquema liderado por Edilson Pereira de Carvalho e empresários paulistas é considerado o maior escândalo do futebol brasileiro.

A desconfiança de torcedores e jogadores sobre a boa-fé do árbitro ganha explicação em episódios como esses. Erros pequenos se transformam em falhas graves, e erros graves se transformam em eternas discussões sobre a atuação tendenciosa do trio de arbitragem para time A ou B. Raramente a decisão passa despercebida. Com a credibilidade dos árbitros colocada à prova, cada vez mais se aponta a interferência da pessoa ao apito no resultado. É pressão de todos os lados, com adjetivos e palavrões comuns ao mundo do futebol proferidos ao gosto do torcedor. Será mesmo que o árbitro de futebol precisa estar ali? O que passa na cabeça dele? Por que ele não pode errar? Ele se preparou? Como ele lida com isso? Por que há poucas mulheres no apito? Por essas e outras que o livro *A figura do árbitro de futebol no Brasil* foi escrito. Além de responder a algumas dessas questões, foram traçados perfis de famosos árbitros brasileiros e encontradas histórias pessoais e profissionais dos responsáveis por mediar pelejas nos gramados Brasil afora.

BOLA EM JOGO

Antes de falar da história da arbitragem e de como ela chegou ao Brasil, é preciso fazer um breve resgate histórico do início do futebol. Apesar das incertezas sobre os precursores da modalidade, é possível traçar uma ordem cronológica dos fatos. Não há uma história concreta acerca do início do futebol no mundo, mas há registros de atividades envolvendo uma bola sendo chutada ou arremessada – até então era possível usar as mãos durante todo o jogo – há mais de dois mil anos. Os primeiros indícios dessa prática surgiram na China e no Japão, mais como fins militares e religiosos do que propriamente como esporte.

Na China, durante o império de Huang-Ti, o *Tsu-Chu* tinha como “regra” chutar os crânios dos inimigos vencidos em batalhas até que ultrapassassem duas estacas fincadas no chão. Pouco depois, as cabeças dos soldados derrotados foram substituídas por uma bola de couro. Como derivação dessa prática militar surgia, pouco depois, o ritual religioso no Japão, com uma bola artesanal de bambu simbolizando o Sol. O *kemari* era praticado com “oito jogadores de cada lado, campo quadrado de 14 m, duas estacas fincadas no chão, ligadas por um fio de seda, bola redonda, com 22 cm de diâmetro; dentro dela, cabelos, para que ficasse cheia. Os jogadores, sem deixar a bola cair, e com os pés, tentavam passá-las além das estacas”¹⁴.

Posteriormente, algumas regiões da Europa e da África, como Grécia e Egito, também começaram atividades semelhantes. Chamado de *epyskiros* pelos gregos no século IV a.C., o jogo era “disputado com uma bola de bexiga de boi e coberta com uma capa de couro”¹⁵ em um campo retangular. O número de jogadores variava conforme as dimensões do campo. Por volta de 200 a.C. a prática chegou ao Império Romano. Em uma partida que poderia durar horas, o *harpastum* era uma atividade militar praticada também em um campo retangular dividido por uma linha.

“No continente americano, há evidências de que incas e astecas travavam disputas envolvendo uma bola, nas quais os perdedores eram sacrificados! [...] Sabe-se também que os maias praticavam o *tlachtli* ou *pokto-pok*, jogo travado por dois times com uma bola de borracha e ‘apitado’ por um sacerdote”¹⁶.

Na Idade Média, a prática esportiva com uma bola começou a se espalhar pela Europa. Os nobres franceses já praticavam o *soule*, que chegou através dos romanos, e suas regras variavam de região para região. Os atos violentos do esporte fizeram com que o rei Henrique II, da França, proibisse sua prática. Na Inglaterra, “‘times’ de 400, 500 pessoas corriam atrás de uma bola de couro para arremessá-la ou chutá-la contra a meta rival”¹⁷. Mas o “futebol” foi

proibido pelo rei Eduardo II, em 1314, pela grande quantidade de mortos e feridos após as partidas. Quem desrespeitasse tal decisão nas Ilhas Britânicas poderia ser mutilado ou enforcado em praça pública. Foi assim por vários séculos.

“Na Itália, no início século XVI, surge o *calcio florentino* ou *gioco del calcio*, esporte inicialmente praticado pelos aristocratas e fidalgos. [...] As equipes eram formadas por 27 jogadores, que podiam usar mãos e pés para arremessar uma bola de couro contra a meta contrária, que podia ser a porta de uma igreja ou de um palácio. [...] O esporte rapidamente caiu no gosto popular”¹⁸. Assim, o futebol ganhou forma e foi disseminado pelo mundo. Com ele, vieram as primeiras regras.

Os italianos Antonio Scaiano, em 1555, e Giovanni di Bardi, em 1580, foram os primeiros a publicarem as regras, com o *Tratado do jogo da bola* e um livro sobre as regras do *calcio*, respectivamente. Na publicação de Giovanni di Bardi estavam detalhes do futebol praticado na Itália da época. Sem delimitar o número de jogadores, o jogo passou a ser arbitrado por dez juízes, e a bola podia ser tocada com os pés ou as mãos. O objetivo era acertar a bola em uma espécie de barraca montada ao fundo de cada campo. Da Itália, as publicações chegaram até os ingleses por meio de refugiados.

“A influência do jogo florentino foi determinante para que o futebol inglês se ‘civilizasse’, tornando-se menos bárbaro e violento, embora fosse comum alguns jogadores saírem de campo com fraturas nos braços e nas pernas”¹⁹. Foi o bastante para o então rei Carlos II, em 1660 – mais de 300 anos depois da proibição de Eduardo II –, permitir, ainda que com algumas restrições, o futebol nas Ilhas Britânicas. Antes disso, estudantes e universitários de instituições renomadas já o praticavam.

Virou rotina e foi assim por vários anos. No início do século XIX, mais estruturado, o “futebol fazia parte da educação regular dos jovens ingleses, sendo comum que cada colégio estabelecesse suas próprias regras”²⁰, como o colégio de Rugby, que publicou a lei mais antiga para um jogo de bola, em 1846. Nela, os jogadores podiam tocar a bola com as mãos. Dois anos depois, estudantes de Cambridge se propuseram a criar um código para o futebol, contendo 11 regras gerais, dentre elas, a proibição de conduzir a bola com as mãos. Outros colégios também se basearam em Cambridge para criarem suas regras. “Naqueles tempos, o tamanho do campo de jogo e o número de jogadores eram variáveis e tampouco as bolas eram padronizadas. Era comum jogar-se com uma bola ovalada, que até hoje é utilizada no rúgbi”²¹.

O futebol se desenvolvia a passos lentos, as diferentes regras dificultavam o processo. Em 1863, finalmente, nascia o futebol moderno, em um pub inglês. “Alunos e ex-

universitários de Cambridge, sob a liderança do jornalista John Cartwright, iniciam uma campanha para a padronização das regras. Depois de muita discussão, finalmente representantes de várias escolas se reúnem na Freemason's Tavern, em Londres, em 26 de outubro, para criar a The Football Association (FA). [...] Na mesma reunião formou-se um comitê incumbido de redigir as novas regras²². Texto pronto e aprovado após seis reuniões entre clubes ingleses, em 8 de dezembro a FA publica na imprensa as 14 regras do futebol na época.

Onze dias depois, um jogo experimental com as novas regras foi disputado. Barnes Club e Richmond entraram em campo e empataram sem gols, em solo inglês. O primeiro jogo oficial sob o código da FA foi realizado em 9 de janeiro de 1864, no Battersea Park, em Londres. Um confronto entre amigos, com 14 jogadores em cada time. De um lado, os amigos do secretário da FA, Arthur Pember. Do outro, os amigos do presidente da associação, Ebenezer Cobb Morley. Melhor para a seleção do chefe: 2 a 0.

Com o tamanho do gramado e das traves, a conduta cordial dos jogadores em campo e a não utilização das mãos em nenhum momento do jogo, estabelecidos, algumas determinações ainda ficaram em aberto nas novas regras, como a duração das partidas e o número de atletas em campo. Nessas determinações, a figura do árbitro ainda não estava prevista. Somente em 1868 ela apareceu. Os primeiros árbitros de futebol intervinham na partida somente quando um dos times – no caso, um dos capitães – reclamava. Essa pessoa designada a julgar as ações da partida, sem receber nada, era escolhida pela sua integridade, seu comprometimento e por não torcer por nenhum time envolvido. Dez anos depois, “alguém teve a brilhante idéia de dar um apito aos juízes. O primeiro jogo ‘apitado’ na História ocorreu naquele ano [1878] entre Nottingham Forest e Sheffield Norfolk”²³.

Em 1881, os árbitros são inseridos nas leis do futebol, tendo assim, mais autonomia nas marcações. Em 1894, a regra deu ao árbitro o direito de punir por sua própria iniciativa, definindo a sua figura central de julgamento, sem que lhe fosse pedida a opinião. No mesmo ano, o “futebol moderno” finalmente chegaria ao Brasil, depois de estar enraizado no Velho Continente. Antes, algo próximo foi apresentado aos nativos pelos navegantes europeus em praias do Brasil. “O futebol chegou (conforme alguns historiadores) por intermédio de marinheiros de navios ingleses, holandeses e franceses que vinham até nosso país, na segunda metade do século XIX. Eles jogavam em nossas praias, durante as paradas dos navios, iam embora e levavam as bolas. [...] O que há de interessante é o registro de um ‘sensacional jogo de marinheiros ingleses, em 1872, nas praias do Rio’”²⁴.

Admirando o esporte estrangeiro, chegou a vez dos brasileiros darem o pontapé inicial. Dentre as diversas versões sobre o início do futebol no Brasil, uma delas remete aos padres jesuítas do Colégio São Luís, de Itu-SP, que trouxeram as primeiras bolas para a prática organizada do esporte na década de 1880. Nas viagens aos colégios da França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, entre outros países europeus, os padres estavam em busca de novidades nas práticas pedagógicas e físicas praticadas por lá. Como algo com a bola estava sendo praticado do outro lado do oceano, resolveram trazer o artigo para o Brasil. “Foi em uma dessas viagens, entre 1879 e 1880, em meio à bagagem dos padres, que duas bolas de capotão desembarcaram no Brasil. Batidas inicialmente contra os muros da escola e depois chutadas entre os alunos, começaram a ganhar adeptos, e desde então, não pararam de rolar nos pátios do Colégio”²⁵.

Denominada como *le ballon anglais* pelos jesuítas, a bola de futebol era feita com uma câmara de ar revestida com couro, para dar resistência aos chutes e ao desgaste. Mas os alunos não sabiam jogar. Os padres jesuítas, com base no que vivenciaram na Europa e nas diretrizes do livro *Les jeux de collège* (NADAILLAC; ROUSSEAU, 1875) – manual que descrevia modalidades esportivas e jogos dos colégios jesuítas –, deram as primeiras instruções: “dar chutes na bola, chutar a bola em direção à parede e muretas do pátio destinado ao recreio. Assim nascia mais uma diversão para os horários de recreio, que passou a ser denominada bate-bolão. Esse modo de brincar com a bola, tem sua origem associada ao futebol praticado por estudantes na Inglaterra”²⁶. Além disso, era obrigatório o uso dos pés para chutar a bola e a existência de um local para onde deveriam direcionar os chutes: paredes ou muros. Elementos para a prática básica do futebol jogado na Europa.

O bate-bolão não ficou só em Itu. Outros colégios jesuítas e maristas brasileiros também praticavam o jogo da bola. Nesse período, um padre peruano foi o responsável por aproximar o bate-bolão do futebol moderno. Entre idas e vindas de estudos no Brasil e na Europa, o padre Luís Yabar assumiu o cargo de reitor do Colégio de Itu em 1893. Homem culto, trouxe de suas viagens novas visões do jogo, por tê-lo conhecido em seu período de estudos. Em busca de maior exatidão e padronização das primeiras regras do esporte bretão, Yabar passou a segui-las com maior exatidão. As dimensões e marcações do campo foram seguidas à risca, as paredes e muros do Colégio, antes delimitados como gols, foram substituídos por traves de madeira. O mesmo aconteceu com a bola, que também foi se adaptando e chegando próximo ao que é o futebol moderno.

No mesmo período dos colégios jesuítas, “fala-se também (outra ala de historiadores) que o futebol começou a ser jogado em Jundiaí, por funcionários da São Paulo Railway, em

1882, e no Rio de Janeiro, por funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina, no mesmo ano. Acontece que essas estradas de ferro foram construídas por ingleses, que adoravam o seu esporte e tratavam de praticá-lo longe da pátria”²⁷.

Ainda assim, o registro mais fiel à modalidade praticada atualmente veio com o brasileiro Charles Miller, em 1894. Depois de concluir os estudos em Southampton, na Inglaterra, Charles, filho de imigrantes ingleses, desembarcou no porto de Santos com duas bolas de couro para praticar o *foot-ball*, uniformes, um apito e um livro de regras em mãos. “Tenha ou não o futebol sido jogado em solo brasileiro, Charles é considerado o progenitor ‘oficial’. Ele dificilmente poderia imaginar o papel que sua bagagem esférica iria ter no destino do país. As duas bolas de futebol iriam torná-lo mais tarde um herói nacional, imortalizado como nome de praça no centro de São Paulo”²⁸. Lateral-esquerdo do St. Marry’s, um antecessor do Southampton FC, Miller começou a organizar os primeiros jogos do esporte bretão no Brasil por ter vivenciado a prática de perto. Por este fato, pode-se dizer também que Charles Miller foi o primeiro árbitro do país. Anos mais tarde, assumiu o apito. “Curiosamente, Miller, depois de jogar como atacante do São Paulo Athletic Club de 1902 a 1910, foi trabalhar como árbitro”²⁹.

Tal momento histórico favoreceu a popularização desse esporte, já que “o futebol chegou numa época em que o Brasil, que havia se tornado uma república somente em 1889, estava à procura de sua própria identidade. A rápida disseminação do jogo proporcionou à população urbana, carente de símbolos nacionais, uma experiência comum”³⁰.

Os cronistas da época utilizavam-se da emoção, paixão e literatura para aproximar aquele esporte elitizado da população brasileira. O show do esporte estava armado, os estádios cada vez mais acessíveis e cheios, e a cultura esportiva do brasileiro passaria, a partir dali, a ser baseada no futebol. Antes um privilégio da elite, o esporte gringo foi adotado pelas massas, já que eram necessários poucos itens para praticá-lo. “Bastava uma bola. Se você não tivesse dinheiro para comprá-la, podia improvisar sem gastar nada, por exemplo com um punhado de meias, uma laranja ou um pano cheio de papel. Não era preciso um equipamento próprio ou mesmo um campo demarcado. O jogo informal, que podia ser dominado mesmo sem um local mais adequado, espalhou-se rapidamente entre as camadas urbanas mais pobres”³¹.

Os negros, que correspondiam à parte mais pobre da população, advinda da escravidão, então recentemente abolida, começaram a aparecer no futebol do Brasil jogando igual ou até melhor que a nata da época. “O futebol só se tornaria ‘brasileiro’ quando os negros pudessem jogar junto aos de melhor nível. No início a participação deles foi

excluída”³². Este fato é explicado pela origem europeia do novo esporte, que ajudou na elitização branca e urbana do futebol no Brasil. Pouco tempo depois, em 1910, o futebol já era considerado o esporte mais popular do país, desbancando o remo. Foi quando o escritor britânico Alex Bellos disse que “o futebol estava adquirindo reputações opostas. Era tanto o passatempo privado dos ricos quanto a brincadeira preferida dos marginais”³³.

O desenvolvimento do futebol está ligado às condições históricas da época: final do século XIX e início do século XX. Com o surgimento das grandes cidades, da industrialização e da abolição da escravatura, em 1888, uma classe de excluídos (negros) passou a predominar nas áreas urbanas. Vendo aquele esporte às escondidas, já que não podiam entrar nos estádios, copiaram o modo de jogar, uma vez que o futebol demanda poucos aparatos. O negro não era aceito nos times, até que o clube carioca Bangu resolveu dar oportunidade aos trabalhadores industriais. Atitude malvista pelos times da elite, como o Fluminense.

Devido ao alto desempenho e à disposição desses atletas negros em campo, as agremiações se renderam a eles, ainda que de forma vagarosa. O problema, porém, é que eram “induzidos a sentir vergonha de sua cor”³⁴. Alisavam o cabelo, passavam pó-de-arroz para clarear a pele, entre outras atitudes. O Vasco da Gama foi o primeiro a fazer a famosa “peneira” do futebol somente com os jogadores de camadas mais pobres, em sua essência, negros. O mundo futebolístico brasileiro, a partir desse momento, não era mais elitizado e branco. Mesmo com toda a resistência por parte dos outros times, o futebol deixava de ser amador, com a criação de ligas nacionais que aceitavam os negros. Com a alfabetização da população brasileira, em sua maioria iletrada, e principalmente dos jogadores negros, o futebol se tornou profissional no país em 1933, graças também à força do esporte tupiniquim em nível nacional e internacional. A aceitação do negro e do futebol como identidade nacional só foi reconhecida com esse processo de profissionalização.

“O futebol jogado à brasileira já era o símbolo mais potente do nacionalismo. Por volta dos anos 1930, houve tentativas de batizar o jogo com algum nome menos tipicamente inglês que ‘foot-ball’. Porém as sugestões como – ‘pébol’, ‘bolapé’, e a greco-inspirada ‘balípodo’ – não vingaram. Em vez disso, os jornalistas brasileiros começaram a usar a transliteração ‘futebol’. Futebol então não era apenas o jogo importado por Charles Miller em 1894. Futebol era o esporte que era jogado como uma dança, o esporte que uniu o país e demonstrou sua grandeza”³⁵.

O futebol moderno se desenvolveu no exterior e em território nacional. Como consequência, os árbitros e as designações destes, também. Atualmente, o esporte segue as 17 regras de arbitragem estabelecidas pela Fifa juntamente com a *International Football*

Association Board (IFAB). A função da figura do apito está descrita nas regras de números cinco e seis.

Ainda influenciados pelos ingleses, o vocabulário e a tradição do esporte bretão perduraram na cultura brasileira, principalmente com relação à arbitragem. Antes, o juiz era chamado de *referee* e as roupas usadas em campo seguiam à risca aos costumes ingleses: “paletó curto, calção comprido, botinas e meiões, tudo de cor preta. Claro que, devido ao tórrido clima aqui dos trópicos, a imitação do paletó virou ‘jaqueta’ e tempos depois, vieram as camisas mesmo”³⁶.

Apesar disso, ainda restava uma dúvida: juiz ou árbitro de futebol? Muito se discute acerca dessa nomenclatura do profissional de futebol designado a aplicar as regras do esporte. Manzolillo (1984) traz uma definição interessante sobre a função: “O julgamento do árbitro difere do julgamento de um juiz, pois este último pode consultar a lei, defender uma tese, invocar a doutrina ou discursar para os jurados antes de pronunciar sua sentença. Para tomar uma decisão, o árbitro é ao mesmo tempo delegado, promotor, júri e juiz, tendo também que atuar como advogado de defesa em alguns momentos, por que é sabedor da grande responsabilidade que lhe pesa nos ombros pelo caráter irrecorrível das suas sentenças”³⁷.

Assim, pode-se chamar aquele indivíduo por trás do apito ou da bandeira (sem exclusão de gênero) de árbitro. A confusão persiste também por causa da regra do esporte de antigamente. “O árbitro é chamado muitas vezes de ‘juiz’, mas na verdade o nome correto do profissional encarregado de conduzir uma partida de futebol é ‘árbitro’. Essa confusão acontece pelo fato de que antigamente a regra chamava o árbitro de juiz, e seus assistentes de auxiliares, fiscais ou juízes de linha. Hoje a regra trata o árbitro apenas como árbitro (principal) e seus assistentes de árbitros assistentes”³⁸.

Os árbitros carregam consigo uma responsabilidade muito grande, pois mediam o esporte mais praticado no mundo, amador ou profissionalmente. No Brasil, mesmo com o respaldo da regra internacional de futebol, a arbitragem é apenas uma atividade regulamentada, sem caráter profissional para fins trabalhistas. É válido lembrar, porém, que são capacitados para tal. A questão é que são passíveis de erros, como qualquer indivíduo. “O árbitro deve, praticamente, em um mesmo instante observar, constatar, interpretar, julgar e punir ou absolver um atleta, o que não é fácil e não é qualquer pessoa que consegue. A função do árbitro de julgar se torna mais difícil pelo fato deste não estar julgando um fato isolado, mas uma ‘chuva’ intermitente deles em um espaço de tempo pequeno, sem ‘replay’”³⁹.

Também não é necessário ser um sábio do futebol para ver que a figura do árbitro é esquecida em uma vitória, sem ao menos ser comentada a sua atuação. Quando a vitória de

determinada equipe não acontece, a situação se inverte. Ele passa a ser o centro das atenções, é ofendido de todas as formas e até perseguido por jogadores, dirigentes e torcedores. Sua atuação passa a ser destaque na mídia, as polêmicas do jogo ficam em evidência e se esquece o ser humano por trás do apito ou da bandeira.

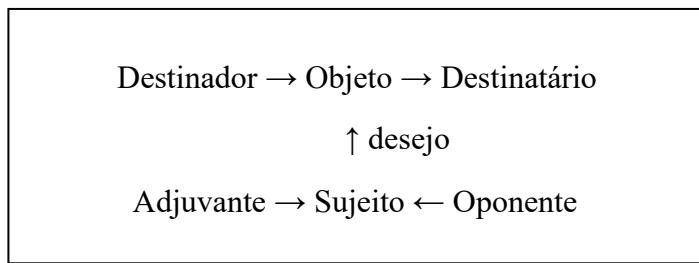
A PSICOLOGIA DO ESPORTE E A ARBITRAGEM DE FUTEBOL

Após uma partida de futebol é comum programas esportivos analisarem a atuação do árbitro no jogo, principalmente quando ele comete algum erro. É alvo de jogadores, diretores, clubes, torcedores e passa a ser também da imprensa. Com poucos segundos para decidir um lance, sem direito – ainda – a ver uma repetição, o dono do apito está suscetível a erros. Por isso, no futebol, são pelo menos três profissionais para fazer cumprir a regra. Mesmo assim, falhas acontecem. Não são máquinas, são profissionais treinados e capacitados, pagos para apitar. Quando acertam tudo, ninguém lembra. “Às vezes, raras vezes, alguma decisão do árbitro coincide com a vontade do torcedor, mas nem assim consegue provar sua inocência. Os derrotados perdem por causa dele e os vitoriosos ganham apesar dele. Álibi de todos os erros, explicação para todas as desgraças, as torcidas teriam que inventá-lo se ele não existisse. Quando mais o odeiam, mais precisam dele”⁴⁰.

Seria então uma pessoa intencionada a errar – ou “roubar”, na gíria do futebol – sempre contra o seu time? Aquela que age de má-fé sempre que seu time perde? Por outro lado, quando seu time ganha por aquele pênalti mequetrefe ou impedimento mal marcado, tudo bem? A partir dessas indagações, pode-se analisar o erro de fato e o erro de direito de um árbitro de futebol. O erro de fato é aquele que “ocorre em circunstâncias involuntárias, por falta de observação de um fato”⁴¹, como na não marcação de uma falta ou impedimento, por estar com a visão encoberta. O erro de direito é aquele “intencional ou praticado devido ao desconhecimento das leis do jogo”⁴², como quando um jogador de linha tira a bola das mãos do goleiro e marca um gol, o que é vedado pela regra, e a arbitragem valida o lance.

Para entender o árbitro de futebol, a melhor forma é tomar um indivíduo como exemplo para representar o todo, como propõe o sociólogo alemão Max Weber (1979)⁴³ com o tipo ideal – um instrumento de análise sociológica que ajuda na compreensão de determinado objeto de estudo com base em conceitos, servindo posteriormente como um modelo geral da realidade apresentada. Nessa lógica, apesar da arbitragem ser uma atividade de muitos indivíduos, é possível transformar o árbitro de futebol em uma categoria. Assim, mesmo existindo muitos árbitros de futebol, de diversos estilos, é possível representar a categoria por uma figura central. Tal figura pode ser adaptada ainda ao modelo atuacional do linguista russo Algirdas Julien Greimas (1973)⁴⁴, proposto e desenhado a seguir:

Figura 1: Modelo atuacional de Greimas

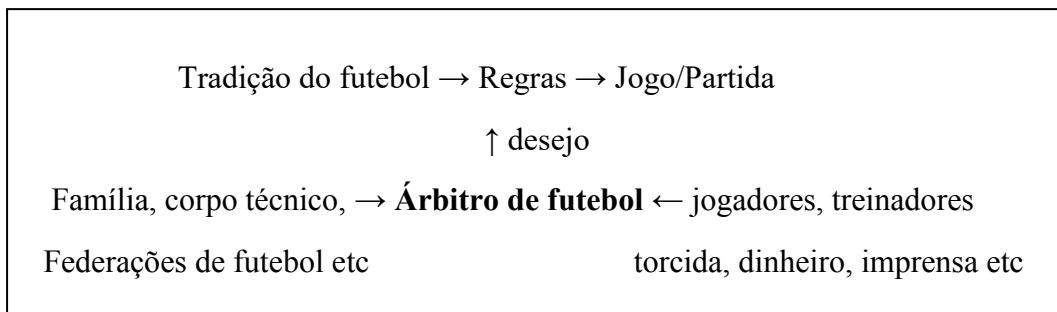


Fonte: Greimas (1973, p. 236)

Para melhor entendimento do modelo atuacional, Greimas analisa as “categorias” do modelo e sua relação com a categoria principal, que é a do desejo entre o sujeito e o objeto. Na categoria “Destinador vs Destinatário”, o sujeito leva o objeto, “que é ao mesmo tempo, objeto de desejo e objeto de comunicação”⁴⁵, do destinador ao destinatário. Na categoria “Adjuvante vs Oponente”, há duas espécies de funções bastante distintas, sendo possível explicitar a oposição entre o adjuvante e o oponente com relação ao desejo do sujeito: “1) as primeiras [adjuvante → sujeito], que consistem em trazer auxílio, agindo no sentido do desejo, ou facilitando sua comunicação; 2) e outras [oponente → sujeito] que, ao contrário, consistem em criar obstáculos, opondo-se quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto”⁴⁶.

O próximo passo para adequar o modelo atuacional de Greimas e entender o que se passa na cabeça de um árbitro de futebol é pensar o árbitro como sujeito – a figura central de uma partida de futebol – em busca do desejo de cumprir a sua função no esporte, que é aplicar a regra do jogo (objeto). Dessa forma, na categoria “Destinador vs Destinatário”, o destinador é a tradição do futebol e o destinatário é o jogo ou partida em si, unidos pela regra (objeto). Na categoria “Adjuvante vs Oponente”, o árbitro (sujeito) recebe o apoio da família e do corpo técnico da Federação ou Confederação de futebol a qual pertence (adjuvantes), por exemplo, em busca da realização, que é apitar bem uma partida. Por outro lado, existem obstáculos que podem dificultar essa relação entre sujeito e objeto. Os jogadores, treinadores, clubes, torcida, e até o dinheiro – como na Máfia do Apito –, podem ser os oponentes do árbitro por instigarem a todo momento uma pressão contrária, pelo acerto “tendencioso” ou pelo erro. Tal modelo atuacional de Greimas adaptado ao sujeito em questão pode ser representado da seguinte forma:

Figura 2: Modelo atuacional adaptado



Fonte: Autor

A partir desse modelo é possível traçar o trabalho feito por profissionais e especialistas para o bem-estar e melhor desempenho do profissional do apito e do ser humano. Entra em jogo a psicologia do esporte. Um dos expoentes do assunto no Brasil, mais precisamente em Minas Gerais, o doutor em Psicologia do Esporte e professor associado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Renato Miranda, afirma que, apesar da semelhança, a psicologia do esporte se difere da psicologia clínica, como muitos confundem. “A psicologia do esporte trata do comportamento humano antes, durante e depois do exercício físico do esporte. Então, a psicologia do esporte é um elemento do treinamento, tal como a preparação física, técnica e tática. A psicologia do esporte existe como mais um elemento para a preparação do atleta na tentativa de compreender o comportamento humano, para melhorar esse comportamento, ou seja, o desempenho humano”⁴⁷.

Delimitando o campo “esporte” para “futebol”, Renato destaca o papel da psicologia para ajudar no bom desempenho e bem-estar dos atores de uma partida. Apesar de não haver necessidade de formação em psicologia para ser psicólogo do esporte, mas de ser preciso especialização e conhecimento no assunto, o primordial para qualquer profissional ou especialista atuante é conhecer o esporte no qual está envolvido. “Não basta ser só psicólogo, se a pessoa é psicólogo geral e não conhece nada sobre futebol, não conhece o fenômeno, o esporte pode falhar. O problema não é a formação, tem que entender com o que vai trabalhar para ter sucesso. A psicologia do esporte existe no futebol profissional para melhorar ainda mais o desempenho de um atleta, de um árbitro, do técnico, de todos aqueles envolvidos em um processo de treinamento”⁴⁸.

Todo esse auxílio e preocupação com o rendimento e comportamento dos atores do esporte só foi possível pela curiosidade do psicólogo norte-americano da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, Norman Triplett, em analisar o melhor desempenho de ciclistas

que corriam em grupo, em 1898. Em seus estudos, identificou diferenças no rendimento dos atletas que pedalavam acompanhados e sozinhos. Comprovou seu argumento colocando crianças para desenvolver tarefas simples e concluiu que, sozinhas, elas demoravam mais tempo para executá-las. “A história da psicologia do esporte é muito localizada, seja nas Américas, seja na Ásia ou na Europa, mas basicamente, a grande influência foi nos Estados Unidos. Eles foram os grandes precursores da psicologia do esporte, e timidamente começou na década de 1890, na Universidade de Indiana, com Norman Triplett. O Norman queria saber por que os ciclistas quando pedalavam em grupo eram mais rápidos. Essa curiosidade foi o pontapé da psicologia do esporte. Mas, mesmo na história mundial, a psicologia do esporte ainda é recente”⁴⁹, disse Renato.

Quase um século depois, a psicologia do esporte ganharia força no Brasil. O marco aconteceu em 1979, com a fundação da Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte da Atividade Física e da Recreação (Sobrapp), em Novo Hamburgo-RS. “No Brasil, sempre tivemos estudos muito isolados de várias pessoas. Se pudéssemos colocar um marco, de maneira bem embrionária, seria no início da década de 1980. A partir do final da década de 1980, alguns cursos de graduação começaram a investir mais na psicologia do esporte. É claro que tiveram alguns estudos antes também. Mas só no final da década de 1990 é que começamos a ter mais sistematicamente a psicologia do esporte, com produções acadêmicas e livros na área”⁵⁰, completou.

Apesar do investimento na especialização e produção científica ser mais pesado no país apenas a partir da década de 1980, outros estudiosos e profissionais apareceram antes desse período com contribuições fundamentais. Um dos pioneiros em terras brasileiras foi o psicólogo, professor e jornalista João Carvalhaes, responsável por publicações, estudos e orientações práticas voltadas à arbitragem de futebol e ao boxe – sob pseudônimo de João do Ringue, trabalhou como comentarista da luta –, além do trabalho como psicólogo do São Paulo Futebol Clube e como integrante da comissão técnica da Seleção Brasileira no bicampeonato da Copa do Mundo de futebol, na Suécia, em 1958.

O trabalho de Carvalhaes na prática consistia em testes, dinâmicas de grupo e suporte aos atores do esporte, além de ministrar palestras e participar de congressos. “Na Federação Paulista de Futebol, implantou a unidade de seleção de natureza psicotécnica (termo comum na época) de candidatos à Escola de Árbitros, bem como a orientação deles. No São Paulo Futebol Clube, onde prestou serviços de Psicologia Aplicada, introduziu avaliação psicológica com base em testes de inteligência, de personalidade e de habilidades específicas dos atletas e sua preparação para o desenvolvimento efetivo de suas atividades. Dedicou-se também à

análise dos estados tensionais como fator de predisposição às distensões musculares. Momento em que foi convocado pela Confederação Brasileira de Futebol para exercer a função de psicólogo da equipe no Campeonato Mundial de Futebol. Pode-se dizer que a honrosa convocação era um reconhecimento de sua atuação como psicólogo no âmbito dos esportes”⁵¹. Pelo que representou ao esporte bretão, era chamado, por muitas vezes, de Psicólogo do Futebol.

Além do atleta, o árbitro de futebol como figura central de estudo da psicologia do esporte não é recente. Dentre as várias contribuições, Carvalhaes tornou-se o primeiro psicólogo a realizar trabalhos com árbitros da Federação Paulista de Futebol, em 1954. “Através de entrevistas e observação do trabalho dos árbitros mais experientes, Carvalhaes identificou um conjunto de aptidões que estariam relacionadas com as tarefas do árbitro dentro do campo de futebol: personalidade, nível mental, visão estereoscópica, estimativa da velocidade relativa, noção de espaço, tempo de reação, reação psicomotora (estímulo auditivo), tempo médio de reação (estímulos visuais e auditivos) e atenção. [...] Através dos dados que coletava, utilizando estatísticas descritivas, Carvalhaes determinava alguns pontos de corte nas medidas que serviam de ‘padrões de classificação’ para os árbitros avaliados. Por exemplo, no resultado do estudo de avaliação do tempo de reação psicomotora ficou estabelecido que candidatos que apresentassem valores acima de 50 centésimos de segundo, provavelmente, não teriam condições para exercer com sucesso a atividade de árbitro. Embora a investigação com os árbitros esportivos tenha começado de forma criteriosa e promissora, essa linha de pesquisa não prosperou”⁵².

No cenário atual, nada de critérios de classificação para os árbitros. Tanto as Federações quanto as Confederações de futebol possuem um psicólogo responsável por dar suporte e orientar os indivíduos do apito a terem seu melhor desempenho, despertar a autoconfiança e o autocontrole. Psicóloga da Comissão de Arbitragem da CBF desde 2007, Marta Magalhães disse que o profissional da área não atua somente para ajudar o árbitro nos momentos ruins. Orienta também quando este profissional consegue um êxito ou está no auge da profissão, para nada desviá-lo do foco: “O psicólogo ajuda o árbitro a ter controle emocional, tanto para o positivo quanto para o negativo. Se for para o positivo, ele pode se vislumbrar muito e criar um status que pode atrapalhá-lo. Se for para o negativo, ele pode criar uma referência que pode baixar o nível de desempenho dele. Então, ele precisa ficar de uma forma neutralizada. Ele não deixa de ser humano, é óbvio que ele sente a pressão, mas ele tem ferramentas e recursos internos para lidar com isso, aprendidos dentro dos quatro pilares da psicologia do esporte: Técnico, Físico, Mental e Social”⁵³.

Com base nesses pilares, Marta explica o trabalho realizado com a arbitragem, que vai desde o conhecimento das regras do jogo até o contexto social no qual o indivíduo do apito está inserido: “O Pilar Técnico pauta-se no conhecimento das dezessete regras (Livro de Regras do Jogo), na atuação em campo, nas avaliações teóricas e nos gestuais. O Pilar Físico volta-se para as necessidades do Treinamento e da Avaliação Física. O Pilar Mental, nome dado à atuação do Psicólogo do Esporte, trabalha com as habilidades e competências pautadas na concentração, foco, poder de decisão e controle das pressões. Todos respeitando o Pilar Social, que procura entender as diversidades de cada Estado, com seus hábitos, costumes, questões climáticas, entre outros, e que visa aproximar a linguagem comum do meio, promovendo uma comunicação mais clara, coesa e nítida no campo de jogo”⁵⁴.

Apesar da presença do profissional da psicologia nas Federações e Confederações, nenhum árbitro é obrigado a fazer o acompanhamento, mas convidado. Enfrentando pouca resistência, se comparado há alguns anos, Marta revela que alguns profissionais a procuram por livre e espontânea vontade: “Normalmente eu chego até eles e os convido: ‘Você tem vontade de fazer esse trabalho?’”. Ou também eles vêm e procuram. Quando eles procuram é porque têm interesse em otimizar o rendimento, querem ser melhores dentro do campo de jogo. Os encontros podem ser semanais, quinzenais, mensais, e pode ser no consultório, por videoconferência ou no campo de jogo mesmo”⁵⁵.

Perto ou longe, Marta mantém contato com os árbitros e inicia ou segue um trabalho em busca do bem-estar do profissional. De forma a humanizá-lo, o psicólogo do esporte auxilia no processo para suavizar a pressão diária da profissão: “No que diz respeito ao bem-estar, o árbitro tem uma presença e fazemos uma escuta daquilo que ele tem vontade de compartilhar, para que ele não arque com a pressão sozinho. Ele é ouvido, cuidado e humanizado, dentro do perfil de um homem comum. No que diz respeito ao desempenho, ele faz o treino com base nos quatro pilares. Esses treinamentos de forma integrada e monitorada, acompanhada, ajuda-o a ter esse melhor desempenho”⁵⁶.

A palavra-chave de tudo isso é concentração. Para o professor da UFJF, Renato Miranda, estar preparado antes, durante e depois de entrar em campo para apitar ou bandeirar uma partida de futebol é sinal de boa atuação: “A concentração antes está nas medidas de treinamento para melhorar a capacidade perceptiva e abrir as possibilidades de concentração do árbitro. O durante acontece no decorrer do jogo, em como ele pode desenvolver estratégias e aplicações de ordem técnica, para que não diminua a qualidade de concentração. Por fim, o depois é como ele pode usar mecanismos para fazer, de maneira concentrada, uma autoavaliação na tentativa de melhorar o desempenho nos próximos eventos”⁵⁷.

No exercício da profissão de árbitro de futebol, porém, nem tudo sai como a encomenda. Mesmo estando preparado e com o controle emocional neutralizado, o árbitro convive com o erro e o acerto, a definição do lance em segundos, e uma pressão diária – pessoal e dos outros atores do esporte –, como proposto na adaptação do modelo atuacional de Greimas (ver Figura 2). Convivendo com esses conflitos a todo instante, a psicóloga da CBF pontuou algumas das diversidades mais comuns relatadas pelos árbitros: “São várias as dificuldades, mas vão desde ter outro emprego, horário de treinamento, porque ele tem que treinar, mas tem outro serviço, tem família, tem tudo, até sobre a imprensa. A imprensa é cruel, ela não pensa no árbitro, pensa na torcida. Então, essas são as questões que mais aparecem”⁵⁸. No Brasil, a profissão árbitro de futebol só foi regulamentada em 2013, mas poucos se dedicam exclusivamente a ela.

Dentre os vários personagens e fatores da relação “Adjuvante vs Oponente”, um adjuvante primordial para o bem-estar de um árbitro pode se tornar um oponente atuante: a família. Para Marta, o ambiente familiar deve significar conforto, felicidade, e não um lugar de sabatina daqueles familiares torcedores. Cabe ao psicólogo do esporte blindá-lo, ou melhor, guiá-lo pelo melhor caminho na condução de suas ações. “Ele aprende, através das habilidades psicológicas, a lidar com todas as pressões: de torcida, de clube, da própria família, porque, às vezes, não os familiares mais próximos, mas os tios e primos torcedores podem ser profundamente agressivos em algumas colocações. Isso magoa muito o árbitro. A família, normalmente, é um momento de alegria e não de tristeza. Família é a base para ele. Quanto mais ela comprehende a função dele, mais feliz ele fica. Então, eles aprendem a lidar com isso. Não é que ele não se importa, ele é humano. É óbvio que ele é afetado, mas sabe que isso é o plano dois. No plano um, ele é preparado para esse enfrentamento. Temos uma coisa que se chama resiliência, que é para enfrentar o que precisa”⁵⁹.

Ao escolher a arbitragem, a pessoa sabe dos pontos positivos e negativos que virão pela frente, como em qualquer outra profissão. Mas com a ajuda de um psicólogo do esporte, ela passa a entender o seu próprio comportamento no trabalho e aprende a lidar com a pressão. Pressão esta que o professor Renato Miranda entende fazer parte do esporte. Logo, corpo e mente do profissional do apito devem caminhar juntos, e os treinamentos estão à disposição para isso. “O esporte, por ser uma atividade avaliada pública e sumariamente, essa pressão tende a ter um impacto muito incisivo na vida da pessoa. Um técnico, um jogador, ou um árbitro está exposto a isso, ao mesmo tempo, por milhões de pessoas que estão *in loco* ou estão vendo pela TV. É uma pressão natural, e se você tira essa pressão do esporte, o esporte perde graça e valor. Por um lado, essa pressão vai exigir muito dele, mas lá ele consegue

status, dinheiro, é onde tem graça, tem valor. Se perguntar isso a qualquer árbitro ou auxiliar, ele vai optar pela pressão. Então, um atleta ou um árbitro que não sabem lidar bem com a pressão, são pessoas que tiveram uma falha em sua preparação. Lógico que o comportamento da torcida, do atleta, pode ajudar, prejudicar ou provocar um comportamento do árbitro. Mas essa pressão é inerente ao esporte e a psicologia do esporte ajuda nisso. É perceber, comparar a informação, avaliar e decidir o que fazer, ao mesmo tempo. Ele faz isso por etapas, mas quanto mais treinado, faz isso mais rápido. O árbitro, por exemplo, tem que perceber um lance, comparar com as informações que ele tem em mente, avaliar o que tem que fazer e decidir o que tem que fazer em fração de segundos. A psicologia do esporte ajuda a preparar essa pessoa para ter o melhor controle da própria mente”⁶⁰, finalizou Renato.

Mesmo mostrando bom índice técnico, a famosa “geladeira” – quando o árbitro comete algum erro e fica algumas rodadas sem apitar – ainda persegue a arbitragem. No futebol, manda quem pode, obedece quem tem juízo. Apesar de todo esse aparato e suporte psicológico das Federações e Confederações ao profissional do apito, os oponentes muitas vezes ficam com a razão. Além dos debates em programas esportivos, com câmeras em vários ângulos e intermináveis repetições dos lances, os árbitros são alvos de dossiês elaborados pelos clubes com supostos erros contra a agremiação e que, depois, são entregues aos órgãos competentes pedindo seus afastamentos. Muitas vezes, a solicitação é analisada e atendida, impedindo tal profissional de apitar jogos daquele solicitante.

Há também quem tente fazer o caminho inverso. Em vez dos dossiês contra determinado árbitro, por exemplo, o técnico Vanderlei Luxemburgo propôs um trabalho inédito no Brasil em sua passagem pelo Atlético-MG, em 2010. Para evitar a oposição do jogador ao árbitro de futebol e ajudar o elenco a ter bom relacionamento com a arbitragem, entender melhor todas as regras, trouxe o ex-árbitro Fifa Wagner Tardelli para a comissão técnica do Galo. Atuando como consultor, o “psicólogo” Tardelli deu dicas e palestras aos jogadores naquela temporada. O trabalho de toda a comissão surtiu pouco efeito. Luxemburgo foi demitido em setembro, antes do Campeonato Brasileiro acabar.

Independentemente de todos os ônus e bônus da profissão, a arbitragem de futebol tenta não excluir ninguém. Homem ou mulher, basta ter 18 anos e passar por todas as etapas dos cursos obrigatórios para conduzir um apito ou uma bandeira. O sucesso ou o fracasso dependerá da preparação, determinação, motivação e autocontrole de cada um. Não existe uma fórmula mágica para ser árbitro de futebol, mas o trabalho da psicologia do esporte tem seu papel fundamental na formação e acompanhamento dos indivíduos do apito, dos campos amadores ao profissional.

DA VÁRZEA À FIFA: OS CAMINHOS PARA SER ÁRBITRO NO BRASIL

Uma verdade na cultura futebolística é que todo torcedor é um pouco treinador e um pouco árbitro. Ele pode presumir que conheça mais o jogador do seu time do que o próprio técnico ou que entenda mais as regras de futebol do que a equipe de arbitragem. Chamar o técnico de “burro” por uma escalação ou substituição malfeita e ofender um árbitro – ou a mãe dele – por um erro ou acerto desfavorável ao time dele faz parte do jogo. Com o futebol enraizado na cultura do brasileiro, isso não vai mudar. Se chegar ao posto de treinador do time talvez seja o caminho mais longo, tornar-se árbitro pode parecer mais simples. Mas mesmo o futebol sendo regido por apenas 17 regras, muitos torcedores não as conhecem a fundo. E às vezes esse desconhecimento se estende à arbitragem também. Tiro livre direto ou tiro livre indireto? Mão na bola ou bola na mão? É preciso muito estudo e interpretação do texto da regra, coisas que nem todos estão capacitados a fazer. Eu me arrisquei a isso.

Iniciei o processo para ser árbitro de futebol. Em julho de 2016 fiz a primeira etapa do curso para árbitros. Caso fosse aprovado depois de dois dias de aulas teóricas com o presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Mineira de Futebol (FMF), Giulliano Bozzano, em Uberlândia-MG, eu poderia apitar ou bandeirar em jogos do Campeonato Amador da Liga Uberlandense de Futebol (LUF), e caso fosse aprovado, posteriormente, nas provas médica e física da FMF, poderia até figurar na elite do Campeonato Mineiro.

Além de mim, cerca de 30 pessoas marcaram presença no curso para que pudéssemos, ao final dele, fazer a prova de conhecimentos da regra. Era necessário obter 60% de aproveitamento no teste de múltipla escolha. Cresci assistindo e discutindo futebol e há alguns anos trabalho na imprensa esportiva cobrindo esse esporte que é a identidade nacional do Brasil. Acredito ter dado uma má sorte danada. Pouco tempo antes do curso, em maio, a CBF alterou o texto de 16 das 17 regras do jogo. Apenas a “Regra 2: A bola” não sofreu nenhuma mudança. Algumas alterações foram textuais, até para deixar a redação mais clara, coisas simples. Outras, mais complexas, como nas regras de cartões, marcações de falta, demandaram um estudo a mais. Aí está o meu azar. Fiz a prova poucos meses depois.

Fora das quatro linhas, as releituras das regras pouco vão mudar a forma como o torcedor enxerga o jogo. A torcida sempre vai criar polêmica com o árbitro, o que importa é o time dela vencer. Mas me surpreendi com dificuldade do texto da regra. Muitas situações dependem da interpretação. Outras, porém, fazem parte do senso comum. Ao fim do curso recebi a prova contendo 30 questões com quatro opções de múltipla escolha cada. As perguntas variavam desde a dimensão do campo até análise de situações de jogo e a decisão a

ser tomada pelo árbitro, como um lance de impedimento. Confesso que tiro livre direto ou indireto foi uma pedra no meu sapado. Das 30 questões, acertei 21. Fui aprovado, recebi o diploma e estou apto, a princípio, a tentar uma sequência na carreira de árbitro. Resta agora manifestar meu interesse nas provas médicas e físicas. Mas prefiro ficar por aqui. O interessante foi conhecer o outro lado, pelo menos uma parte, do processo da carreira de um árbitro de futebol. Digo mais: não é fácil como muitos imaginam ser.

Em busca da formação profissional

Não existe uma fórmula mágica que determina quem pode ou não se tornar um árbitro de futebol bem-sucedido. Existe, sim, muito estudo, comprometimento e oportunidades para mostrar o trabalho. No Brasil, os primeiros cursos surgiram na Escola de Árbitros, criada na década de 1940, em São Paulo. Atualmente, os cursos para árbitros de futebol são oferecidos regularmente em todo o país, principalmente pela Escola Nacional de Árbitros de Futebol (Enaf), com o intuito de formar e reciclar todos os envolvidos com a arbitragem do esporte.

Mas por mais que existam cursos preparatórios, eles são apenas a ponta do iceberg. A arbitragem é bem mais do que isso e está em constante atualização. Apitar no futebol atual é totalmente diferente de alguns anos atrás: velocidade, técnica e regras – mesmo com poucas alterações, como as que aconteceram na temporada de 2016 no futebol internacional e no brasileiro. “Para se ter uma ideia, de 2015 para 2016 tivemos 92 alterações no texto das regras do jogo. Algumas alterações foram profundas. Além dessas alterações, existem mudanças táticas do jogo. A partida, hoje, é muito mais rápida do que antes, o árbitro precisa estar antenado a isso também. Modificações constantes que ele tem que estar sempre observando, tanto de texto como de técnicas e táticas do jogo de futebol. O árbitro que não conhece a parte tática do time, não conhece o estilo dos jogadores e do time que vai apitar a partida, tem muita dificuldade para acompanhar a velocidade do jogo”⁶¹, disse o ex-presidente da Enaf, Alício Pena Júnior, que em setembro de 2016 assumiu cargo de vice-presidente da Comissão de Arbitragem da CBF ao lado da ex-árbitra assistente Fifa, Ana Paula Oliveira, e do ex-árbitro Fifa, Cláudio Cerdeira, sob comando do presidente da Comissão, Marcos Marinho, o Coronel Marinho.

Apesar do novo campo, Alício tem autoridade para falar sobre o caminho a ser percorrido por um árbitro de futebol. Como presidente da Enaf e instrutor Fifa, atuava na formação e observação de árbitros de futebol pelo Brasil e explicou que o primeiro passo para assumir um apito ou uma bandeira é procurar uma formação, como em qualquer outra

profissão. “O interessado deve procurar um curso oficial da Federação de futebol do seu estado ou de outra Federação próxima. Hoje, a exigência da CBF para que o árbitro possa integrar o quadro profissional, e também uma exigência da maioria das Federações do Brasil, é que esse curso tenha uma carga horária mínima de 220h. Ele faz esse curso de 220h e começa a trabalhar nas competições da sua Federação. Começa no futebol amador, nas categorias de base, e na medida em que vai se destacando, vai sendo observado pelos instrutores e assessores que acompanham essa trajetória inicial. Depois, é levado para o futebol da quarta, terceira, segunda e primeira divisões”⁶². Todos esses passos dependem das atuações de destaque nas divisões do seu estado de filiação.

Trazendo o caso de um árbitro iniciante para Minas Gerais, o presidente da Comissão de Árbitros da FMF e instrutor Fifa/CBF, Giuliano Bozzano, explicou que não se pode pular etapas para amadurecer na profissão. Algumas recomendações precisam ser seguidas antes de chegar ao quadro de arbitragem da CBF. “Primeiramente, o árbitro tem que fazer um curso. Passando na parte técnica, se ele quiser, ele faz a parte médica e a parte física. Isso para a FMF, mas ele já pode começar a atuar em uma Liga. Ele tem que ser filiado a uma Liga e começar no futebol amador. Se ele quiser ser profissional, ele passa pelo exame médico e pela prova física. Sendo aprovado, ele começa a apitar na categoria de base e vai ser avaliado. Eu não tenho pré-requisitos de tempo, por exemplo, uma pessoa tem que ficar “x” anos no amador, “x” anos na categoria de base. Não tem motivos óbvios para isso. Se eu apitei no Morumbi com 19 anos, por que um cara não pode apitar o Módulo I do Mineiro com 23, 24 anos. Se eu consegui, os outros conseguem também. Basta ter a estrutura e a instrução necessária. É assim que funciona, você vai galgando os passos e os estágios conforme sua evolução. Claro que temos profissionais, como em qualquer área, que por mais que você lapide, instrua, eles nunca vão chegar a uma qualidade para apitar em alto nível. É do ser humano”⁶³.

Boas atuações pela Liga do estado rendem indicações ao quadro de árbitros da CBF. Mas ainda leva algum tempo. “O árbitro depois de cumprir dois anos na principal divisão de seu estado e apitado no mínimo dez partidas, ele pode ser indicado pela sua Federação ao quadro nacional. Estando no quadro nacional, ele começa um novo processo: trabalha nas categorias de base da CBF, sub-17, sub-20, feminino, e começa a ter oportunidades nas Séries D, C, B e A. Assim, tem uma ascensão programada na carreira dentro desses parâmetros”⁶⁴, disse Alício Pena. Chegando à elite do futebol brasileiro, um terceiro caminho precisa ser trilhado até chegar ao quadro de arbitragem internacional. Novos cursos, novos testes e indicação da CBF à Fifa.

Como qualquer profissão, ser árbitro de futebol requer investimento. A primeira etapa do curso da FMF de dois dias que fiz custou R\$ 200. Mas para o curso completo de 220h, o período de duração das aulas, o material e até a Federação do seu estado de origem influenciam o preço final. “Os cursos, em termos de preço, variam muito de Federação para Federação. Tem Federações com cursos com um período mais reduzido, outras oferecem um curso de 18 meses. É um investimento em uma carreira profissional como qualquer outra. Garantia de sucesso? É um pouco mais difícil, porque o título de formação, o ‘canudo’, como chamamos, não garante ao recém-formado que ele será um árbitro de futebol. São várias outras características que um árbitro precisa ter. O certificado de formação não quer dizer que a pessoa já é um árbitro de futebol. Ele vai ter que mostrar esse processo que falamos, além da aptidão física, rapidez de raciocínio e espírito de liderança. São todas essas características que a pessoa interessada em ser árbitro principal ou árbitro assistente tem que desenvolver, além do conhecimento técnico das regras de jogo e do preparo físico para desempenhar a função no campo”⁶⁵, analisou Alício.

Assim, Alício Pena Júnior, Giulliano Bozzano e demais dirigentes e instrutores seguem atrás de grandes nomes para a arbitragem. Cada um à sua função, cada um à sua maneira. Qualquer pessoa, independentemente do gênero, pode fazer a prova técnica/teórica para se tornar um árbitro profissional, mas para as demais provas é necessário ter mais de 18 anos de idade. O interesse pela arbitragem parte da pessoa, mas o sucesso depende do desempenho individual em campo.

Mulheres: árbitras ou assistentes?

As mulheres também têm vez na arbitragem de futebol, seja como árbitras ou como assistentes. Apesar da procura feminina pelos cursos ter aumentado recentemente, pouco espaço tem sido dado a elas em jogos profissionais de competições masculinas. É possível contar nos dedos os nomes de árbitras centrais que comandaram ou estão no comando do apito no Brasil. Na função de auxiliar, porém, o panorama muda um pouco. Conforme os dados levantados pelo site EspnW⁶⁶, com base em números fornecidos pela Fifa e pela CBF, tanto em 2015 quanto em 2016, apenas uma mulher estava apta a apitar jogos masculinos no Brasil. Com relação às árbitras assistentes, seis mulheres poderiam trabalhar em partidas nacionais em 2015. Em 2016, este número triplicou, sendo 18 assistentes.

Como Alício Pena Júnior explicou, a procura maior nos cursos é para trabalhar como bandeirinha, já que muitas interessadas esbarram nos testes físicos com índices masculinos.

“Isso tem melhorado muito, cada vez mais mulheres procuram os cursos. Mas nós temos uma procura maior para trabalhar como árbitra assistente. Para atuar em competições nacionais é preciso fazer os testes masculinos, inclusive as mulheres, e o teste para árbitro é muito mais puxado do que para árbitro assistente. As mulheres têm procurado, no Brasil, realizar mais o curso de árbitro assistente do que para árbitro principal, em virtude da condição dos testes físicos exigidos”⁶⁷.

Tanto para árbitro como para árbitro assistente, o aspirante à arbitragem tem que ser aprovado nos testes físicos, que são compostos por duas provas. Simplificando, na primeira prova a pessoa deve dar seis piques de 40 metros, com intervalo de descanso de 90 segundos entre um pique e outro. A segunda prova consiste em 20 séries de 150 metros, com 50 metros de caminhada entre uma série e outra. Para entender melhor os desafios de ingressar na carreira de árbitros, os índices de referência exigidos nos testes físicos masculinos e femininos até 2016 nas Federações, CBF e Fifa estão dispostos nas tabelas abaixo.

Tabela 1: Índices de referência do teste físico para árbitros e árbitros assistentes de futebol

	Prova 1		Prova 2	
	6 piques de 40 metros, com descanso de 90 segundos entre um e outro	20 séries de 150 metros, com 50 metros de caminhada entre uma e outra	Tempo de corrida	Tempo de recuperação
Árbitro Fifa	6,2 segundos	90 segundos	30 segundos	35 segundos
Assistente Fifa	6,0 segundos	90 segundos	30 segundos	40 segundos
Árbitro CBF	6,4 segundos	90 segundos	30 segundos	40 segundos
Assistente CBF	6,2 segundos	90 segundos	30 segundos	45 segundos
Árbitro Federação	6,4 segundos	90 segundos	30 segundos	40 segundos
Assistente Federação	6,2 segundos	90 segundos	30 segundos	45 segundos

Fonte: Autor

Tabela 2: Índices de referência do teste físico para árbitras e árbitras assistentes de futebol

	Prova 1		Prova 2	
	6 piques de 40 metros, com descanso de 90 segundos entre um e outro		20 séries de 150 metros, com 50 metros de caminhada entre uma e outra	
	Tempo de corrida	Tempo de recuperação	Tempo de corrida	Tempo de caminhada
Árbitra Fifa	6,6 segundos	90 segundos	35 segundos	40 segundos
Assistente Fifa	6,4 segundos	90 segundos	35 segundos	45 segundos
Árbitra CBF	6,8 segundos	90 segundos	35 segundos	45 segundos
Assistente CBF	6,6 segundos	90 segundos	35 segundos	50 segundos
Árbitra Federação	6,8 segundos	90 segundos	35 segundos	45 segundos
Assistente Federação	6,6 segundos	90 segundos	35 segundos	50 segundos

Fonte: Autor

Mas a partir de 2017, novas provas e índices de referência serão aplicadas nos testes para árbitros e árbitros assistentes de ambos os gêneros. Confira as mudanças:

Tabela 3: Índices de referência do teste físico para árbitros e árbitras de futebol a partir de 2017

	Prova 1		Prova 2	
	6 piques de 40 metros, com descanso de 60 segundos entre um e outro		40 séries de 75 metros, com 25 metros de caminhada entre uma e outra	
	Tempo de corrida	Tempo de recuperação	Tempo de corrida	Tempo de caminhada
Homem – Fifa	6,0 segundos	60 segundos	15 segundos	18 segundos
Mulher – Fifa	6,4 segundos	60 segundos	18 segundos	20 segundos
Homem – CBF	6,2 segundos	60 segundos	15 segundos	18 segundos
Mulher – CBF	6,6 segundos	60 segundos	18 segundos	22 segundos
Homem – Federação	6,3 segundos	60 segundos	15 segundos	18 segundos
Mulher – Federação	6,7 segundos	60 segundos	18 segundos	22 segundos

Fonte: Autor

Tabela 4: Índices de referência do teste físico para árbitros assistentes e árbitras assistentes de futebol a partir de 2017

	Prova 1		Prova 2	
	5 piques de 30 metros, com descanso de 60 segundos entre um e outro	40 séries de 75 metros, com 25 metros de caminhada entre uma e outra	Tempo de corrida	Tempo de caminhada
Homem – Fifa	4,7 segundos	60 segundos	15 segundos	20 segundos
Mulher – Fifa	5,1 segundos	60 segundos	18 segundos	20 segundos
Homem – CBF	4,8 segundos	60 segundos	15 segundos	22 segundos
Mulher – CBF	5,2 segundos	60 segundos	18 segundos	24 segundos
Homem – Federação	4,9 segundos	60 segundos	15 segundos	22 segundos
Mulher – Federação	5,3 segundos	60 segundos	18 segundos	24 segundos

Fonte: Autor

Tendo como base a mulher, caso ela consiga ser aprovada no índice feminino, poderá apitar ou bandeirar em competições amadoras ou de base da Federação à qual é filiada, além de competições profissionais femininas da mesma entidade. Com esse mesmo índice, a árbitra também pode trabalhar em jogos femininos organizados pela CBF. Mas para figurar na elite de uma competição profissional masculina como árbitra central ou árbitra assistente, a mulher precisa alcançar os índices masculinos. A explicação do vice-presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Alício Pena, é que uma partida disputada entre homens exige um condicionamento físico maior do que o exigido no índice feminino. “A competição é a mesma, o jogo é o mesmo para os dois. O árbitro, sendo homem ou mulher, vai ter que apitar jogos masculinos que exigem uma necessidade física maior. Quem se habilita a essa função precisa ter uma condição física primorosa, independentemente do gênero. Então, na minha opinião, a mulher tem que realizar o teste físico masculino”⁶⁸, disse.

Na FMF, o andar da carruagem parece um pouco diferente. Para fomentar o quadro feminino da entidade, o presidente da Comissão de Arbitragem, Giulliano Bozzano, deu oportunidades às mulheres para trabalharem em competições profissionais masculinas com o índice feminino. O objetivo principal foi e é dar rodagem e motivá-las. Uma chance a mais para mostrar o trabalho. Mas para apitar ou bandeirar na elite do Campeonato Mineiro, a entidade ainda exige o índice masculino. “Eu não tenho objeção quanto ao gênero. Quando

cheguei à FMF, a arbitragem feminina estava um pouco de lado. Então, conversei com o quadro feminino da FMF e disse a elas que eu tenho a opinião de que a mulher pode apitar, sim, em jogos masculinos, sem nenhum tipo de problema. Mas para ela atuar nesses jogos, ela tem que passar no teste físico que é estipulado para os homens. Mas fiz uma vírgula aí: como os principais campeonatos são masculinos, eu estipulei que ela poderia apitar até o Módulo II do Mineiro com o índice feminino. Isso para motivá-las. O Módulo II é um grande campeonato. Ela sabe que vai ter um retorno financeiro, vai ter uma avaliação técnica no Módulo II e vai perceber se é o que ela gosta e se tem condições de apitar o Módulo I”⁶⁹, contou.

Ainda segundo Bozzano, com as medidas adotadas desde 2014, quando assumiu a chefia da arbitragem em Minas Gerais, o trabalho no quadro de arbitragem feminino vem dando resultado. “Em dois anos que fizemos isso já temos duas árbitras com índices masculinos, umas delas é a Fernanda Nândrea, que entrou na CBF. A Nândrea, inclusive, bandeirou o Módulo I de 2016, e muito bem. Não tive problema com ela, é uma assistente excepcional. Então, estamos preocupados com isso e estamos fomentando a arbitragem feminina. Vem dando certo”⁷⁰.

Antes de figurar no Módulo I do Mineiro, a mineira Fernanda Nândrea percorreu um longo caminho. Em 2011, fez o curso de arbitragem na FMF e começou como árbitra assistente nas competições de base e amadoras de Belo Horizonte, até bandeirar em jogos amadores adultos. Em 2012, trabalhou em finais importantes de competições profissionais femininas, ganhou destaque, mas, segundo ela, o cenário na Federação não era favorável ao quadro feminino. “A gestão anterior era um pouco mais conservadora e não soltava as meninas para poder adquirir experiência. Em 2014, eu fiz meu primeiro campeonato sub-20, amei, preferi mil vezes trabalhar em campeonato assim. É muito difícil, mas é muito mais emocionante. Então, fui buscando, a partir disso, participar em outros níveis do adulto. Em 2015, coloquei na minha cabeça que queria fazer os jogos profissionais adultos masculinos. Só que, na época, era exigido que a mulher passasse no teste físico masculino. Eu fui trabalhando para tentar passar nesse teste masculino, que é muito mais difícil. O teste feminino é mais tranquilo e não exige muito, mas não dava acesso aos outros campeonatos adultos masculinos. Com a nova gestão do Giuliano Bozzano, ele deu oportunidade para as mulheres trabalharem na Segunda Divisão e no Módulo II do Mineiro só com o teste feminino. Isso foi um incentivo muito grande, porque deu para sentir o que é o campeonato. Mas mesmo assim, não queria parar só nisso”⁷¹, disse Nândrea.

Para chegar à elite do Mineiro ou até mesmo da CBF, era necessário conseguir os índices do teste masculino. Na primeira tentativa para a FMF, no início de 2016, Fernanda foi reprovada. Fazendo uma autoavaliação do próprio desempenho, ela corrigiu os erros e foi aprovada um mês depois. “Vi onde eu tinha errado, falei que iria melhorar nessas partes e tentar fazer novamente o teste, para que, em 2016 mesmo, trabalhasse no Módulo I. Fiz treinamento com personal trainer, com o preparador físico dos árbitros da FMF, Gilson Ornelas, e consegui passar. Em 2016, fiz três jogos no Módulo I. Com isso, me indicaram para fazer o teste masculino da CBF para poder trabalhar em competições organizadas por ela. Passei também no teste físico para a CBF e fiquei habilitada para as competições, mas infelizmente não tive oportunidade ainda de trabalhar no Brasileiro”⁷², completou.

Defendendo a ideia de uma boa preparação física para trabalhar em jogos masculinos, Fernanda Nândrea concorda em partes com as exigências para a mulher trabalhar em jogos masculinos. Para ela, os índices do teste masculino acarretam um pregaro físico melhor da pessoa, inclusive da mulher, que podem ser decisivos nos lances do jogo. Mas acredita e defende um novo método de avaliação para árbitras e árbitras assistentes. “Quando eu não tinha passado nesse teste, achava totalmente injusto para a mulher ter que passar por ele. É muito desgastante, o treino para o teste tem que ser frequente, intenso. Mas depois que passei no teste, vi a importância de estar preparada para atuar nesses jogos. Eu acredito que se eu não tivesse passado e me preparado o tanto que me preparei para atuar nos jogos do Módulo I, por exemplo, talvez não teria capacidade para trabalhar nesses jogos, poderia perder algum lance. Pelo cansaço no final da partida, por exemplo, talvez não conseguaria raciocinar para finalizar alguma marcação. Então, acredito que seja muito importante que se tenha esse condicionamento físico muito bom. Não sei se o ideal seria que fizéssemos o mesmo teste dos homens, talvez outro tipo, para mostrar que estamos preparadas, com o condicionamento físico bom. Mas atualmente eles ainda pensam que tem que fazer, então, temos que fazer”⁷³, ponderou.

Para Fernanda, porém, não existem barreiras. Com o índice masculino da CBF alcançado, o objetivo da carreira agora é atingir o índice de referência da Fifa para ser escalada em jogos internacionais. Embora reconheça que há poucas mulheres no quadro de arbitragem internacional com índices masculinos, ela diz que o caminho do sucesso só depende da pessoa. “Para chegar à Fifa, tem que realmente querer e gostar da arbitragem e do futebol. Temos que fazer nossa parte, não é fácil. Para a mulher, pode ser até fácil, pelo fato de ter menos mulheres que homens que querem um dia chegar à Fifa. Tem que treinar, ler regra, estar sempre focada e imaginar que é uma pessoa pública. Tem que se preservar de

algumas coisas para não virar polêmica, algo do tipo. Eles procuram pessoas sérias, focadas e que fazem um trabalho competente. Eu tento trilhar isso, faço isso nos jogos. Sempre vou muito concentrada, treino física e psicologicamente. Tenho o hábito de ler a regra, porque quero chegar lá um dia. Acho que ainda falta um pouco, porque tem que ter uma bagagem de Campeonato Brasileiro, nas Séries D, C, B, A”⁷⁴.

Quem chegou lá e estampou o brasão Fifa foi a árbitra paulista Sílvia Regina. Ela iniciou a carreira na arbitragem em 1980, ao fazer o curso na Liga de Futebol de Mauá, quando tinha 15 anos, e fez sua estreia como árbitra assistente dois anos depois. A carreira deslanhou a partir de 1997, quando trabalhou como árbitra central no Campeonato Paulista feminino. Em 2001, com os índices masculinos da CBF, apitou jogos do Paulistão masculino e das divisões nacionais. No mesmo ano, atingiu os testes masculinos exigidos pela Fifa e fez parte do quadro de arbitragem internacional como árbitra central até 2007, quando se aposentou. Naquela época, os testes físicos eram diferentes dos aplicados atualmente: dois tiros de 200 metros, com tempo máximo de 32 segundos para cada um; dois tiros de 50 metros de oito segundos para cada um; e mais uma corrida de 2.700 metros para homens e 2.400 metros para mulheres no tempo máximo de 12 minutos.

Com o teste alcançado, Sílvia Regina contou os cuidados que tinha para manter a forma e acompanhar o ritmo do futebol jogado pelos homens: “Treinava como atleta e em dois períodos (tarde e noite) para poder acompanhar o ritmo do futebol da primeira divisão. Trago desse tempo a saúde por levar uma vida tão regrada durante tanto tempo e a ‘casca grossa’ para enfrentar os problemas da vida”⁷⁵.

Por outro lado, Sílvia Regina acredita que existem poucas vagas para ser um árbitro de elite – como ela foi por sete temporadas – para homens e mulheres. Como argumento, a ex-árbitra usa como exemplo a Federação Paulista de Futebol (FPF), onde trabalha como auxiliar da Comissão de Arbitragem: “Hoje, como sempre, ser um árbitro ou árbitra de elite é para um reduzidíssimo número de pessoas. Por exemplo, dos mais de 400 árbitros que temos no quadro da FPF apenas dois são internacionais, ou seja, o espaço tanto para homens quanto para mulheres é para quem se destaca, e para se destacar deve-se ter o perfil de um grande árbitro ou árbitra”⁷⁶.

Atuando também como instrutora Fifa na Escola de Árbitros Flávio Iazzetti, da FPF, Sílvia repassa a experiência vivenciada no tempo de arbitragem e traz um apoio e um olhar femininos às mulheres que desejam ingressar como árbitra ou árbitra assistente na elite do futebol masculino. “Tive o privilégio de ser convidada a participar da parte administrativa da arbitragem em minha Federação e também de receber treinamento da Fifa para ministrar

cursos para árbitros e instrutores de arbitragem, isto também é para poucos. Um dos pontos que enfatizo é para que apitem sem medo, pois o medo paralisa as ações e reações, que sejam confiantes e que, para isso, estudem a regra e treinem. Para as meninas que procuram a arbitragem digo que façam com dedicação e amor, pois só assim terão êxito de permanecerem neste mundo predominantemente masculino”⁷⁷, finalizou a ex-árbitra.

O que procuram em um árbitro(a)?

Como parte do processo na arbitragem de futebol, dirigentes, assessores e instrutores auxiliam na preparação e no desenvolvimento do profissional em questão. O que eles buscam além do curso? Sintonia entre conhecimento técnico e prático. “O árbitro tem que ter condições de processar as informações que ele aprendeu durante os anos e dar a resposta rápida e correta no campo de jogo. Então, é uma combinação de fatores físicos, técnicos e mentais para que o árbitro consiga se destacar e traçar os objetivos que ele coloca na carreira. O que aconselhamos é que o árbitro se dedique à formação e estude tecnicamente o livro de regras. Temos uma ferramenta também, que é a análise de vídeo de outras situações de jogo. O árbitro tem que trabalhar isso incansavelmente. Lógico que no curso, nesse primeiro momento, não buscamos isso em um árbitro. Sabemos das dificuldades que ele vai ter e esse trabalho vai sendo adquirido com o passar do tempo. Quem conseguir, em um espaço de tempo menor, reconhecer essas dificuldades e atingir seus objetivos, é quem vai se destacar na carreira”⁷⁸, explicou Alício Pena Júnior.

Apesar das sedes das Federações estarem instaladas nas capitais de cada estado, bons árbitros podem estar em qualquer lugar. Trabalho de descentralização da arbitragem que Bozzano tenta fazer na FMF. “Uma coisa que me chamou a atenção em Belo Horizonte – não só em Minas Gerais, em outros estados também é assim – é que apesar da dimensão territorial gigantesca, do poder e da abrangência do futebol, só tínhamos árbitros da capital. É uma coisa que eu não comprehendo e não entendo como correto. Quando passei a informação ao presidente da FMF, Castellar Neto, um jovem, dinâmico, ele concordou que eu difundisse a arbitragem. Então, nosso objetivo é buscar o árbitro onde ele está. Arbitragem é dom, por mais que você queira que determinada pessoa seja árbitro, se ela não tiver o dom, não vai conseguir. É igual um atleta de futebol. Por mais que você coloque uma criança para treinar, se ela não tiver o dom, também não vai conseguir. Então por que desperdiçar este estado gigantesco que é Minas Gerais para deixar a arbitragem restrita à capital? Começamos a descentralizar, lógico que é um trabalho a médio e longo prazo, mas já está dando resultado.

Eu quero os árbitros de potencial, os mais velhos, todos, para lapidá-los. Já é difícil você encontrar um grande árbitro, ainda mais restringindo a região. Eu vou buscá-lo aonde ele estiver, para fortalecer a arbitragem em si”⁷⁹, contou.

Se dirigentes, instrutores e assessores de arbitragem seguem à procura de bons talentos do apito para formação e preparação de profissionais, do ponto de vista do árbitro, o fator emocional pode significar o ápice ou o fim da carreira nos gramados. Além do suporte que é dado pelas Federações e Confederações, para Bozzano “o árbitro tem que ser bem preparado psicologicamente, porque o futebol envolve paixão, dinheiro, várias coisas. O árbitro tem que estar alheio a isso. Ele tem que ter serenidade e tranquilidade, por isso tem o acompanhamento psicológico. Ele tem que ser preparado emocionalmente para filtrar tudo isso, para que entre em jogo, atue com tranquilidade e aplique em bom termo as regras do jogo”⁸⁰.

Com o controle emocional de si, o árbitro consegue manter o controle da partida. Mas isso não basta. Entender o significado do futebol e fazer a leitura da atmosfera da partida também ajuda. “Todo árbitro tem um estilo de apitar e esse estilo tem que se adequar às regras do jogo. Mas é claro que existem jogos mais difíceis, em que os ânimos dos jogadores estão mais exaltados, mais ansiosos. Então, ele tenta controlar o jogo conversando, verbalizando o que vai tolerar ou não, colocando critérios para que eles cumpram e entendam o que você vai tolerar ou não dentro do jogo. É assim que ele mantém o controle do jogo para que a partida transcorra com normalidade, sem nenhum tipo de problema para a arbitragem e para as regras da partida”⁸¹, completou o chefe da arbitragem em Minas.

Outros fatores importantes também podem estar na lista para se tornar um bom árbitro, com cuidados antes, durante e depois do jogo:

- Não cometa excessos em dias anteriores a uma partida;
- Não coma horas antes da partida, pois a digestão pode dificultar o raciocínio;
- Tenha um livro de regras sempre à mão;
- Atente-se aos seus equipamentos, como uniforme, chuteira e apito;
- Demonstre confiança em si mesmo e nas marcações que fizer ao longo do jogo;
- Apite apenas uma vez e com firmeza;
- Tenha critério e seja imparcial a todo o momento;
- Evite conversar muito com os jogadores, fale apenas o necessário;
- Não discutir com jogadores ou torcedores e aceite possíveis críticas ao seu trabalho;

- Esteja sempre atento aos lances e bem posicionado dentro de campo;
- Não volte atrás em uma marcação;
- Caso cometa um erro involuntário, não tente compensar marcando infrações a favor do outro time ou mesmo compensar o time prejudicado pelo seu erro;
- Ao fim da partida, faça uma autoavaliação do trabalho.

Pequenas ações que podem tornar a atuação do árbitro de futebol mais despercebida, sem grande destaque, mas com aplicação e condução correta das regras do esporte. “A intenção das leis do jogo é fazer com que as partidas sofram o menor número possível de interrupções e, por isso, o árbitro não deve aplicar penalidades por infrações técnicas ou supostas. O frequente trilar do apito devido a faltas insignificantes ou duvidosas, produz mal-estar, irrita os jogadores e estraga o prazer dos espectadores. [...] Lembre-se portanto o árbitro, de que a intenção da lei é, inclusive, a de protegê-lo o mais possível, tornando a sua presença mais despercebida em campo. Diminuindo as interrupções do jogo, consequentemente aumenta-se o tempo de desenvolvimento da partida. E quando os jogadores e público estão interessados no lance, a figura do árbitro vai aos poucos assumindo a proporção que realmente tem que é a de diretor do prélio e não de ser participante insistente”⁸². Basta ao árbitro, então, saber a sua real função em campo: a de autoridade. Afinal, nada mais é do que a obrigação dele dentro do futebol.

Scout do apito

Apesar dos “padrões de classificação” propostos e usados por João Carvalhaes na década de 1950, as Federações e Confederações de futebol não seguem esse método para classificar os árbitros. No Brasil, a avaliação do trabalho de cada profissional do apito ou bandeira é feita por meio de assessores que estão presentes nos campos de campo. Na busca pela excelência, nas Séries A e B, a CBF faz, desde 2016, a análise de desempenho usando um software, que recorta imagens dos lances e decisões da arbitragem, por exemplo. Nas Séries C e D, o acompanhamento continua sendo no papel. Ao fim do jogo, o relatório do assessor é comparado ao do analista e é verificada a necessidade de um auxílio mais próximo do trio de arbitragem em questão por parte da Comissão de Arbitragem.

“A análise de desempenho observa todas as ações do árbitro no campo de jogo: faltas marcadas, lances de impedimento, cartões amarelos e vermelhos, situações de vantagem,

posicionamento e deslocamento, por exemplo. Acontece um lance de cartão amarelo, o analista clica no tablet no lugar adequado e o recorte do vídeo desse lance é feito automaticamente. No campo de jogo também são feitas essas anotações de uma forma menos tecnológica, no papel ainda. Depois, o relatório do campo é confrontado com o relatório do analista de desempenho para traçarmos um paralelo entre os dois e chegar a uma conclusão se o trabalho do árbitro foi bem executado”⁸³. O vice-presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Alicio Pena, destacou ainda a importância desse acompanhamento, pois afirma que o resultado da atuação do profissional em campo é reflexo das orientações que são passadas.

Adquirido pela CBF na gestão do ex-presidente da Comissão de Arbitragem, Sérgio Corrêa, o software ajuda na melhora do nível de atuação da arbitragem e os vídeos coletados poderão servir como material didático, tanto para os árbitros quanto para o ensino nos cursos de formação. Em entrevista ao GloboEsporte.com em 2016, o então presidente explicou as vantagens de ter um sistema informatizado de análise do árbitro: “Teremos tudo isso em vídeo em fácil acesso para o árbitro rever sua posição, sua postura, sua decisão, tudo. É um arsenal didático para espalhar para todos. É para melhorar nossa orientação. Verificar por que ele errou ou não, qual foi a motivação, qual situação o levou ao erro, ou usar bons exemplos. Antes dependíamos muito dos comentários dos observadores. Agora temos a tecnologia para ter esse controle. Não será uma ferramenta para os julgamentos, já temos as transmissões oficiais e elas são usadas nos julgamentos. Vamos usar a tecnologia para coletar informações e melhorar nossa avaliação dos árbitros nos nossos treinamentos. Vamos ter todo o histórico dos árbitros, e agora eles sabem que estão sendo observados e têm todas suas situações analisadas, lances positivos para melhorar no futuro”⁸⁴.

Todo esse acompanhamento do árbitro por parte dos assessores, instrutores e dirigentes pode significar a designação do profissional em uma escala de arbitragem. Mesmo a escolha do árbitro do jogo sendo feita por sorteio, a Federação ou Confederação pode selecionar nomes do alto escalão para serem sorteados em determinados jogos. No caso dos árbitros assistentes, eles são indicados diretamente pela Comissão de Arbitragem para formarem o trio com o nome sorteado. Quem ainda deseja ser árbitro, deve conhecer o sistema de sorteio pelo qual terá que passar.

“O sorteio é um absurdo”

Como previsto no Artigo 32 do Capítulo VIII da Lei Nº 10.671 – mais conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor –, publicada no *Diário Oficial da União* em 15 de maio

de 2003, “é direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados, ou audiência pública transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores, sob pena de nulidade”⁸⁵.

O sistema de sorteio como conhecemos atualmente na CBF foi implantado em 2008. Por meio de duas colunas, os árbitros são selecionados para essas colunas e sorteados para determinada partida. Assim, ao contrário de anos anteriores, o sorteio jogo a jogo poderia deixar profissionais sem apitar por várias rodadas. A forma atual da CBF e seguida por grande parte das Federações foi proposta pelo presidente da Comissão de Arbitragem da FMF, Giulliano Bozzano, quando ainda apitava. “Em 2008, a gente estava fazendo um teste da Fifa em São Paulo. O Sérgio Corrêa era o presidente da Comissão de Arbitragem da CBF e eu disse a ele: ‘Poxa, Sérgio, eu fiquei cinco semanas sem entrar no sorteio’. Aí ele me disse: ‘Inventa uma forma melhor de fazer o sorteio’. Ele fazia esse sorteio jogo a jogo, assim, você poderia perder muitas rodadas. Na quarta rodada em que já estava fora, propus esse sorteio em colunas. A facilidade maior para o Sérgio é que ele tinha escalas da Série A, B, C e D para fazer, e se ele fizesse as escalas jogo a jogo, ele ia ficar a tarde inteira fazendo isso. Dessa forma, por colunas, ele faz um sorteio para quantos jogos ele quiser. Ele começou a fazer e até hoje fala que quem inventou esse sorteio foi o Giulliano. É uma forma menos traumática, no meu ponto de vista”⁸⁶, contou.

Apesar de ter proposto esse modelo de sorteio “menos traumático”, Bozzano afirma ser totalmente contra essa prática para escolha do árbitro do jogo, mas respeita a legislação federal do Estatuto do Torcedor. “A designação de cada árbitro ao jogo vai de acordo com o perfil de cada árbitro. Tem árbitros mais duros, árbitros novos, mais velhos, mais experientes. É um quebra-cabeça. Eu faço só o sorteio do árbitro principal, os assistentes eu designo, porque o sorteio só exige para árbitro principal. Eu coloco dois árbitros para cada jogo, e faço por colunas: Coluna 1 e Coluna 2. E cruzo, muitas vezes, os árbitros em dois jogos, revezando Coluna 1 e Coluna 2, para que um árbitro de alto nível não fique de fora da rodada. Se ele contar com a própria sorte, fica complicado”⁸⁷, explicou Bozzano.

Relembrando os tempos de apito, o ex-árbitro aspirante à Fifa vivenciou na prática o fato de ter que ficar por muitas rodadas longe do apito. Não por deficiência técnica, mas pelo sorteio. “Eu, por exemplo, já perdi cinco sorteios na época do Brasileiro. Aí, com Cruzeiro e São Paulo disputando a liderança, eu, há um mês sem apitar, caí no Mineirão. É uma coisa insana, o sorteio é insano, um absurdo, até revoltante para os árbitros. Então, eu procuro minimizar os problemas que isso causa, muitas vezes, cruzando os árbitros na Coluna 1 e na Coluna 2. Sabemos que tal árbitro vai apitar, só não sabemos o jogo”⁸⁸, disse.

Para melhor entendimento, o sorteio da CBF – pode variar dependendo da Federação – é feito da seguinte forma: os jogos das rodadas são dispostos à esquerda e os nomes dos árbitros principais, previamente selecionados, nas Colunas 1 e 2, como representado na Tabela 5. Cruzando os nomes dos árbitros na Coluna 1 e na Coluna 2 em jogos diferentes, há uma certeza: eles vão apitar na rodada, mas o sorteio definirá a partida em que vão atuar.

Tabela 5 – Sorteio de Árbitros da CBF

	COLUNA 1	COLUNA 2
Equipe A x Equipe B	Árbitro X	Árbitro Z
Equipe C x Equipe D	Árbitro Z	Árbitro X

Fonte: Autor

Oito bolas são colocadas em um globo, com quatro bolas pares e quatro ímpares. Uma pessoa alheia à arbitragem roda e fica condicionado que a terceira bola é a bola vencedora. São descartadas as duas primeiras bolas e a terceira que cai, se for ímpar, os árbitros escolhidos para as partidas serão os da Coluna 1, se for par, os da Coluna 2.

Tabela 6 – Sorteio de Árbitros da CBF com bola vencedora sendo ímpar

	COLUNA 1	COLUNA 2
Equipe A x Equipe B	Árbitro X	Árbitro Z
Equipe C x Equipe D	Árbitro Z	Árbitro X

Fonte: Autor

Com a terceira bola sorteada com um número ímpar, as escalas de jogo ficam da seguinte forma. No jogo “Equipe A x Equipe B”, o Árbitro X foi selecionado para a partida, enquanto no jogo “Equipe C x Equipe D”, o Árbitro Z comanda o duelo. Os árbitros assistentes serão escolhidos pelo presidente da Comissão de Arbitragem.

Usando um exemplo prático no futebol mineiro, Bozzano mostrou como funciona o sorteio da FMF no campeonato estadual, já que usa é o mesmo da CBF. “Na semifinal do Mineiro de 2016, o que eu fiz: eu tinha Atlético-MG x URT e Cruzeiro x América-MG. Eu

tinha a Coluna 1 e a Coluna 2. Eu coloquei o Ricardo Marques Ribeiro na Coluna 2, de URT x Atlético-MG, e o Ricardo Marques na Coluna 1, de Cruzeiro x América-MG. O Igor Júnio Benevenuto ficou na Coluna 1 do jogo Atlético-MG x URT e na Coluna 2 de Cruzeiro x América-MG. A única certeza é que os dois iriam atuar, só que a coluna decidiu o jogo”⁸⁹. Na Tabela 7, é possível ver a disposição dos jogos e das colunas. A bola sorteada para o segundo jogo da semifinal do Mineiro de 2016 foi a de número par.

Tabela 7: Sorteio de Árbitros da FMF na semifinal do Mineiro

	COLUNA 1	COLUNA 2
Atlético-MG x URT	Igor Benevenuto	Ricardo Marques
Cruzeiro x América-MG	Ricardo Marques	Igor Benevenuto

Fonte: Autor

Os exemplos apresentados mostraram apenas dois jogos e dois árbitros, mas a disposição dos nomes e o sorteio podem ser feitos para todos os jogos da rodada. Um mesmo nome de árbitro, porém, não pode aparecer em mais de dois jogos. “Eu tenho autonomia para escolher esses árbitros no sorteio e posso fazer esse sorteio com vários jogos. Posso fazer Caldense e Uberlândia, já usei o Ricardo e o Igor no outro jogo, posso colocar o Emerson de Almeida Ferreira e Ronei Cândido Alves nas colunas”⁹⁰, explicou Bozzano.

Dos campos de várzea à Fifa, o caminho para ser árbitro ou árbitra de futebol é longo, complicado. Não se assume o apito ou bandeira da noite para o dia. Investimento, cursos, preparação, aptidão, concentração, dom. Seja homem ou mulher, todos podem ter um lugar ao sol na arbitragem. Com muito trabalho, os bem-sucedidos alcançam o reconhecimento e o dinheiro, mas os profissionais do apito seguem à mercê disso. Da primeira árbitra de futebol do mundo impedida de apitar a árbitra assistente com sonho de chegar à Fifa. Do árbitro da final de Copa do Mundo ao árbitro campeonato amador. Histórias do começo difícil ao sucesso de quem passou por tudo isso na arbitragem brasileira são apresentadas no próximo capítulo.

CARA OU COROA: HISTÓRIAS ALÉM DO APITO

“Ninguém corre mais do que ele. É o único obrigado a correr o tempo todo. Este intruso que ofega sem descanso entre os vinte e dois jogadores galopa como um cavalo, e a recompensa por tanto sacrifício é a multidão que exige sua cabeça. Do princípio ao fim de cada partida, suando em bicas, o árbitro é obrigado a seguir a bola branca que vai e vem entre os pés alheios. É evidente que adoraria brincar com ela, mas nunca essa graça lhe foi concedida. Quando a bola, por acidente, bate em seu corpo, todo o público lembra de sua mãe. E, no entanto, pelo simples fato de estar ali, no sagrado espaço verde onde a bola gira e voa, ele aguenta insultos, vaias, pedras e maldições”⁹¹.

Sim, todos os árbitros são seres humanos. Aqueles seres capazes de fazer julgamentos em prol das regras do jogo. Difícies decisões que precisam ser tomadas em um piscar de olhos. O árbitro pode errar como qualquer pessoa, não é máquina. Se tira-teimas na televisão ainda deixam dúvidas, por que ele não pode errar? Mesmo sendo “casca grossa”, nada disso blinda a pessoa do apito ou da bandeira da pressão e das ofensas.

Para fazer o árbitro se sentir em casa, em qualquer gramado em que pisar, as Federações e Confederações tomam o cuidado em integrar o lado humano e profissional da pessoa. A psicóloga da Comissão de Arbitragem da CBF, Marta Magalhães, ressalta a importância e a preocupação desse trabalho. “Entendemos que o homem está diante de uma prática que é seguida pela emoção do espetáculo, ligada por aspectos financeiros, poder, controle e prestígio da mídia e da sociedade como um todo. Ser árbitro normalmente é a segunda atividade do indivíduo, uma vez que ele tem uma função ocupacional em outro trabalho que possa garantir sua sobrevivência”⁹².

O lado social é levado em conta. Afinal, um árbitro que está bem consigo mesmo desempenha um bom resultado dentro de campo. Segundo a psicológica, isso é papel fundamental do Pilar Mental, aplicado pela psicologia do esporte: “O homem árbitro é tão importante para o bom andamento do futebol, que cuidados como alimentação, sono, ética, aparência, viagem, acolhimento ao entrar em outra cidade, ou estado, visita ao estádio, entre outras questões similares, passa pelo crivo esmiuçado deste Pilar. O árbitro antes de tudo é uma pessoa, um cidadão”⁹³. Somado a isso, há o início difícil, a falta de apoio, o cenário predominantemente masculino, a família distante, entre outros fatores. Tudo pelo desejo de ser o(a) mediador(a) do espetáculo chamado futebol.

Da repressão ao sonho: cinco décadas da mulher no comando

Os primeiros registros de futebol apareceram há mais de 2.000 a.C. No Brasil, oficialmente, o futebol moderno chegou com Charles Miller, em 1894. O esporte era da elite, o universo era masculino, os homens jogavam e as mulheres, praticamente, acompanhavam nas arquibancadas. Somente no fim da década de 1950 elas foram a campo. As mulheres também queriam um lugar ao sol. As pioneiras no futebol em solo brasileiro foram as meninas do Araguari Atlético Clube, time de Araguari-MG, que formaram uma equipe feminina em 1958 e fizeram amistosos pelo Brasil. Jogaram em grandes palcos do futebol nacional, como o Independência, até então maior estádio de Minas Gerais, antes da construção do Mineirão. A prática do futebol pelas mulheres mineiras, porém, foi proibida no fim de 1959, pela volta do decreto-lei 3.199, de 4 de abril de 1941, do extinto Conselho Nacional de Desportos (CND), que impedia a mulher de praticar esportes “incompatíveis com as condições de sua natureza”. Nem mesmo a novidade, os estádios lotados com os jogos femininos, flores, beijos e paletós jogados ao alto mudaram o cenário machista. Era o fim da equipe. Tal liberação política da prática do futebol por mulheres só seria feita novamente na década de 1970.

Assim como na sociedade atual, a luta da mulher no “esporte masculino” não é de hoje. Além de serem impedidas de jogar, apitar uma partida de futebol dos homens foi ainda mais complicado. Por incrível que pareça, no comando do apito, a primeira árbitra profissional de futebol do mundo – que se tem conhecimento – viria do país do futebol. Nascida em 1945, em ABAETÉ-MG, Asléa de Campos Micheli, mais conhecida como Léa Campos, enfrentou tudo e todos pelo gosto e prazer de comandar uma partida dentro do campo. Superou a Ditadura Militar, as imposições da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – hoje CBF – à sua atuação no futebol e o preconceito da própria família.

Frequentadora assídua de jogos de futebol, Léa Campos venceu diversos concursos de beleza em Belo Horizonte-MG até ser escolhida a Rainha do Cruzeiro Esporte Clube e representar o clube mineiro pela cidade em jogos e eventos da Raposa. Ainda mais próxima do futebol, despertou o interesse em ser árbitra. Em entrevista ao GloboEsporte.com, em 2015, Léa contou que, inclusive, xingava a arbitragem até conhecer o outro lado: “Naquela época, não sabia o que acontecia dentro do campo de jogo, não entendia muito bem. Xingava o juiz, por exemplo, porque os outros também estavam xingando. Perguntava muito para o meu namorado. Passei, então, a querer entender de futebol, algo pelo qual me apaixonei”⁹⁴.

Procurou a formação para seguir a carreira como árbitra profissional. Em 1967, concluiu o curso de oito meses na Escola de Árbitros do Departamento de Futebol Amador da

FMF. Ao fim das aulas, nada de receber o diploma de conclusão. Assim como as pioneiras do futebol feminino do Araguari Atlético Clube, teve sua validação como árbitra profissional impedida pelo decreto-lei que proibia as mulheres de praticarem esportes como lutas diversas, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e beisebol.

Vivenciando a Ditadura Militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, Léa Campos chegou a ser acusada de perversão moral, sendo detida e encaminhada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para possíveis esclarecimentos. “Fui presa várias vezes por causa do futebol feminino. Levavam-me para o DOPS, diziam que eu estava fazendo terrorismo, subversão. E tinha de me explicar dizendo que o que fazia era apenas uma forma de distração. Nunca obriguei ninguém a nada, vai quem quer. Só o que queríamos era jogar futebol. De tanto ir à delegacia, acabei até ficando amiga do delegado. Acabava ficando 10, 15 minutos lá, e ele me liberava. Apesar disso, nunca fiquei registrada como terrorista, minha ficha sempre foi limpa”⁹⁵, revelou.

Diferentemente do time de Araguari, Léa seguiu em frente. Em 1971, mesmo com o diploma bloqueado por quatro anos, ela recebeu um convite da Fifa para apitar uma competição amistosa e o Mundial de futebol feminino, no México, mas precisava novamente passar pelos crivos dos políticos da época. Era necessária uma autorização da CBD, mas a árbitra preferiu fazer a intermediação com Emílio Garrastazu Médici, então presidente do Brasil.

Neste momento, as participações em concursos de beleza a ajudaram mais uma vez. Por ter sido Rainha do Exército de Minas Gerais, conseguiu convencer um dos comandantes a ajudá-la com o encontro com Médici, durante a passagem do presidente por Belo Horizonte. E conseguiu. “Disse, então, a ele: ‘Quero que você ordene ao João Havelange (então presidente da CBD) que libere o meu diploma para que possa representar o Brasil e apitar no Mundial de futebol feminino no México’. Ele escutou e respondeu: ‘Aqui está um cartão meu. Você almoça comigo na segunda-feira, em Brasília. E tenho uma surpresa para você’”⁹⁶, contou Léa.

Pelo cenário político do Brasil, o convite de Médici causou certo medo na árbitra. Passou de tudo um pouco na cabeça de Léa: “Era Ditadura Militar, e eu estava indo contra o sistema. Como diz a expressão, ‘estava dando murro em ponta de faca’. Tinha medo de ser presa, de ser desaparecida, de aparecer em algum lugar de Brasília com formiga na minha boca... o encontro em Minas foi na sexta-feira, e viajei a Brasília na segunda. Fui de avião, mas acho que preferia ir a pé, para demorar mais tempo até chegar lá”⁹⁷. Tal almoço saiu, sem

maiores problemas. Médici a entregou uma carta escrita por ele mesmo solicitando a João Havelange que liberasse o diploma da árbitra, para que Léa pudesse apitar no México.

Léa lembra com clareza do encontro. Um dia após a despedida de Pelé da Seleção Brasileira contra a Iugoslávia, no Maracanã, em 19 de julho de 1971, ela se encontrou com João Havelange. Aproveitando a comoção nacional e internacional pela aposentadoria do Rei do Futebol com a Amarelinha e a imprensa ainda no Rio de Janeiro, João Havelange recebeu Léa Campos e também a carta de Médici. Da água para o vinho, Havelange criou um espetáculo com a primeira árbitra de futebol do mundo. “Entrei na sala e ele nem me ofereceu para sentar. Fiquei lá parada enquanto ele lia a carta. Ao acabar, disse: ‘Chama a imprensa que vou fazer uma coletiva’. Ele me ferrou por quatro anos, mas, na hora do discurso, enfatizou que o Brasil, enfim, teria a primeira árbitra do mundo, que seria na gestão dele, que era com muita honra que ele apresentava a notícia... Ok, agradeço a ele. Graças a isso pude dividir as manchetes dos jornais com o Pelé”⁹⁸, lembrou Léa.

Depois disso, foi liberada para exercer a profissão, mas com restrições. Enfrentou ainda preconceito dos próprios colegas de imprensa – era formada em jornalismo e exercia a função –, que tratavam a mulher no apito como uma atração do jogo e não como uma profissional do apito. Sofreu também com Federações de outros estados que a impediam de apitar longe de Minas Gerais. Léa não parou por aí. Além do Brasil, rodou países como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Colômbia, Equador e México para mostrar o trabalho em jogos profissionais e amistosos.

Apesar da luta pela arbitragem, a carreira profissional de Léa Campos foi curta. Três anos depois de ser liberada pela CBD para apitar, sofreu um acidente automobilístico que quase lhe tirou vida. Em 1974, em uma viagem ao interior de Minas Gerais, o ônibus em que a árbitra estava bateu na carroceria de um caminhão. Ela ficou presa nas ferragens e quase amputou a perna esquerda. Cirurgias e mais cirurgias, exames e mais exames, dois anos na cadeira de rodas. Longe dos gramados, ela se dedicou novamente ao jornalismo. Desde então, divide experiências profissionais e pessoais em palestras e eventos Brasil afora. Atualmente, mora em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

A primeira árbitra de futebol do mundo, claro, serviu de inspiração para muitas mulheres que seguiram no apito anos depois. Um nome forte na arbitragem feminina brasileira veio com Silvia Regina, quase duas décadas mais tarde. Também pioneira na arbitragem do Brasil em muitos aspectos, apitou jogos da elite do Brasileirão e conseguiu chegar à Fifa. “Sobre ser uma das pioneiras, não penso muito nisso, afinal, o pioneirismo foi daquelas que na década de 1960, 1970, lutaram para que pudessem, ao menos, entrar em

campo. Tenho muito respeito pela Léa Campos, pois se não fosse ela, nós não estaríamos trabalhando na arbitragem. Quando me encontrei com ela pela primeira vez foi emocionante, chorei três dias seguidos pelo privilégio que ela pôde me dar de fazer o que gosto, que é trabalhar no futebol”⁹⁹, revelou Sílvia Regina.

Nascida em 1964, em Mauá-SP, a jovem Sílvia Regina de Oliveira decidiu fazer o primeiro curso de arbitragem na Liga de Futebol da sua cidade. O intuito era apenas para conhecer um pouco mais as regras do jogo para seguir a carreira como repórter. “Na década de 1980, fiz meu primeiro curso aos 15 anos de idade na Liga de Futebol de Mauá, cidade onde morava com meus pais. Queria conhecer as regras e um dia ser repórter de campo de uma rádio em que amava escutar as transmissões esportivas (Bandeirantes AM). A princípio, não pensava em ser árbitra e muito menos chegar à Fifa. Os anos passaram e quando percebi já era uma árbitra internacional apitando Campeonato Brasileiro da Série A”¹⁰⁰, contou. De família humilde, a ex-árbitra disse ter recebido apoio dos familiares desde o primeiro momento: “Minha família é formada por pessoas simples e despida de preconceitos. Portanto, não fizeram nenhuma objeção pela carreira”¹⁰¹, completou.

O primeiro jogo de Sílvia Regina foi como árbitra assistente em um amistoso no ano de 1982. A carreira começou a deslanchar em 1997, quando apitou no Campeonato Paulista de Futebol Feminino. Mas a vontade de chegar à elite do futebol brasileiro seguiu. Trabalhando cada vez mais forte para alcançar os índices masculinos exigidos na época, em 2001 atingiu o índice nacional e depois virou árbitra Fifa. A carreira ganhou notoriedade com o comando do jogo entre Mogi Mirim 1x2 São Paulo, válido pela abertura da elite do Campeonato Paulista masculino. Daí para frente, mais jogos do Paulistão, jogos internacionais, como o Mundial de Futebol Feminino, na China, em 2001, e início da trajetória em divisões nacionais até chegar à Série A do Brasileiro. “Apitava cada jogo como se fosse o último, sempre me dedicando ao máximo, pois a próxima escala poderia vir ou não, então fazia aquele jogo sem pensar no anterior ou no próximo. Isso fez com que a arbitragem se tornasse comprometida com a partida sem cargas externas”¹⁰², disse a ex-árbitra.

Em 29 de junho de 2003, no estádio Brinco de Ouro da Princesa, em São Paulo, a grande estreia na primeira divisão nacional. Os holofotes todos voltados para o primeiro trio de arbitragem feminino apitando um jogo da Série A do Brasileiro. Era também o primeiro de Sílvia Regina na elite do país. Ao seu lado, as árbitras assistentes Aline Lambert e Ana Paula Oliveira. O jogo em questão foi a vitória do São Paulo sobre o Guarani, por 1 a 0. No mesmo ano, em 1º de outubro, foi a primeira e única árbitra até hoje a apitar um jogo organizado pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol). Sílvia atuou no empate entre Santos e

São Caetano, em 1 a 1, na Vila Belmiro, em São Paulo, pela Copa Sul-Americana. Em 2004, chegou o convite da Fifa para apitar a competição feminina da Olimpíada de Atenas, em 2004. Foram dois jogos: Suécia 2x1 Nigéria e Estados Unidos 2x1 Japão. Além disso, ficou entre as selecionadas para apitar a final, mas o Brasil foi um dos finalistas – e Sílvia não poderia apitar um jogo do seu país. A Seleção ficou com a prata diante dos Estados Unidos.

A ex-árbitra guarda até hoje a experiência nacional e internacional de mundiais, jogos sul-americanos e Olimpíada: “Apitar os Jogos Olímpicos de Atenas para mim foi uma alegria sem fim. Ser uma das escolhidas para apitar a final destes Jogos também foi uma das melhores notícias da minha vida. Apitar jogos da Sul-Americana e ser quarta árbitra junto a grandes árbitros como Oscar Ruiz, Jorge Larrionda e Horácio Elizondo, na Copa Libertadores, também foi uma honra. Ser designada pela minha Federação (Federação Paulista de Futebol) e pelo senhor Armando Marques (CBF) é um orgulho que levarei pelo resto de minha vida”¹⁰³.

Foram 27 anos dedicados à arbitragem no campo, desde o primeiro curso em Mauá-SP até a aposentadoria em 2007. Silvia Regina disse ter trabalhado em mais de 800 jogos na carreira, e mesmo com maturidade para exercer a profissão, ainda enfrentou preconceitos dos atores do esporte. Um desses casos aconteceu no clássico paulista entre São Paulo e Corinthians, em 2005. O treinador Tite, em sua primeira passagem pelo Corinthians, após perder o clássico para o São Paulo por 1 a 0, disse que Silvia não tinha o condicionamento físico ideal para acompanhar de perto a velocidade do jogo masculino. A polêmica foi parar nos jornais e programas esportivos daquele ano. A árbitra se defendeu, comprovou com números as distâncias percorridas, e disse ter saído tranquila com o dever cumprido. Polêmicas à parte, Sílvia afirmou ter evitado ao máximo o contato com jogadores, treinadores, dirigentes e torcedores, até mesmo da imprensa, durante a carreira, já que sua função era a de aplicar as regras do jogo.

Mas das boas histórias que o futebol proporciona, uma delas foi inusitada. Certa vez, apitando no interior de São Paulo, um gambá entrou em campo – cachorros e quero-queros são mais comuns – e Sílvia teve que interromper a partida pelas regras do jogo. Teve, inclusive, que convencer os jogadores de que as medidas adotadas por ela eram as corretas. “Tive de parar o jogo para que alguém retirasse o gambá. Os jogadores do time da casa estavam perdendo o jogo e não queriam quebrar o ritmo para fazer um gol. Neste momento, o capitão do time me disse: ‘Não para o jogo não, Silvia!’ E eu respondi: ‘Tenho que parar, pois se a bola bater no gambá tenho que dar bola ao chão (assim era a regra naquela época). O

capitão respondeu: ‘O gambá é nosso, o gambá é nosso... se bater nele e entrar é gol nosso’”¹⁰⁴, contou Sílvia.

O último jogo de Sílvia Regina na Série A do Brasileiro foi em 16 de outubro de 2005, na vitória do Paysandu sobre o Fortaleza, por 2 a 1, no Castelão, em Fortaleza-CE. Aposentada e atuando como instrutora Fifa, além de exercer funções administrativas na Escola de Árbitros da FPF, a ex-árbitra foi firme ao falar da carreira: “Não sinto saudades de apitar, pois era muita responsabilidade para uma pessoa só”¹⁰⁵, finalizou. Na época de ouro da arbitragem feminina, além de Sílvia Reina, Cleide Rocha e Martha Peçanha também atuavam como árbitras nas principais competições nacionais.

Há mais de 10 anos uma mulher não apita um jogo de Série A do Brasileiro. Em outras divisões, até apareceram. Em 2006, Martha Peçanha apitou jogos na Série B e a última árbitra a apitar um jogo de divisão nacional foi Simone Xavier Paula e Silva (CBF/Fifa). Em 05 de julho de 2009, ela apitou o jogo entre Ituano e Uberaba, no estádio Novelli Junior, em Itu-SP, válido pela primeira rodada do Grupo A7 da Série D. Em 12 de junho de 2016, quase sete anos depois, uma mulher voltou a figurar no comando do apito na partida entre Murici e Campinense, pelo Grupo A9 da Série D nacional. A pernambucana Deborah Cecília apitou a vitória do Murici sobre o Campinense, por 1 a 0, no estádio José Gomes, em Murici-AL.

Na função de árbitra assistente, vários nomes trabalharam e ainda hoje atuam na Série A do Brasileiro. Um dos mais conhecidos e que ganhou destaque dentro e fora de campo, pelo trabalho e pela mídia, foi Ana Paula de Oliveira. Nascida em 1978, em São Paulo, Ana Paula despertou o interesse pela profissão ao acompanhar o pai, árbitro armador no interior paulista, e ajudá-lo como mesária dos jogos. Como árbitra assistente, estreou em 1998 e, em 2001, fez seu primeiro jogo na elite do Paulistão. Em 2003, fez parte do primeiro trio de arbitragem feminino a trabalhar em um jogo masculino da Série A do Brasileiro, ao lado de Sílvia Regina e da assistente Aline Lambert. Com o brasão Fifa no uniforme, integrou a equipe de arbitragem de Sílvia nos jogos femininos da Olimpíada de Atenas, em 2004. Trabalhou também em três decisões estaduais, nas oitavas de final da Taça Libertadores da América de 2005, entre Palmeiras e São Paulo, e na final da Copa do Brasil de 2006, entre Flamengo e Vasco.

Mas algumas decisões erradas tomadas em jogos importantes do futebol nacional entre 2006 e 2007 viraram polêmica e frearam a carreira de Ana Paula. Ela chegou a pedir afastamento dos gramados por algumas semanas e aceitou o convite da revista masculina *Playboy* para posar nua em 2007 – o convite era feito desde 2003. Sem conseguir conciliar a agenda de modelo com os treinos, tentou voltar ao trabalho mesmo sem treinar, mas lesionou

a tibia em ambas as pernas e não passou nos testes físicos, mesmo apresentando os atestados médicos. Em 2008, perdeu o índice Fifa que mantinha desde 2004, e o trabalho na FPF e na CBF foi ficando cada vez mais distante. Por outro lado, a carreira de destaque abriu portas para Ana Paula, que realizou palestras para diversos públicos, incluindo o feminino, e participou por diversas vezes de programas esportivos.

Longe dos gramados, Ana Paula de Oliveira participou do *reality show* A Fazenda 2, da Rede Record, em 2009, e foi a primeira eliminada da competição. Logo após, integrou o quadro de repórteres do programa Esporte Fantástico, da mesma emissora, além de comentar partidas de futebol. Dois anos depois, tentou entrar novamente na quarta edição do programa A Fazenda, mas não foi escolhida pelo público. Em 2012, mudou de emissora e integrou a bancada do Alterosa no Ataque, da TV Alterosa, afiliada do SBT em Minas Gerais.

Em 2014, Ana Paula foi anunciada como diretora-secretária da Enaf, sendo a primeira mulher a fazer parte da instituição. Em setembro de 2016, sob o comando do presidente Marcos Marinho, a ex-banderinha assumiu o Comitê de Reformas da Comissão de Arbitragem da CBF ao lado de Cláudio Cerdeira e do vice-presidente da Comissão, Alício Pena Júnior.

Quem tenta trilhar o caminho de sucesso como árbitra assistente na Série A do Brasileiro e, posteriormente, na Fifa, é a bandeirinha da FMF, Fernanda Nândrea. Com o índice masculino da CBF, a mineira de Belo Horizonte nascida em 1991 e formada em Educação Física, já se destaca no futebol do estado de origem. Incentivada pelo pai, a assistente fez o curso de árbitros da FMF em 2011. Apesar do sonho de ser árbitra central, se apaixonou pela função de assistente. “Eu sempre gostei de futebol por causa do meu pai, e sempre o acompanhei nos jogos de finais de semana, em jogos no *society*. Cheguei a uma certa idade e o pessoal falava: ‘Nossa, a Fernanda só fica assistindo, vamos colocá-la para interagir com a gente’. Aí, me colocaram para apitar. Eu gostei muito de apitar, bastante mesmo, e comecei a frequentar os jogos do meu pai só apitando. Me falaram para fazer um curso de arbitragem de *society*, mas fiz direto o de futebol de campo, que era o que eu gostava mais. Por apitar esses jogos, meu interesse mesmo era ser árbitra principal. Mas como fiz o curso na FMF e tive a oportunidade de trabalhar como assistente, gostei mais ainda. Acredito também que é muito mais fácil para a mulher chegar a um Campeonato Brasileiro como assistente. Eu sempre tive vontade de atuar nesse campeonato”¹⁰⁶, contou Fernanda.

Apesar de contar com o apoio *in loco* do pai, a assistente conta que a família dá força, mas não liga muito. Quem dava e ainda dá os conselhos no acerto ou no erro, é mesmo o senhor Nilton: “Tive um apoio no geral do tipo: ‘É isso que você quer para a sua vida? Nós

vamos te apoiar'. Do meu pai eu tive esse apoio um pouquinho maior, ele gosta de futebol, viu que a arbitragem era uma coisa bacana e que eu também gostava. Ele me acompanhava em todos os jogos do amador, então, sempre dava um apoio. Quando eu errava, ele me falava como forma de crescimento. O restante da família não é muito ligado a futebol, então, não tive esse apoio deles no campo”¹⁰⁷.

Dentro de campo, colegas de profissão servem como exemplo para Fernanda, que busca a realização do sonho de chegar à elite do Brasileirão e também ao quadro internacional. Apesar de conhecer pouco do universo feminino na arbitragem antes de se tornar uma assistente de fato, a vivência em cursos e encontros da CBF ajuda Nândrea nesse processo de integração e conhecimento do cenário. Na própria FMF, a ex-assistente Janete Arcanjo foi um dos espelhos da jovem promissora. “No início, eu não tinha nenhuma referência, porque eu gostava do futebol, mas não sabia nada da arbitragem. Depois que eu entrei fui conhecendo quem era quem, onde já atuaram, e tinha muito como inspiração a Janete Arcanjo. Ela já saiu do quadro da FMF, mas já foi assistente de Campeonato Mundial. Então, eu a tinha como inspiração e pensava: ‘Olha, mulher consegue chegar lá. Consegue passar no teste masculino e atuar em alto nível’. Depois, fui conhecendo mais a arbitragem de fora. Não tenho nenhum espelho como homem, mas conheço as assistentes Nadine Bastos e Neuza Back. Conheci elas em curso da CBF afiliado com a Fifa. Hoje em dia, tomo as duas como inspiração mesmo”¹⁰⁸, disse.

Como qualquer árbitro ou árbitro assistente iniciante, Fernanda começou no futebol amador, depois passou por todas as categorias de base, seguiu por competições femininas e chegou ao profissional masculino até o Módulo II do Mineiro. Para chegar ao Módulo I – a elite estadual –, era preciso atingir o índice dos homens. Conseguiu e, pelo bom desempenho, foi indicada pela FMF para fazer o teste masculino da CBF. Passou também. A estreia da assistente na elite do Mineiro ocorreu em 2016, na vitória do Tricordiano sobre o América-MG, por 1 a 0, no estádio Soares de Azevedo, em Muriaé-MG. Depois, bandeirou nas partidas Boa Esporte 2x1 Tombense, no estádio Melão, em Varginha-MG, e Cruzeiro 2x0 Guarani, no Mineirão. “A oportunidade de trabalhar nesses três jogos foi muito incentivadora. Foi muito bom trabalhar. A minha estreia, no jogo entre Tricordiano e América-MG, foi sensacional. Eu não tive nenhum problema no jogo, me elogiaram bastante. Foi um jogo de televisão. Não foi um jogo difícil e a arbitragem não cometeu nenhum erro para chamarem a atenção para mim ou falarem que arbitragem influenciou no resultado”¹⁰⁹, analisou Fernanda. Mesmo com o índice masculino da CBF, a assistente ainda não teve a oportunidade de trabalhar em uma competição de nível nacional.

Para não desistir do sonho, Fernanda Nândrea também enfrenta o preconceito contra a arbitragem feminina em um jogo do masculino. Mas com a visibilidade do trabalho que as moças do apito ganham, segundo ela, essa resistência está diminuindo e o apoio, aumentando. “Quando entrei, consegui observar mais esse preconceito da mulher no futebol. Mas hoje em dia eu tenho observado que a mulher tem tido mais espaço como árbitra, como assistente. Estamos ganhando mais visibilidade. Acredito que a tendência é melhorar e espero isso. Existe um preconceito ainda com muita gente, mas tem muita gente que apoia também e sabe que somos capazes como muitos homens para trabalhar nesse meio”¹¹⁰, ponderou.

Para evitar o assédio e gracejos por parte dos atores do esporte, incluindo também os torcedores, a assistente mineira usa a personalidade para driblar qualquer tipo de provocação. Fator que tem ajudado Nândrea na concentração para o principal foco: aplicar as regras do jogo. “Eu sou bem séria no dia a dia, talvez mais seca com esse mundo masculino. Talvez por aqueles que nos enxergam não como uma pessoa, mas como um pedaço, um objeto. No futebol, eu sempre mantive essa postura mais fechada. No início, com jogadores e com dirigentes, nunca tive nenhum problema por eu ser mulher ou por eu ter errado, ou coisa do tipo. Nada muito sério, mas sempre vai ter reclamação, é normal. Com relação à torcida, no início eu detestava o que eles falavam para mim, ficava com muita raiva. Hoje eu consigo ouvir e achar graça. Sei que está gritando porque gosta de gritar, gosta de torcer, não quer saber se está errando ou acertando, se o time estiver perdendo, vai gritar mesmo. Mas como sempre fui mais séria, nunca tive problemas com essas gracinhos. O pessoal passa a respeitar mais”¹¹¹.

“Não faço hora extra!”: paixão que vem de berço

Em muitos segmentos, é comum o filho seguir a profissão pai. Na arbitragem isso não acontece sempre. Muitas vezes, pelo fato do progenitor não querer que a futura geração siga o sinuoso caminho do árbitro de futebol. Mas na família Bozzano, essa paixão pelo apito foi sim passada de pai para filho.

Dalmo Bozzano, considerado o maior árbitro de futebol da história de Santa Catarina, iniciou a carreira na arbitragem na década de 1970. Nascido em 1952, em Blumenau-SC, Dalmo deu os primeiros passos no apito pela Federação Catarinense de Futebol (FCF) e depois representou a Federação de Futebol do Distrito Federal (FFDF). Foi árbitro da CBF de 1977 a 1998. Na década de 1990, apitou com o brasão Fifa no uniforme em jogos internacionais pela América do Sul, Europa e Estados Unidos. Nos mais de 20 anos dedicados

à profissão, Dalmo esteve presente em praticamente todas as decisões do Campeonato Catarinense. Dentre as histórias no futebol, o ex-árbitro Fifa quase teve o vestiário invadido justamente em uma dessas finais. Em 11 de dezembro de 1982, na decisão entre Criciúma e Joinville, no estádio Heriberto Hülse, em Criciúma-SC, o empate em 1 a 1 no segundo jogo da final deu o título estadual ao Joinville, que tinha vencido a partida de ida por 1 a 0. A confusão aconteceu no apito final. Perguntado sobre o porquê de não ter dado acréscimos no jogo, Dalmo Bozzano disse uma de suas frases mais famosas: “Eu não ganho hora extra!”. Tal ação despertou a ira dos torcedores do Criciúma, que ficaram revoltados com a decisão do árbitro.

O gênio forte e disciplinador do pai também ajudou o filho, Giulliano Bozzano, a seguir a carreira no apito. Acompanhando Dalmo nos jogos por onde ele apitava, Giulliano fez da diversão uma rotina. A convivência com o mundo da arbitragem mostrou ao filho Bozzano que o que ele mais queria realmente era vestir-se de preto e comandar uma partida de futebol. Mas o pai, com receio do sonho do filho de 14 anos, impôs uma condição: para virar árbitro, era preciso também fazer faculdade. “Meu pai era um árbitro internacional e eu, como filho, queria estar próximo a ele, e comecei a viajar com ele em jogos no estado. Acompanhei a arbitragem do vestiário e comecei a gostar. Com 14 anos, eu falei que queria apitar. Meu pai disse que eu estava ficando doido, que não era para eu apitar, e que não ia deixar. Mas eu queria. Depois de muita insistência, ele deixou, mas disse que era para eu estudar também. Como eu o acompanhava em jogos profissionais do Brasileiro, ele tinha medo de pensar que eu via aquilo tudo como festa, estádio cheio, essas coisas”¹¹², contou Giulliano.

Foi preciso começar lá de baixo. Antes mesário, Giulliano passou a bandeirar no campeonato amador, realidade um pouco diferente da elite do futebol que o pai estava acostumado a apitar. A primeira chance foi dada e logo começaram os elogios ao filho de Dalmo. “Entrei no amador com 14, 15 anos, e comecei bem. Eu sempre digo que você não consegue forçar o árbitro, você tem que dar uma primeira chance a ele e ele tem que se virar sozinho. Se ele não consegue, não adianta, não serve. Eu comecei bem e meu pai começou a ouvir elogios: ‘Seu filho é bom. Seu filho é bom’. Ele ficava feliz e dizia: ‘Está bom, você pode continuar. Mas tem que fazer faculdade’. Aos 17 anos entrei na faculdade de direito e, aos 18 anos, fiz o teste do campeonato profissional e comecei a bandeirar em jogos de Santa Catarina”¹¹³.

Bozzano contou ainda que a amizade e a boa relação com o pai ajudaram na lapidação e no amadurecimento na profissão. A rigidez de Dalmo dentro e fora de casa, aliada aos

puções de orelha e correções, levaram o filho a outro patamar na arbitragem. Entendendo as críticas de forma construtiva, Giulliano via em Dalmo uma pessoa correta, que lidava com ele como outro profissional qualquer e não passava a mão na cabeça. Nada de proteção ao filho. Afinal, era preciso cada um fazer e se destacar pelo trabalho. Deu certo.

A ascensão na carreira foi meteórica e, aos 19 anos, Bozzano entrou no quadro de árbitros da CBF e logo foi escalado para o jogo entre Corinthians e Coritiba, no Morumbi, em São Paulo, em 1996. Era a estreia do filho do Dalmo na elite do futebol brasileiro, em um dos principais estádios do Brasil. “Todo mundo já me conhecia. Teve um facilitador, mas ninguém apitou por mim. Eu tive que entrar em campo e, definitivamente, mostrar o meu trabalho. Quando você inicia na arbitragem, os jogadores vão te conhecendo pouco a pouco, você vai formando sua carreira, mas antes você passa por algumas situações de ‘testes’. Quando fui escalado e atuei esse dia no Morumbi, me lembro que na hora do cara ou coroa, eu estava tremendo um pouco. Estava nervoso, ansioso. Apesar de já conhecer o Morumbi, ter assistido jogo lá embaixo, outra coisa é ter o seu nome no placar eletrônico. Mas na hora em que começou o jogo, eu fui desempenhando minha função com tranquilidade. Eu me lembro de uma frase do Sylvinho, lateral do Corinthians, que passou por mim lá pelos 20 minutos do primeiro tempo e disse: ‘Giulliano, está tudo bem. Pensa que você está apitando no quintal de casa’. Esse foi um momento de relaxamento e confiança que ele me transmitiu”¹¹⁴, relatou. A partida terminou empatada em 1 a 1.

Apesar de ter o pai como exemplo, Giulliano tentou apitar ao seu estilo. Em certos momentos, algumas referências de Dalmo apareciam na carreira do jovem promissor, como a disciplina em campo. Outros árbitros da época também serviam de base para criar o próprio estilo, como Márcio Rezende de Freitas. Mas as comparações com o pai, no entanto, eram inevitáveis. E mais, sempre escutava que só estava ali porque era o filho do Dalmo. As repostas, porém, já estavam na ponta da língua de Giulliano: “Eu só tive essa chance porque todo mundo já me conhecia. A CBF não teve medo de me escalar no Morumbi porque eu já conhecia o estádio, por ter ido com meu pai. Eu então falava: ‘Sim, meu pai me ajudou’. O fato de eu crescer na arbitragem me ajudou, porque os dirigentes já me conheciam. Mas dentro do campo eu não ligava para ele e falava: ‘Pai, eu marco pênalti ou não marco?’. Fui adquirindo respeito, as pessoas pararam de me cobrar e entenderam meu trabalho. As comparações com meu pai não me incomodavam. Sempre me perguntavam se eu achava que era melhor que meu pai. Eu dizia: ‘Olha, para mim, é um privilégio ser comparado a um árbitro internacional. Vocês têm que perguntar a ele como é ser comparado a um novato’. Encerrava ali o assunto. Eu desarmava os caras”¹¹⁵.

Em 1997, Giulliano recorda muito bem do prazer de ter trabalhado como árbitro assistente do pai na partida entre Atlético-PR e Sport, no estádio Pinheirão, em Curitiba. Além disso, apitar na mesma rodada que Dalmo na elite do Brasileiro foi outro marco da carreira. “Todo jogo é uma história, a arbitragem no futebol é muito rica. São coisas intensas que você vive. Em 1997, na Série A, meu pai apitou Botafogo e Portuguesa, no Maracanã, e eu apitei São Paulo e Paraná, no Morumbi. Em 10 jogos, o pai estava em um e o filho em outro. Um no Maracanã, outro no Morumbi. Não sei se vai acontecer tão cedo”¹¹⁶, disse.

Uma data, no entanto, ficou marcada na memória do árbitro. Domingo, 20 de maio de 2007: o atacante Romário chegaria ao milésimo gol na carreira vestindo as cores do Vasco. A partida era contra o Sport, no estádio São Januário, no Rio de Janeiro. A mídia antecipava o show, o Baixinho seguia incansável pela busca do gol mil. Afinal, não conseguiu o feito em quatro jogos: Flamengo, Gama e Botafogo, em duas oportunidades. Acompanhando os noticiários esportivos, Bozzano estava por dentro do assunto e, justamente naquele domingo, caiu em São Januário. Foi escalado e poderia ser o árbitro do jogo do milésimo gol do Romário. E foi.

O Vasco vencia o Sport por 2 a 0 e, aos dois minutos da segunda etapa, o lateral Thiago Maciel foi lançado na ponta direita e cruzou para a área. A bola bateu na mão do zagueiro Durval e Bozzano assinalou a penalidade. Assim como o Rei Pelé, que chegou ao gol mil de pênalti, a chance de Romário alcançar o feito também da marca da cal era grande. Anos depois, já longe dos gramados, o ex-árbitro afirmou ter marcado a penalidade por instinto e por analisar a situação como um todo, como a trajetória da bola e as reações dos jogadores. Com a tradicional paradinha, Romário bateu e fez. Aí virou festa. Jogo parado, comoção em todo o estádio, choro, volta olímpica, jornalistas e até a mãe de Romário entraram em campo... o Baixinho estava nos braços do povo. O trabalho como árbitro era, então, aplicar as regras do jogo, até nestes momentos.

“Ele vinha tentando fazer esse milésimo gol há alguns jogos e eu vinha acompanhando os noticiários para me preparar também para as partidas. Eu vi, na televisão, um árbitro, não me lembro quem, que disse que se o Romário fizesse o gol ia colocar a bola no centro do campo e ia bater, que não ia aceitar nenhum tipo de paralisação durante o jogo. Eu achei aquilo um tanto quanto inadequado, porque, se o Romário fizesse o milésimo gol, era óbvio que aconteceria alguma coisa no estádio. Ou ele ia chorar, ou ia tirar a camisa, a imprensa ia invadir o campo, alguma coisa que não era comum. Como advogado, eu fui na regra da CBF e vi que existe um artigo que diz que caso ocorra uma comoção incompatível com o prosseguimento da partida, o árbitro poderia interromper por 30, mais 30 minutos. Então vi

que esse artigo poderia ser aplicado. Passou um dia, dois dias, cinco dias, uma semana, eis que sou escalado para Vasco e Sport. Claro que houve uma preocupação por parte dos dirigentes de como o árbitro iria se comportar, mas eu dizia que esse artigo caberia exatamente nessa ocasião e que administraria aquela situação conforme previa o regulamento de competições da CBF. Eu pude usar o regulamento, as leis do jogo, para administrar isso. O Romário fez o gol de pênalti e eu, calmamente, aguardei como árbitro dentro da legalidade daquela uma hora permitida, mas durou de 13 a 14 minutos. E o jogo reiniciou sem nenhum tipo de problema”¹¹⁷, lembrou Bozzano.

O ex-árbitro contou ainda que os jogadores adversários queriam logo o reinício do jogo, mas prevaleceu o Artigo 19 do Regulamento Geral de Competições da CBF. Aos 40 minutos, Romário foi substituído e mais uma vez foi aplaudido de pé pela torcida presente. A partida terminou com a vitória do Vasco sobre o Sport, por 3 a 1, e mais um capítulo da história do futebol foi contado com festa.

Assim como tudo foi prematuro na carreira de Giulliano Bozzano, a aposentadoria também chegou rápido. Nos quase 20 anos de arbitragem em campo, Bozzano representou as Federações de Santa Catarina e do Distrito Federal – como o pai –, foi aspirante Fifa de 1996 a 2008, apitou mais de 100 jogos da Série A do Brasileiro e trabalhou no Universidade de Bangkok, na Tailândia, em 2007, até que uma lesão no tendão do calcaneo, em 2009, o deixou fora dos gramados. Mesmo se recuperando, optou por seguir sua outra profissão, a de advogado. A vontade de apitar não era a mesma. O número de câmeras cada vez maior nos jogos, também incomodava Bozzano. “Foi uma carreira que me satisfez e eu só parei por causa da lesão e da frustração que eu comecei a sentir por causa das câmeras. Eu já não conseguia ter muito prazer, ou melhor, começava a me incomodar muito o fato de ver um jogo no campo e outro jogo na televisão. Isso estava me incomodando além da conta. Como parei para fazer uma cirurgia no tendão, a Associação Nacional de Árbitros de Futebol (Anaf) estava precisando de um advogado, como eu era e morava no Rio, comecei a advogar para os árbitros. Me recuperei fisicamente e quando voltei à CBF, disse que não queria mais voltar. Todos ficaram espantados, eu só tinha 31 anos. Agradeci, para mim já estava bom”¹¹⁸, contou.

Assumiu o cargo e ficou como diretor jurídico da Anaf até 2014, quando foi convidado para chefiar a Comissão de Arbitragem da FMF. Atualmente, também como instrutor Fifa e inspetor da CBF, Bozzano se dedica a orientar os árbitros do quadro mineiro e a procurar e formar novos talentos do apito.

A família Bozzano deixou sua marca na arbitragem brasileira e internacional. Pai e filho trilhando caminhos, às vezes, diferentes, mas compartilhando os mesmos sonhos. O que

eles não imaginavam era a preocupação de Jane Holetz. No papel de esposa de Dalmo e mãe de Bozzano, Jane demonstrava apoio, mas não poupava em orações e velas aos dois desde sempre. Tais preces nem eram pelas ofensas ou coisas do tipo. As viagens Brasil afora deixavam dona Jane sem dormir. “Minha mãe sempre me apoiou, mas sempre com o coração apertado. Não pelo fato de você ser árbitro, é uma profissão digna, respeitada, mas a maior preocupação dela era com as viagens. E isso é muito frequente, viagens longas, de madrugada, nós retornávamos depois dos jogos para trabalhar no outro dia cedo. Isso angustiava minha mãe. Ela nunca dividiu isso comigo, só depois que parei ela veio falar: ‘Nossa, Giulliano, eu ficava com o coração partido quando vocês saíam no domingo, naqueles carros, ficava muito preocupada’”¹¹⁹, finalizou.

Amador ou profissional, pouca importa: a trajetória dos irmãos Pena

Como todo árbitro iniciante, é preciso começar no futebol amador para, um dia, trabalhar no profissional. Na família Pena, essa relação é ainda mais forte. Os irmãos Alício Pena Júnior e Wallace Pena começaram e marcaram nome no futebol amador do interior de Minas Gerais. O primeiro chegou à elite do Brasileiro, foi árbitro internacional e atualmente exerce a função de vice-presidente da Comissão de Arbitragem da CBF. O segundo teve a chance de seguir carreira no profissional, mas preferiu fazer sua história nos campos de várzea.

Alício Pena Júnior, nascido em 1968, em São Gotardo-MG, foi jogador de futsal até 1991, quando surgiu a oportunidade de ingressar na arbitragem das competições de futsal da cidade de Araguaney-MG. Em 1995, buscou a qualificação no curso de árbitros da Federação Mineira de Futebol (FMF), de onde não saiu mais. Seu caminho na arbitragem começaria nas competições amadoras da cidade araguarina e na vizinha Uberlândia. Bastaram dois anos na cidade do Triângulo Mineiro até ser indicado ao quadro de árbitros da FMF em 1998, e apitar campeonatos de base. Em 1999, ingressou no profissional e no quadro de árbitros da CBF, até fazer a estreia na Série A do Brasileiro, em 2001, logo em um jogo televisionado. “O jogo foi entre Flamengo e Ponte Preta, o Maracanã estava passando por reformas e o Flamengo foi jogar em Juiz de Fora-MG. Então, foi escalado um trio mineiro para a partida. Estavam os auxiliares Marco Antônio Martins e Marco Antônio Gomes e eu, fomos fazer esse jogo lá. Foi realmente uma surpresa muito grande, era a abertura oficial do Campeonato Brasileiro. Mas graças a Deus ocorreu tudo bem. Fizemos um bom trabalho e dali em diante as portas foram se abrindo na arbitragem”¹²⁰, contou Alício.

Com estilo rigoroso no apito e inspirado nos grandes nomes da época, como Márcio Rezende de Freitas, Sidrack Marinho, Oscar Roberto de Godói, Antônio Pereira da Silva e Carlos Eugênio Simon, Alício foi trilhando seu caminho nos gramados, apesar de ser testado pelos jogadores a todo o momento. “Sempre fui um árbitro muito rigoroso para apitar, nunca abri mão disso. No começo, isso me trouxe algumas dificuldades e, por ser jovem, os jogadores queriam me testar por esse motivo. Foi difícil, mas depois que o nome foi sendo consolidado o trabalho foi ficando mais fácil”¹²¹, disse o ex-árbitro.

Em 2003, passou a fazer parte do quadro internacional da Fifa, onde apitou até 2008. Em 2009, retirado do quadro internacional, voltou à CBF e trabalhou no apito até 2013, quando se aposentou. Parte do alto escalão da arbitragem brasileira, Alício foi o escolhido para muitos jogos importantes, como as finais do Mineiro de 2003 e 2005, além do primeiro jogo da final do estadual de 2006. Apitou também a segunda e decisiva partida da final da Copa do Brasil de 2008, entre Sport x Corinthians. A partida do dia 11 de junho no estádio Ilha do Retiro, em Recife-PE, terminou com a vitória do Sport por 2 a 0 e o título para o time pernambucano pelo critério do gol marcado fora de casa na primeira partida, já que tinha perdido para o Corinthians por 3 a 1, em São Paulo. “Apitei também o jogo do rebaixamento do Corinthians em 2007 e o primeiro rebaixamento do Vasco em 2008. Esse rebaixamento do Vasco e essas finais que fiz foram coisas que me marcaram. São jogos de muita responsabilidade, pressão, isso traz uma dificuldade maior à partida. É uma emoção muito grande de receber a confiança para estar em jogos como esses, estar na escala. Depois, vem a alegria pelo trabalho bem realizado. Graças a Deus eu nunca tive gravíssimos problemas. Como qualquer outro, eu errei, mas nada grave e que trouxesse prejuízo para minha carreira”¹²², relatou.

Desde 2014, Alício exerce funções além do apito. Foi convidado para integrar a Comissão de Arbitragem da CBF e ficou por lá até 2015, quando foi nomeado presidente da Enaf. Em setembro de 2006, retornou à CBF para assumir a vice-presidência da Comissão de Arbitragem, sob comando de Marcos Marinho, além de atuar como instrutor Fifa na formação de árbitros.

O irmão mais novo, Wallace Pena, nascido em 1970, em Sabará-MG, vendo a trajetória de sucesso do irmão no futebol, se interessou pela arbitragem e também queria comandar uma partida dentro de campo. Deu os primeiros passos no apito em 1992, em competições amadoras das cidades vizinhas a Araguari-MG, onde vive há 40 anos. “Meu início foi através do espelho que meu irmão é para mim. Eu não tinha nenhuma pretensão de seguir a carreira na arbitragem, mas o Alício iniciou como árbitro em Araguari-MG, fez

vários jogos amistosos do profissional até ir para a FMF. Vendo meu irmão trabalhar, vendo o sucesso dele, iniciei aos 22 anos de idade, e comecei também em clubes recreativos da cidade, além desses campeonatos da região. Nesses jogos eu treinei e comecei a trabalhar como assistente, fiquei assim durante uns três anos, atuando mais em jogos de *society*. Cheguei à Liga Uberländense de Futebol (LUF) em 1999, através de uma conversa do Alício com o Milton Omar, que era diretor de árbitros da época, e ele me deu essa oportunidade. Graças a Deus é uma história gratificante de 17 anos na LUF, um orgulho muito grande com a Liga e com a cidade, até me encaixo como um cidadão überlandense. Me sinto muito orgulhoso de fazer parte do futebol amador de Uberlândia, mas foi um início muito difícil”¹²³.

A dificuldade da carreira de Wallace, por muitas vezes, se deu pela comparação com o irmão mais velho, que despontava na FMF. “Nessa época, o Alício já estava no profissional e a cobrança era a de que eu tinha que apitar igual a ele. Foi uma barreira muito complicada e o Amador de Uberlândia sempre foi um sucesso total. Não deixa dúvidas de que é o melhor futebol amador do Brasil. Foi um início difícil de adaptação, aceitação, mas as oportunidades foram surgindo. Em nenhum momento eu deixei de tentar alcançar o que eu queria. Nos 17 anos que estou na Liga, fiz seis finais da Primeira Divisão do amador, duas finais da Segunda Divisão, cinco finais da Copa Amvap, uma final da Copa Tubal Vilela, fora as finais de clubes”¹²⁴, explicou.

Pelo bom rendimento no Amador de Uberlândia, Wallace foi indicado à FMF e por lá, apitou durante seis anos, mas parou no futebol de base. Com dificuldades de conciliar as viagens e os custos, o árbitro preferiu fazer história na várzea apesar de ter sido classificado entre 100 melhores árbitros da Federação na época. “Foi uma luta muito grande. Estamos distantes de Belo Horizonte, então, o gasto na época era muito grande. Quando eu desisti de ir, eu fui selecionado entre os 100 árbitros para a pré-temporada de 2005/2006 pelo diretor de árbitros da FMF, Lincoln Afonso Bicalho. Ele me selecionou entre os árbitros de ponta da Federação, que incluía árbitros Fifa, CBF e assistentes. Eu não fui, também não me arrependo, porque as coisas vêm primeiro para a gente pela proteção de Deus. Nada é em vão. Em nenhum momento me entristeço por isso. Sou muito realizado pelo que fiz e faço dentro da LUF. É uma coisa que faço com amor. Você tem que se dedicar muito”¹²⁵, disse Wallace.

Dos tempos de FMF, Wallace recorda com alegria dos jogos de base em que trabalhou: Cruzeiro x Atlético-MG, Cruzeiro x América-MG, URT x Atlético-MG, URT x Cruzeiro, URT x Mamoré, além dos amistosos profissionais, principalmente das partidas do Uberlândia Esporte contra Comercial-SP, Itumbiara-GO e URT. O árbitro ainda segue

carreira no futebol e desde 2004, sempre esteve presente, pelo menos, até a semifinal do Amador de Uberlândia. Em 2016, apitou uma das semifinais da competição.

Traçando um paralelo entre o futebol profissional e o amador, por onde decidiu ficar, Wallace vê diferenças, mas nada muito discrepante, até pela força do campeonato no Triângulo Mineiro. “A diferença do profissional é que são pessoas que se dedicam mais, com um preparo físico melhor. São jogadores que cobram muito dentro de campo, temos que estar sempre atentos. O jogador profissional é diferenciado, são todos conheedores de regra. Se você erra, eles te cobram. No amador de Uberlândia é difícil falar, porque ele é semiprofissional. Nas seis finais que fiz, tem jogos do Módulo II do Mineiro que não se compararam, pelo profissionalismo, dedicação e investimento que é feito pelas equipes. Em 2016, você tira como base a equipe do Voluntários [time que disputa a elite do Campeonato Amador de Uberlândia], que jogou só com jogadores profissionais. Nos demais times, sempre tem jogadores que já passaram pelo profissional. Independentemente de ser amador ou profissional, as equipes precisam saber que o árbitro é o comandante dentro de campo. Mas isso você faz com educação, com tranquilidade, sem ser arrogante, sem ser rigoroso”¹²⁶, comparou o árbitro.

Para as carreiras de sucesso consolidadas, a família Pena teve papel primordial na formação e apoio dos árbitros irmãos. Apesar do pai Alício Pena, ex-jogador de futebol profissional do Fabril e do Araxá Esporte, ser contrário ao sonho dos filhos no início, resolveu apoiá-los. A mãe, dona Maria Isabel Borges Pena, também deu forças a Alício e Wallace para se tornarem donos do apito. As irmãs mais velhas, Ana Paula e Ana Cláudia, também foram fundamentais na vida e carreira dos dois. “No começo, meu pai não era muito favorável, mas era um sonho que eu tinha e ele me ajudou, assim como minha mãe, minhas irmãs e o Wallace, que seguiu comigo na caminhada. Ele teve seus motivos, mas também foi um pouco influenciado pela minha carreira. Depois que viram que era aquilo que eu gostava de fazer, que me dava prazer, entenderam meus objetivos e passaram a comungar dos mesmos sonhos que eu acalentava”¹²⁷, contou Alício Pena Júnior.

Wallace lembrou também da resistência do pai, mas disse que depois, o senhor Alício era presença certa nos jogos: “Meu pai foi jogador profissional por cinco anos, depois desistiu da carreira, mas não foi muito fã da gente seguir a carreira de árbitro. Depois, sempre esteve com a gente nas finais, nos jogos com grau de importância maior. Minha mãe também foi uma pessoa maravilhosa nesse sentido, sempre nos apoiou”¹²⁸. O árbitro disse ainda que nem mesmo as ofensas direcionadas à mãe, o fizeram parar pelo caminho. “Eu nunca saí de um campo triste, contrariado, pelo fato do torcedor xingar minha mãe de um nome ou de outro.

Eu tenho em mente que aquilo não é para ela, nunca deixei isso me afetar diretamente. Felizmente tem pessoas que sabem se comportar, outras não. Mas nunca me abalou, porque sei que minha mãe está acima de tudo isso. Mas sempre tivemos o apoio da nossa família”¹²⁹, completou.

Mesmo com a costumeira dificuldade no início da carreira, Alício Pena Júnior conta que nunca pensou em desistir. Para isso, teve que driblar as figurinhas carimbadas do futebol: os jogadores resmungões, os “donos” das partidas, os treinadores e dirigentes falastrões, a torcida xingando, entre outros. “Eram os de sempre, não só comigo, mas com todo mundo. O técnico Emerson Leão era um deles, foi o que mais deu problemas. Com os jogadores Petkovic, Edmundo e Kleber Gladiador tive algumas dificuldades no início, mas depois a coisa foi mais tranquila, serena. Nada me fez pensar em desistir, era aquilo que eu tinha traçado mesmo. No momento em que fiz o curso em Belo Horizonte, realmente não pensava em ter aquilo como a minha fonte de vida. A partir do momento em que as coisas foram acontecendo de forma mais real, eu não ia abrir mão do meu sonho, dos objetivos, por qualquer situação de pressão de quem quer que fosse. Quem vai para a arbitragem sabe que é uma coisa espinhosa. Tem que superar um desafio a cada jogo e eu sabia que as dificuldades seriam grandes”¹³⁰, ponderou o ex-árbitro Fifa.

No sinuoso caminho da arbitragem brasileira, do futebol de várzea ao profissional, a relação entre irmãos falou mais alto em todos os momentos. Desde o início da carreira, Wallace tem no irmão um pilar de sustentação: “Eu o via apitar e pensava: ‘Vou trabalhar para isso, vou me empenhar, me dedicar, para um dia apitar o Módulo I do Mineiro, até mesmo o Brasileiro’. Nós sempre queremos, mas você tem que saber os caminhos. Sair do interior rumo a Belo Horizonte era muito árduo, tinha que largar a família, viajar, tinha as despesas. Tenho o Alício até hoje como um ídolo, porque ele conquistou tudo. Não foi fácil”¹³¹. Tamanha a afinidade entre os dois, Alício Pena Júnior não deixou por menos: “O Wallace, a gente fala irmão de sangue, mas é mais do que isso. É mais do que um irmão que Deus colocou no meu caminho. Sempre trocamos ideia, não somente da arbitragem, mas de todas as situações que passamos na vida. Temos uma relação da qual me orgulho muito”¹³².

O grão de areia na final da Copa do Mundo

Das areias de Copacabana, no Rio de Janeiro, à Copa do Mundo. A trajetória do ex-árbitro Fifa e CBF, Arnaldo Cesar Coelho, poderia ser resumida dessa forma, mas ele foi além. Nascido em 1943, no Rio de Janeiro, Arnaldo se interessou pela arbitragem desde pequeno. Na escola, comandava as partidas de futebol de salão das aulas de educação física.

Cria do bairro Copacabana, o jovem vivenciava o futebol nas areias da praia diariamente e fazia questão de deixar o campo de jogo pronto para a peleja. Até que um dia, em um clássico do futebol de areia entre Radar e Copaleme, o árbitro do jogo faltou. Aparecia ali a primeira oportunidade do futuro árbitro Arnaldo Cesar Coelho, que, depois, começou a receber convites dos times para apitar outras partidas.

O pai, Oswaldo Amazonas Cesar Coelho, no entanto, não gostava nada disso, principalmente quando Arnaldo levava as súmulas da partida para serem redigidas em casa – era preciso entregá-las à Federação de Futebol de Praia no próximo dia útil após a partida. Nos relatos do jogo, os xingamentos contra Sara Sabat Coelho, mãe de Arnaldo, incomodavam Oswaldo. Superado isso, a família sempre esteve ao lado de Arnaldo durante toda a carreira. “Meu pai não gostava que eles xingassem a mulher dele, que era minha mãe. Meus familiares sempre me apoiaram, mas sempre foram muito críticos. Quando digo isso, é porque eles ficavam injuriados com o julgamento de um jornalista ou de um jornal sobre meu trabalho. Na visão deles, não era verdadeiro, porque nem sempre a opinião pública tem razão. Mas ficavam injuriados. Eles eram muito críticos também porque eu sofria bastante, viajava muito, e por último, muito críticos quando eles passavam a ser torcedores”¹³³, contou.

Arnaldo Cesar Coelho se interessou, então, pela arbitragem de forma profissional. Em 1964, fez o curso de árbitros da Federação Carioca de Futebol – que mais tarde daria origem à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) – e começou a apitar de forma profissional justamente no ano em que a Federação passava por um processo de reciclagem no quadro de arbitragem. “Isto é, estávamos trocando a sala de aula pelos gramados. Estávamos nos tornando árbitros de futebol, com direito a apito e uniforme. O futebol de praia começava a se transformar em história, uma história de aventuras e saudades”¹³⁴. A partir daí, trabalhou nos jogos juvenis até chegar à elite, apitando partidas e decisões importantes do estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Inspirado no ídolo Armando Marques, árbitro Fifa e CBF nas décadas de 1960 a 1970, e falecido em 2014, Arnaldo formulava seus primeiros passos na arbitragem. O estilo inovador de Armando Marques virou referência, sendo até adotado pelos árbitros da época. “Quando comecei a apitar, o Armando Marques era um ídolo nosso, todos nós apitávamos ao estilo dele. Isso é natural. Ele tinha um estilo diferente dos outros árbitros do mundo, e levou isso para a Copa do Mundo de 1974, na Alemanha. Esse estilo era o de correr próximo a bola, não em cima da bola, além de gesticular muito acintosamente na hora de uma falta. Naquela época, os juízes apitavam longe da bola, eram árbitros gordos, barrigudos, europeus, que tomavam chás durante os jogos e faziam uma diagonal muito rígida. Esse estilo de apitar em

cima deu-lhe uma vantagem sobre os demais, mas também lhe rendeu muitos constrangimentos”¹³⁵.

Assim, Arnaldo Cezar Coelho foi desenvolvendo seu estilo próprio: o de evitar problemas: “Eu não procurava problemas e, sim, solucionar os que apareciam. Às vezes, ao não procurar esses problemas, eu escutava: ‘Esse cara não é de nada, é omissão’. Eu tinha um discernimento de que aquilo poderia me causar um problema maior depois. Por exemplo, se você deixa o jogo crescer e não adverte o jogador verbalmente por uma reclamação, ele vai reclamar mais acintosamente. Depois vai ter que tomar outras medidas mais duras”¹³⁶, explicou.

Com cinco anos de atuação, tornou-se árbitro Fifa em 1969. Era o começo da trajetória internacional do jovem. Em 1974, a vida dos árbitros sul-americanos mudaria no cenário mundial com eleição de João Havelange ao cargo de presidente da Fifa. Com um brasileiro no comando, a arbitragem em jogos internacionais e da Copa do Mundo, deixaria de ser “exclusivamente” europeia. “Não só os árbitros brasileiros, mas os árbitros sul-americanos não eram observados pela Fifa, porque era praticamente europeia. A prova disso foi que nenhum árbitro sul-americano tinha apitado uma final de Copa do Mundo ou era convidado para apitar na Europa. O Havelange começou a mostrar para todos que nós tínhamos condição. Depois disso, abriu as portas para os árbitros sul-americanos no mundo”¹³⁷, disse Arnaldo.

A primeira convocação para um Copa do Mundo surgiria no mesmo ano, na Alemanha Ocidental. Mas não como árbitro ou árbitro assistente. Mesmo sendo do quadro da Fifa, Arnaldo Cezar Coelho foi trabalhar para o Canal 100, de Carlinhos Niemeyer, que adquiriu os direitos de transmissão daquela Copa. Sua função então foi de carregador de malas a auxiliar de filmagem, inclusive na final entre Alemanha Ocidental e Holanda, no estádio Olímpico de Munique, vencida pelos alemães por 2 a 1. Experiência única que mais à frente seria muito válida para uma carreira internacional de sucesso.

Dali em diante, apitou a Olimpíada de Montreal, no Canadá, em 1976, o Mundial Sub-20, na Tunísia, em 1977, e um ano depois apitou sua primeira Copa do Mundo, na Argentina. O jogo foi entre França e Hungria, com vitória dos franceses por 3 a 1, no estádio José María Minella, em Mar del Plata. Na final entre Holanda e Argentina, vencida pelos sul-americanos por 3 a 1, no estádio Monumental de Núñez, Arnaldo era o quarto árbitro. “Quando chegou em 1978, eu fui para a Copa do Mundo, apitei França e Hungria, e na final, eu fui escolhido o quarto árbitro. Eu estava no estádio do River Plate, na final. Presenciar aquilo lá te dá uma

experiência muito grande”¹³⁸, lembrou. Em 1981, apitou Espanha 2x4 Alemanha Ocidental pelo Mundial Sub-20, na Austrália, além da final, Alemanha Ocidental 4x0 Catar.

Com duas Copas do Mundo no currículo – uma como ajudante de filmagens, outra como árbitro –, o grande momento da carreira de Arnaldo Cezar Coelho seria na Copa do Mundo de 1982, na Espanha. Depois de apenas bandeirar na primeira fase e apitar Alemanha Ocidental 0x0 Inglaterra pela segunda fase, o ex-árbitro aguardava outra chance de comandar uma partida. Uma final, no entanto, parecia distante pelo futebol vistoso que a favorita seleção brasileira de Zico, Falcão, Sócrates e companhia, liderada por Telê Santana, jogava. “Eu estava meio desacreditado que apitaria uma final. Todo jogo do Brasil era um show, aquela Seleção com Falcão, Toninho Cerezo, Zico, Éder, Sócrates, Júnior, fazia um espetáculo. Todo mundo achava que o Brasil iria para a final. Chegou na segunda fase, o Brasil perdeu para a Itália”¹³⁹.

Arnaldo, que via suas chances diminuírem a cada vitória do Brasil, voltou a treinar com força total. Afinal, era novamente um árbitro neutro com a Seleção fora da Copa. Dias antes da decisão, recebeu um telefonema com a confirmação de que seria o árbitro da final, mesmo tendo apitado um jogo até então naquela edição. “Os caras foram e me colocaram para apitar a final. Apesar de ter 39 anos, eu tinha uma experiência. Eu tinha uma bagagem e não foi por acaso que me deram essa função”¹⁴⁰, contou Arnaldo.

No estádio Santiago Bernabéu, em Madri, Itália e Alemanha decidiram o título mundial sob o apito de Arnaldo Cezar Coelho. O jogo não só marcou o tricampeonato italiano, ao vencer a Alemanha por 3 a 1, mas também foi a primeira vez que um árbitro não-europeu apitou uma final de Copa do Mundo. Logo um sul-americano, mais ainda, um brasileiro. Um filme todo passou pela cabeça de Arnaldo antes de entrar em campo e fazer história: “Poxa, é um jogo como outro qualquer, como um Radar e Copaleme na praia, como um Flamengo e Fluminense no Maracanã. É só um jogo de futebol”¹⁴¹.

Apesar de ter sido o primeiro sul-americano e brasileiro em uma final de Copa do Mundo, Arnaldo não foi o primeiro nem o último árbitro a participar de um Mundial. Além de Armando Marques, citado anteriormente, que apitou em 1966 e 1974, Gilberto de Almeida Rego (1930), Alberto da Gama Malcher, Mário Gardelli e Mário Vianna (1950), Mário Vianna (1954), João Etzel (1962), Aírton Vieira de Moraes (1970), Romualdo Arppi Filho (1986), José Roberto Wright (1990), Renato Marsiglia (1994), Márcio Rezende de Freitas (1998), Carlos Eugênio Símon (2002, 2006 e 2010) e Sandro Meira Ricci (2014), trabalharam em Copas do Mundo. Destes, apenas o Romualdo Arppi Filho repetiu o feito de Arnaldo ao apitar uma final.

Nascido em Santos-SP, em 1939, Arppi Filho entrou na arbitragem aos 14 anos, mas fez o curso da Federação Paulista de Futebol em 1957. O auge da carreira veio com o apito nas decisões do Campeonato Brasileiro de 1984, entre Fluminense e Vasco – o empate em 0 a 0 na segunda partida da final deu o título ao Fluminense –, e a final de 1985, entre Bangu e Coritiba, vencida pelo Coxa, nos pênaltis, após empate no em 1 a 1 no tempo normal. Em 1984, Romualdo também viveu bom momento internacional e apitou a final do Mundial Interclubes, no Japão. O Independente-ARG vendeu o Liverpool-ING por 1 a 0 e levou o troféu. Além disso, participou dos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968, de Moscou, em 1980, e de Los Angeles, em 1984. Bagagem nacional e internacional que rendeu ao ex-árbitro a indicação para a final da Copa do Mundo de 1986, no México. Depois de apitar França 1x1 Rússia, México 2x0 Bulgária, foi o escolhido para comandar a decisão entre Argentina e Alemanha Ocidental, vencida pelos argentinos por 3 a 2, no estádio Azteca, na Cidade do México.

Quatro anos depois, outro latino-americano apitaria novamente a final da Copa do Mundo, na Itália. O ex-árbitro mexicano, mas nascido no Uruguai, Edgardo Codesal, apitou Alemanha Ocidental 1x0 Argentina. Em 2006 foi a vez do argentino Horacio Elizondo mediar a decisão entre Itália e França. A partida terminou em 1 a 1 no tempo normal e foi decidida nos pênaltis. Além disso, o jogo ficou marcado pela famosa cabeçada de Zinedine Zidane no zagueiro italiano Marco Materazzi, que provocou a expulsão do camisa 10 francês. Os ingleses lideram a lista de árbitros em finais de Copa do Mundo, com quatro atuações. Itália, com três, e França e Brasil, com duas, aparecem na sequência.

Para qualquer árbitro de futebol, chegar a uma final de Copa do Mundo é o ápice do trabalho no esporte. Para Arnaldo Cezar Coelho não foi diferente. O *status* alcançado rendeu-lhe um encontro com o Papa João Paulo II, em Roma, ao lado dos árbitros assistentes Valquir Pimentel e José de Assis, e dos italianos, tricampeões mundiais de 1974. “Como sempre, João Paulo II foi uma simpatia em pessoa. [...] Em vez de cumprimentá-lo, segurei-lhe a mão e foi um custo para largá-la. Não satisfeito com o terço (que havia ganhado) e o aperto de mão, pedi a Sua Santidade que tirasse uma foto com os árbitros brasileiros”¹⁴², lembrou Arnaldo. Por outro lado, ele não se viu como celebridade, e sim como referência para os demais. “Quando você apita uma final de Copa do Mundo, o mundo começa a ver o seu estilo. ‘Se ele chegou a uma final de Copa do Mundo, o estilo dele agrada à Fifa’. Então, todo mundo observa esse estilo. Celebridade é outra coisa, mas é inevitável. Mas agora, sou muito mais visto como comentarista da TV Globo do que como ex-árbitro. A televisão foi o que me deu

maior visibilidade, o pessoal me conhecia de nome. Quando um camarada fala: ‘Esse foi um dos maiores árbitros do mundo’, ele nunca me viu apitar”¹⁴³, brincou.

Foram 30 anos dedicados à arbitragem, das areias de Copacabana ao futebol profissional. Finais de Campeonato Brasileiro, Carioca, Paulista e até a final da Copa Libertadores da América de 1988, de Nacional do Uruguai 3x1 Newell’s Old Boys, no placar agregado. Arnaldo Cezar Coelho começava a pensar na aposentadoria quando recebeu um convite para analisar um lance de arbitragem na TV Globo. Do campo para a telinha, estava instituída a função de comentarista exclusivo de arbitragem em transmissões esportivas na televisão. “Eu já estava me preparando para parar de apitar, porque já não estava apitando com prazer. Eu estava olhando muito o relógio durante o jogo, e isso significa que você quer ir embora logo. Outra coisa é que o meu trabalho no mercado financeiro era mais importante fora de campo. Eu era dono de uma corretora, tinha clientes em todo o Brasil, tinha que viajar, mas tinha jogo à noite e deixava os clientes esperando. Isso não pode. A atividade principal não era a arbitragem. Eu estava em casa, em um jogo entre Brasil e Chile surgiu uma dúvida e eles me ligaram para ir à TV Globo. Eu pensei: ‘Saio do campo, mas continuo ligado à arbitragem’. Aí topei essa figura do comentarista de arbitragem, até então não tinha essa pessoa para falar exclusivamente da arbitragem na televisão, esse especialista. Fui fazendo comentários, e hoje tem comentaristas em tudo quanto é lugar”¹⁴⁴.

Os companheiros agora são outros. Saem os árbitros assistentes, entram os narradores e repórteres. Nessa nova função, Arnaldo Cezar Coelho já acumula quase as mesmas três décadas dedicadas ao apito no campo ao lado do fiel companheiro, o narrador Galvão Bueno. “Parei de apitar em 1989, então são quase 30 anos com o Galvão Bueno. Mas essa amizade é de muito tempo. Quando eu apitava, o Galvão já trabalhava nas rádios e viajava, às vezes, com a gente. Ele sempre deu pitaco, entrava no campo para falar com a gente que o jogo ‘estava assim, assado’. Na Copa de 1982, ele na TV Globo, a gente encontrava. Naquela época, ele formava dupla com Sérgio Noronha. Então, eu já conhecia o Galvão. Quando comecei a trabalhar com ele em 1989 e fui conhecendo mais, viajava com ele, almoçava, jantava, e por aí vai”¹⁴⁵, contou.

Das transmissões na TV Globo apareceu o seu célebre bordão: “A regra é clara”. Frase que caiu no gosto popular e que foi incorporada nas rodas de discussões sobre futebol. “Quando eu virei comentarista, tinha alguns lances em que a regra era muito clara, como por exemplo, um gol de arremesso lateral, claro que não vale um gol de arremesso lateral. Tem camarada que quer que dê o gol, mas a regra é clara, lógico que não vale. Não vale colocar barreira na cobrança de um pênalti, está escrito. Mas tem camarada que pergunta: ‘Por que

não coloca uma barreira lá?’. Talvez fosse uma resposta para isso tudo: ‘A regra é clara’. Um dia um amigo meu chegou e disse: ‘Arnaldo, isso está pegando. A garotada está falando’. Não teve jeito. Passado um tempo, não sei quem começou a perguntar, mas surgiu o ‘Pode isso, Arnaldo?’. Isso virou uma frase também, mas com os narradores perguntando”¹⁴⁶, explicou.

Mesmo longe do apito, as críticas continuam e a mais pesada delas sobre o trabalho como comentarista vem de dentro de casa. “É difícil estar lá embaixo, mas também é difícil estar lá em cima, porque tem pessoas que pegam no seu pé lá em cima também. Meu filho é um deles. Hoje, o maior crítico que eu tenho é ele. O André é um desses torcedores fanáticos, irados pelo Flamengo, como tem crianças iradas, fanáticas pelo Atlético-MG, Cruzeiro, Vasco, Corinthians. Ele xinga, jogador passa de craque a cabeça de bagre com uma rapidez muito grande. Agora, como comentarista, ele comenta meus comentários, aí é terrível. Se ele tivesse nascido na época em que apitava, eu estaria perdido com ele”¹⁴⁷, finalizou, bem-humorado.

FIM DE PAPO: APONTA O CENTRO DO GRAMADO

“Durante mais de um século, o árbitro vestiu-se de luto. Por quem? Por ele. Agora, disfarça em cores”¹⁴⁸. Definitivamente, ser árbitro de futebol não é fácil. Todos os pontos apresentados neste livro mostram um pouco da realidade vivida por estes donos do apito. Para comandar uma partida não basta saber todas as regras ou fazer os cursos de arbitragem. É preciso ter o dom. Às vezes despertado por vocação, outras, por convivência. Mas uma coisa é certa: somente os bons alcançam a glória. O árduo caminho para chegar ao topo da carreira depende do esforço de cada indivíduo, ainda que um pouco de sorte ajude.

Frações de segundo podem mudar o destino. O preparo psicológico é essencial, a pressão é inevitável. Apesar de se dedicarem ao máximo, são raros aqueles que têm no apito a principal fonte de renda. O encanto pela profissão também pode acabar. Vale rezar, se benzer, e até pedir aos deuses do futebol para que tudo transcorra da melhor forma possível. Mas quando a bola rola, todos o odeiam. Se não, passam a odiá-lo. Estando certo ou errado, pouco importa. Ele é o “Juiz ladrão!”. Se for mulher, pior ainda. O machismo ainda reina no futebol. Ao fim de cada partida, cuidado para não sair de camburão. O nome dele sempre será lembrado, pelo bem ou pelo mal. Pode até ter ajuda da tecnologia, já que o árbitro de vídeo é cada vez mais realidade. Mas que todos tenham em mente: trabalho bem feito, consciência tranquila... pelo bem do futebol.

¹ GALEANO, E.. **Futebol ao sol e à sombra**. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. Porto Alegre: L&PM, 2013. P. 17.

² RIZEK, A.; OYAMA, T.. *Jogo sujo*. In: **Veja**. São Paulo: Abril, 2005. P. 72.

³ LOURENÇO, L.. *Pivô da Máfia do Apito processa a ex, sofre sem emprego e mora com a mãe*. In: **GloboEsporte.com**. Jacaraí-SP, 2015. On-line. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/sp/futebol/noticia/2015/06/pivo-da-mafia-do-apito-processa-ex-sofre-sem-emprego-e-mora-com-mae.html>>. Acesso em 17 de abril de 2016.

⁴ RIZEK, A.; OYAMA, T.. 2005, p. 72.

⁵ Ibid, p. 74.

⁶ Ibid, p. 72.

⁷ Ibid, p. 76.

⁸ LOURENÇO, 2015, on-line.

⁹ RIZEK, A.; OYAMA, T.. 2005, p. 76.

¹⁰ LOURENÇO, 2015, on-line.

¹¹ Idem.

¹² RIZEK, A.; OYAMA, T.. 2005, p. 76.

-
- ¹³ Idem.
- 14 DUARTE, O.. História dos esportes. 6^a ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2016. P. 219.
- 15 Idem.
- 16 COELHO, A. C.. **A regra é clara.** São Paulo: Globo, 2002. P. 134.
- 17 Idem.
- 18 Ibid, p. 135.
- 19 Ibid, p. 136.
- 20 Idem.
- 21 Ibid, p. 137.
- 22 Idem.
- 23 Ibid, p. 139.
- 24 DUARTE, 2016, p. 221.
- 25 GOULART, P. C. A.. **Pontapé inicial para o futebol no Brasil - O bate-bolão e os esportes no Colégio São Luís: 1880-2014.** 1. ed. Vargem Grande Paulista, SP: A9 Editora, 2014. P. 8.
- 26 Ibid, p. 26.
- 27 DUARTE, 2016, p. 221.
- 28 BELLOS, A.. **Futebol: o Brasil em campo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003. P. 33.
- 29 COELHO, 2002, p. 141.
- 30 BELLOS, 2003, p. 42.
- 31 Ibid, p. 35.
- 32 Idem.
- 33 Ibid, p. 36.
- 34 Ibid, p. 37.
- 35 Ibid, p. 43.
- 36 LINO, T. C.. **O outro lado do futebol.** Goiânia: Viana&Mosley, 2013. P. 47.
- 37 MANZOLILLO, L. Futebol: revolução ou caos. Rio de Janeiro: Gol, 1984. P. 100.
- 38 SILVA, A. I., et al. *O árbitro de futebol: uma abordagem histórico-crítica.* In: Revista da Educação Física, v. 13, n. 1. Universidade Estadual de Maringá, 2002. P. 41. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3722>>. Acesso em: 03 mar. 2016.
- 39 MANZOLILLO, 1984, p. 100.
- ⁴⁰ GALEANO, 2013, p. 18.
- ⁴¹ ANTUNES, P.. **Regras de Futebol.** São Paulo: Brasipal, n/d. P. 129.
- ⁴² Idem.
- ⁴³ WEBER, M. **Ensaios de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ⁴⁴ GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1973.
- ⁴⁵ Ibid, p. 233.
- ⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Depoimento dado ao jornalista em 17 de outubro de 2016, representado adiante como (MIRANDA, 2016).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ COSTA, H. C. B. V. A.. *Resgatando a Memória dos Pioneiros: João Carvalhaes*. In: **Boletim Academia Paulista de Psicologia, ano XXVI, nº 3/06**. São Paulo: 2006. P. 17.

⁵² HERNANDEZ, J. A. *João Carvalhaes, um psicólogo campeão do mundo de futebol*. In: **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, v.11, n.3**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2011. On-line. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v11n3/artigos/html/v11n3a17.html>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.

⁵³ Depoimento dado ao jornalista em 09 de novembro de 2016, representado adiante como (MAGALHÃES, 2016).

⁵⁴ SOUSA, M. A. M.. *Um olhar para os árbitros de futebol*. In: **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, v.6, n.01**. São Paulo: 2016. P. 124.

⁵⁵ MAGALHÃES, 2016.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ MIRANDA, 2016.

⁵⁸ MAGALHÃES, 2016.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ MIRANDA, 2016.

⁶¹ Depoimento dado ao jornalista em 24 de outubro de 2016, representado adiante como (JÚNIOR, 2016).

⁶² Idem.

⁶³ Depoimento dado ao jornalista em 09 de julho de 2016, representado adiante como (BOZZANO, 2016).

⁶⁴ JÚNIOR, 2016.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ DAGA, B.. *Sorteio acaba com jejum de 11 anos, e uma mulher apitará Série D; entenda o histórico*. In: **Espnw.espn.uol.com.br**. 2016. On-line. Disponível em: <http://espnw.espn.uol.com.br/mulheres-nao-apitam-campeonato-brasileiro-ha-11-anos-e-sorteio-nesta-quinta-pode-acabar-com-jejum-entenda-o-historico/>. Acesso em: 13 de outubro de 2016.

⁶⁷ JÚNIOR, 2016.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ BOZZANO, 2016.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Depoimento dado ao jornalista em 25 de novembro de 2016, representado adiante como (NÂNDREA, 2016).

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Depoimento dado ao jornalista em 24 de novembro de 2016, representado adiante como (REGINA, 2016).

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ JÚNIOR, 2016.

⁷⁹ BOZZANO, 2016.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² ANTUNES, n/d, p. 124.

⁸³ JÚNIOR, 2016.

⁸⁴ MUNDIM, D.. *Olho no apito: CBF usará software em análise de desempenho dos árbitros*. In: **GloboEsporte.com**. Rio de Janeiro: 2016. On-line. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/05/olho-no-apito-cbf-usara-software-em-analise-de-desempenho-dos-arbitros.html>>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

⁸⁵ Brasil. Lei Nº 10.671, 16 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, Seção 1. P. 3.

⁸⁶ BOZZANO, 2016.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ GALEANO, 2013, p. 17.

⁹² SOUSA, 2016, p. 129.

⁹³ Ibid, p. 125.

⁹⁴ MELLO, J.. *Histórias Incríveis: Léa Campos supera ditadura, detenção e a CBD pelo apito*. In: **GloboEsporte.com**. 2015. On-line. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2015/03/historias-incriveis-lea-campos-supera-ditadura-detencao-e-cbd-pelo-apito.html>>. Acesso em: 06 de maio de 2016.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ REGINA, 2016.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ NÂNDREA, 2016.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² BOZZANO, 2016.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ JÚNIOR, 2016.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Depoimento dado ao jornalista em 24 de novembro de 2016, representado adiante como (PENA, 2016).

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ JÚNIOR, 2016.

¹²⁸ PENA, 2016.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ JÚNIOR, 2016.

¹³¹ PENA, 2016.

¹³² JÚNIOR, 2016.

¹³³ Depoimento dado ao jornalista em 04 de julho de 2016, representado adiante como (COELHO, 2016).

¹³⁴ COELHO, 2002, p. 37.

¹³⁵ COELHO, 2016.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ COELHO, 2012, p. 89.

¹⁴² Ibid, p. 97.

¹⁴³ COELHO, 2016.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ GALEANO, 2013, p. 18.